



TEMPOS DIGITAIS

**INTERFACES EM
COMUNICAÇÃO
& EDUCAÇÃO**



SYNTAGMA

TIAGO SILVIO DEDONÉ & CLAUDIA TALOCHINSKI CORDEIRO (ORGS.)



Capa > Sara Restier
Diagramação > Sara Restier
Coordenação Editorial > Celso Moreira Mattos
Revisão > Josemara Stefaniczen
Produção Eletrônica > Syntagma Editores

Avaliação > Textos avaliados às cegas e aos pares

Conselho Científico Editorial:

Dr. Antonio Lemes Guerra Junior (UNOPAR)
Dr. Aryovaldo de Castro Azevedo Junior (UFPR)
Dra. Beatriz Helena Dal Molin (UNIOESTE)
Dr. José Ângelo Ferreira (UTFPR-Londrina)
Dr. José de Arimatheia Custódio (UEL)
Dra. Pollyana Mustaro (Mackenzie)
Dra. Vanina Belén Canavire (UNJU-Argentina)
Dra. Elza Kioko Nakayama Murata (UFG)
Dr. Ricardo Desidério da Silva (UNESPAR-Apucarana)
Dra. Ana Claudia Bortolozzi (UNESP-Bauru)
Dra. Denise Machado Cardoso (UFPA)
Dr. Marcio Macedo (UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

T288 Tempos digitais: interfaces em Comunicação e Educação. / Organizado por Tiago Silvio Dedoné e Claudia Talochinski Cordeiro – Londrina : Syntagma Editores, 2020.
224 p.

ISBN: 978-65-88724-01-9

1. Comunicação. 2. Educação. 3. Digital. I. Título. II. Dedoné, Tiago Silvio. III. Cordeiro, Claudia Talochinski.

CDD: 370 / 302.2
CDU - 37



SYNTAGMA

SUMÁRIO

The image features a dark grey background with the word 'SUMÁRIO' in a large, white, sans-serif font. On the right side, there are several overlapping, semi-circular shapes in various shades of orange, brown, and grey, creating a layered, abstract effect.

Prefácio 8

Organizadores 215

Autores 218

**1 Estratégias argumentativas em tempos de pandemia:
o anúncio publicitário em questão**

Ednéia de Cássia Santos Pinho
Lolyane Cristina Guerreiro de Oliveira

12

**2 DOCEFÍSICA: uma discussão introdutória sobre
o uso de redes sociais digitais como
ferramenta formativa para o docente de física**

Anita da Conceição Duarte Xavier
Maria Teresa Lopes
Kátia Calligaris Rodrigues

38

**3 Olimpíada Filosófica: uma experiência de
uso de audiovisual no ensino médio**

Juliana Messias Goss
José Carlos Fernandes

62

**4 Comunicação, tecnologia e
o papel da linguagem**

Claudia Talochinski Cordeiro

82

5 O ensino da Filosofia a partir da perspectiva do Materialismo Histórico “Dialético” no ensino médio

Avanir Mastey

93

6 Comunicação Comunitária e Popular: perspectivas para o protagonismo político e social de jovens em comunidades vulneráveis

Tiago Silvio Dedoné

118

7 A intersecção entre a Educação e as novas tecnologias: novos paradigmas discursivos para o processo do ensino de Geografia

Rodrigo da Silva Marques

128

8 Educação, tecnologias e representações sociais: interfaces para a dinamização das ações de prevenção e Segurança Pública na escola

Arlindo Alisson da Silva Mourão

141

- 9** As bases comunicacionais na interface Comunicação e Segurança Pública: proposições discursivas
Sebastião Antônio dos Santos
153
- 10** Aptidão física relacionada à qualidade da saúde do policial militar
Éder Luiz Ferreira
171
- 11** Educação Física e qualidade de vida: a importância dos exercícios para o bom desempenho laboral dos policiais militares
Thiago de Freitas
184
- 12** Música, Educação e Comunicação: a importância dessa interface para a dinamização de ações da Polícia Militar no âmbito da prevenção no PROERD
Renata Mariely dos Santos
195
- 13** Segurança Pública e a Violência no Trânsito Brasileiro
Antônio Roberto Leite Júnior
207

PREFÁCIO

The image features a dark grey background with the word "PREFÁCIO" in a bold, white, sans-serif font. To the right, there are several overlapping, curved, semi-circular shapes in various shades of orange, brown, and grey, creating a dynamic, layered effect.

Prefácio

Educação e Comunicação

Táise Nishikawa¹

A contemporaneidade se apresenta como momento oportuno para o desenvolvimento de reflexões que possibilitam a problematização da cultura digital e as formas de produção e socialização de conhecimentos. Muitas pesquisas, na atualidade, estão problematizando a relação entre a prática educativa formal, ministrada presencialmente, a ter a sala de aula como local concreto da realização de seus objetivos, e os contextos informais que também proporcionam conhecimento e aprendizagem. As tecnologias e as informações, por ela dimensionadas, e seu uso, tem provocado implicações na vida social, modificando padrões de comportamento e novas formas de sociabilidade. Evidenciamos, portanto, um novo campo a ser explorado pelas ciências humanas e as diversas áreas do conhecimento que a compõe.

O desenvolvimento tecnológico da sociedade contemporânea, desde a sua fase industrial, em que as tecnologias da eletricidade foram desenvolvidas, possibilitou processos de inovação e difusão. A partir de então, tais tecnologias, tiveram seus objetivos reorientados para o atendimento das aspirações próprias da sociedade do século XIX, criadoras de valores e modos de vida apalpeladas em sistemas de valores e de comportamentos. A abertura deste processo resultou em uma “tecnologização do cotidiano”, e, o século XX, como testemunha, necessitou de tais tecnologias, a fim de dar conta da aceleração temporal provocada pela rapidez com o tratamento das informações

¹ Táise Ferreira da Conceição Nishikawa é Doutora em História pela PUC (São Paulo). Docente de Prática de Ensino de História na UENP. Coordenadora do NEETS (Núcleo de Estudos Educação Tecnologias e Sociedade).

e dados e sua segurança. Atualmente, a tal “tecnologização do cotidiano”, proporcionadas pela evolução dos ramos tecnológicos, sobretudo da robótica e da informática, adentram os espaços formais da educação, implicando abertura de novas áreas do conhecimento problematizadoras deste cotidiano, a mudança dos padrões da difusão do conhecimento e da própria identidade dos agentes educacionais.

A busca pela incorporação das tecnologias da informação e da comunicação nos ambientes formais da educação precisa estar orientada para compreender de antemão que as tecnologias humanamente produzidas não substituem a figura do professor e do aluno, e, por isso, não servem como tábua de salvação para os sistemas educacionais. A escola necessita das tecnologias, como as tecnologias necessitam, antes de tudo, de pessoal capacitado e de domínio cultural, para potencializar o uso de tudo o que possibilita a formação humanística dos indivíduos. Pensar os antagonismos existentes na relação entre a tecnologia e a escola, tecnologia e o professor, tecnologia e o aluno, tecnologia e a história, tecnologia e o conhecimento escolar, as tensões geradas nestes novos espaços midiáticos, para a geração da aprendizagem e do conhecimento, são fundamentais para a explicação das contradições existentes em nossa era, pelo entendimento do movimento e de uma práxis que identifica a materialidade e a concreticidade existente no mundo atual.

Nesta obra intitulada “Comunicação, Educação e Tecnologias: Diálogos Possíveis” percebemos o empenho para o desenvolvimento de pesquisas importantes na área da Educomunicação. Os resultados apresentados evidenciam a integração das práticas educativas e as reflexões sobre os sistemas tecnológicos de comunicação. Trabalhos que objetivaram o fortalecimento dos ecossistemas comunicativos nos espaços formais educativos. Constituem-se em pesquisas com a finalidade de proporcionar uma relação apropriada com as mídias, a fim de potencializar as formas de expressão estudantil e a capacitação docente para a utilização dos novos recursos tecnológicos de comunicação nos processos de ensino e aprendizagem.

A Educomunicação surgiu como área do conhecimento no Brasil durante o processo político de redemocratização, sobre o prisma da luta pela liberdade de expressão, enquanto perspectiva social, não por uma coincidência ou acaso do destino, nos anos finais do século XX. O processo de aceleração temporal proporcionado pelas novas tecnologias constituídas ao longo deste período, a tecnologização da sociedade, e os jargões “sociedade do conhecimento”, “sociedade tecnológica”, ampliaram os canais comunicativos, estes chegaram às escolas, e foi evidenciado a necessidade de gerir estes processos comunicacionais.

Em nossos dias a comunicação possui papel fundamental, com abrangência no cotidiano, na elaboração de narrativas, trocas discursivas e com influência nas sociabilidades, como afirmaram Maria Lopes, Adilson Citeli e Ismar Soares. Existe, portanto, a necessidade de expandir o campo da cidadania comunicativa e estreitar os laços com a educação, sobretudo aquela que se manifesta em sala de aula. Preparar estudantes para a interpretação das informações aportadas em veículos comunicativos, como o rádio, a televisão e a internet. Para a valorização da tolerância, das ciências, das artes, a manutenção do diálogo para o bem comum. O que temos neste livro são ações educacionais, que expressam metodologias próprias para os objetivos propostos em escolas militares, nas escolas do campo, no ensino de Geografia e de Filosofia. Além disso debates a respeito dos Direitos Humanos, Segurança Pública, Comunicação Comunitária e Popular, o papel da Assessoria de Imprensa e da Publicidade.

Enfim, uma obra que nos convida a ampliar horizontes teóricos e metodológicos e que fortalece a necessidade de problematizarmos a sociedade de hoje, atravessada pelos processos comunicacionais.

Uma boa leitura!

1

Estratégias argumentativas

1

Estratégias argumentativas em tempos de pandemia: o anúncio publicitário em questão

*Ednéia de Cássia Santos Pinho¹
Lolyane Cristina Guerreiro de Oliveira²*

A pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século. No Brasil, em meados de março de 2020, toda a nação se viu inserida em dúvidas: quarentena?, isolamento vertical?, isolamento horizontal?, distanciamento social?. Em meio a uma série de problemas descortinados pelo obscuro, a publicidade, também, começou a se organizar, a fim de ressignificar seus discursos. Com lojas fechadas, algumas empresas remanejaram esforços para salvaguardar a saúde financeira dos estabelecimentos, uma vez que apenas os serviços essenciais puderam, presencialmente, atender às demandas da sociedade.

Entretanto, mesmo com todas as restrições que o momento exigiu - e ainda exige -, as relações de consumo e a aquisição de pro-

¹ Doutora em Estudos da Linguagem (PPGEL-UEL), docente vinculada ao departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da UEL, docente na rede particular de ensino. E-mail: ediucl@yahoo.com.br

² Doutora em Estudos da Linguagem (PPGEL-UEL), docente do departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da UEL. E-mail: lolyane@uel.br

duto e serviços se mantiveram, embora de maneira tímida - inclusive, alguns segmentos tiveram aumento em suas vendas, como o ramo alimentício e o de medicamentos, uma vez que correspondem às necessidades básicas do ser humano, principalmente, quando privados da circulação livre e despreocupada.

Toda a instabilidade da situação obrigou as marcas, de modo geral, a repensarem o discurso de estímulo ao consumo, e isso se refletiu na construção das mensagens, na escolha de imagens, de palavras e até mesmo do suporte. Ou seja, de modo mais amplo, houve uma adequação na linguagem empregada no gênero anúncio publicitário, tão onipresente em nossa sociedade, para atender à sua essência persuasiva. Marcuschi (2008, p. 150) defende que “cada gênero tem um propósito bastante claro que o determina e lhe dá uma esfera de circulação” e, por isso, mesmo com o intenso e constante questionamento social sobre a real importância e necessidade do consumo, essa essência foi mantida, embora com adaptações.

Ainda segundo o autor,

A publicidade opera de maneira particularmente produtiva na subversão da ordem instituída para chamar a atenção sobre um produto. Parece que desenquadrar o produto de seu enquadre normal é uma forma de reenquadrá-lo em novo enfoque para que o vejamos de forma mais nítida no mar de ofertas de produtos. (MARCUSCHI, 2008, p. 167).

Esse novo “enquadre”, defendido pelo autor, pode ser entendido como as estratégias empregadas pelas marcas para diferenciarem seus produtos e serviços dos demais, em tempos tão desafiadores como o da pandemia. Essa preocupação se justifica, pois o gênero anúncio publicitário, no cotidiano da sociedade, sempre foi entendido como sinônimo de movimento, de escolha, de poder e de prazer, pois as propagandas não vendem apenas produtos e serviços, vendem sensações, conceitos, ideias e ideologia.

Nessa direção, como os gêneros estão totalmente atrelados às

práticas sociais e, entendendo que é na linguagem e por meio dela que o ser humano interage, dialoga, expõe cultura, valores, conhecimentos e constitui-se como indivíduo, eles são, de fato, a materialização das atividades humanas, que, nos últimos meses, foram totalmente modificadas. Bakhtin (2006, p. 26) afirma categoricamente que “a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta.” E essas situações, inegavelmente, sofrem interferência de circunstâncias políticas, culturais, sanitárias e sociais, culminando no modo como os textos são construídos e recebidos pelos indivíduos.

Assim, considerando como justificativa todo o contexto apresentado, propomo-nos a investigar como se organizam os recursos argumentativos e multimodais do gênero anúncio publicitário, mais especificamente, de que forma, juntos (palavra, imagem, som, movimento e outros modos) constroem os sentidos nesses textos, no momento atual de pandemia. Como critério de seleção de nosso *corpus*, selecionamos propagandas, em formato fílmico, que compartilhassem do mesmo objetivo, no caso, a venda de produtos alimentícios, e, principalmente, que tivessem sido criadas e divulgadas após o início do surto da Covid 19 no país, ou seja, a partir do mês de março de 2020. Dessa forma, escolhemos dois comerciais: um da marca Sadia e outro da marca Nestlé.

Isso posto, organizamos este trabalho, em primeiro lugar, apresentando os pressupostos epistemológicos nos quais embasaremos nossas reflexões e, na sequência, a análise das peças selecionadas, seguindo três categorias de investigação: recursos linguísticos, recursos não verbais e recursos contextuais e discursivos. Dessa forma, ao compararmos e analisarmos as duas peças, acreditamos que será possível compreender as principais mudanças na estratégia argumentativa acarretadas pelo contexto pandêmico e a influência dos recursos multissemióticos na construção dos sentidos.

Os caminhos persuasivos do anúncio publicitário

O discurso publicitário, ao interagir com os interlocutores, apresenta-lhes os bens de consumo da sociedade capitalista e incentiva-os a se tornarem autênticos consumidores. Quando desempenha esse papel, o discurso publicitário transfigura-se em um dos instrumentos de controle social, e o faz por meio da simulação do igualitarismo, na qual “remove da estrutura de superfície os indicadores de autoridade e poder, substituindo-os pela linguagem da sedução” (CARVALHO, 2010, p. 17).

Para Teles (1982, p. 55), “a propaganda é uma técnica psicológica a serviço da produção e do consumo”, e o interesse do anunciante está em mobilizar um comportamento e, para isso, cria necessidades que impulsionem o ato da compra. Assim, cada anúncio é uma mensagem carregada de impacto, buscando impressionar o subconsciente do receptor.

Teles (1982) declara que as empresas, para realmente despertar a atenção das pessoas, não aconselham a emissão de apenas um anúncio, pois acreditam que não daria resultado, e recomendam uma sucessão de anúncios, chamada de campanha. Portanto, de acordo com o autor, a “propaganda segue o princípio da bolinha de neve, começa tímida e, com a repetição, se transforma em uma avalanche psíquica” (p. 56).

O objetivo da propaganda – tornar as necessidades e os desejos de sua clientela homogêneos – é atingido pelo uso da repetição e por um apelo ao inconsciente. Mucchielli (1978, p. 1), ao pesquisar sobre a arte de persuadir, menciona que a situação inter-humana básica é aquela em que se dispõem, de forma direta ou indireta, um indivíduo com o objetivo de influenciar, e um outro destinado a receber tal influência. Ocorre, na verdade, um “falso diálogo”, pois, para que o indivíduo seja influenciado, ele deve estar inconsciente dos verdadeiros objetivos do enunciador.

Para manter o seu interlocutor inconsciente, o enunciador deve conquistar a sua confiança, demonstrando sinceridade, compreensão e objetividade. Para Mucchielli (1978, p. 3), essa confiança faz com que as defesas do consumidor, em relação ao vendedor e ao objeto,

diminuam. O autor ainda menciona o ato de preparar o cliente antecipadamente, por meio de três direções: a primeira é a própria publicidade, a segunda corresponde às relações públicas e a terceira é a marca.

A publicidade tem a função de atingir um número maior de pessoas, mesmo que indiretamente, atraindo-as para o vendedor. As relações públicas compreendem as relações amigáveis entre o vendedor e o cliente. Nesse contato, o vendedor deverá cuidar de sua popularidade e inspirar confiança junto à sua clientela, por meio de descontos, de informações úteis ao comprador, de pequenos presentes, entre outras gentilezas. Por último, temos a marca, que representa a responsabilidade assumida pelo fabricante ao assinar o produto fabricado ou o serviço fornecido. O ato de marcar o objeto faz com que ele se destaque diante dos outros.

Por meio dessas estratégias utilizadas para persuadir o interlocutor, compreendemos que a mensagem publicitária veicula muitas ideologias, pois, segundo Mucchielli (1978), ao convencer as pessoas a aderirem ao consumismo, a propaganda oculta valores ideológicos capitalistas, ou seja, o poder ideológico presente, no discurso publicitário, faz com que os diferentes grupos sociais sejam identificados pelas roupas que vestem, pelos objetos que possuem, pelo perfume que usam. Conseqüentemente, os seres humanos, muitas vezes, buscam se afirmar como pessoas por intermédio da marca dos objetos adquiridos.

Sobre a linguagem da propaganda, apresentamos o questionamento de Vestergaard e Schröder (2004, p. 4): “para que existe a propaganda e por que ela tem que ser persuasiva?” Para os autores, a resposta para essas questões encontra-se nas condições sociais, pois, se uma sociedade não produz o suficiente para suprir as necessidades básicas da população, não há espaço para a propaganda. No entanto, se um grupo social estiver acima do nível da subsistência, haverá bens materialmente “desnecessários” e os seus produtores deverão tomar providências para que eles sejam vendidos.

Contudo, a propaganda não se resume à atividade de vender e, para ser definida como tal, ela necessita de um mercado consumidor com determinados meios de comunicação para atingi-lo. Esses requisitos

contribuem para a definição do contexto social e institucional em que a propaganda se encontra atualmente. Tal contexto é formado pelas mercadorias produzidas em massa e pelo mercado conquistado pelas publicações em massa, “cuja fonte de renda mais importante é a propaganda” (VESTERGAARD; SCHRØDER, 2004, p. 6).

Voltando às necessidades da população, Vestergaard e Schrøder (2004, p. 7) afirmam que os atos de comer, beber, vestir-se, utilizar meios de transporte correspondem às nossas necessidades materiais. No entanto, as pessoas não vivem completamente isoladas, por isso também precisam de amor, de amizade, da participação em grupo. Tais necessidades são consideradas sociais e o grau de importância de cada uma não é algo fácil de medir; quando não satisfazemos nossas necessidades materiais, podemos morrer e, quando deixamos de lado as sociais, podem surgir problemas de ordem psicológica.

Reconhecendo o valor material e o valor social dos produtos, o publicitário que deseja dar ênfase ao valor social deve investir no caráter persuasivo do discurso e isso o leva a deixar de lado as informações concretas sobre o produto. Assim, o anunciante, em vez de abordar, de forma verdadeira, o valor de uso desse produto, ele garante ao receptor que a sua compra e a sua utilização proporcionarão juventude, amor, beleza, entre outros valores sociais.

Apresentando-se dessa forma, a propaganda adquire um caráter utópico, pois elabora um “mundo imaginário em que o leitor consegue materializar os desejos insatisfeitos da sua vida diária” (VESTERGAARD; SCHRØDER, 2004, p. 129).

Koch (2002, p. 10) defende a proposta de que o ato linguístico fundamental é o ato de argumentar. Para a autora, “o ato de argumentar é visto como o ato de persuadir que procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não criando certezas”. Ainda, segundo a autora (2002, p. 15), “[...] a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”.

A partir das colocações apresentadas por Koch (2002), entendemos que a atividade de compreensão acontece com a identificação de marcas intencionais do autor, produzidas por meio de operações de linguagem presentes no discurso. É essa atuação que permite ao homem não apenas comunicar-se, mas, essencialmente, agir através da linguagem. Afinal, em consonância com Ducrot, “[...] a linguagem é uma dialogia, ou melhor, uma ‘argumentalogia’; não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade” (OLIVEIRA; *In*: MUSSALIM; BENTES, 2001, p. 28). Argumentar é levar a crer, é a arte de convencer e persuadir.

A leitura dos recursos argumentativos e multimodais

A leitura é um fenômeno complexo que exige do leitor a ativação de diferentes competências. Kleiman (1996) considera o ato leitor como um processo cognitivo e procura delinear seu processamento. Trata especificamente dos aspectos ligados à relação entre o sujeito-leitor e o texto enquanto objeto, entre linguagem escrita e compreensão, memória, inferência e pensamento. Independentemente do objetivo de leitura e do tipo de tarefa, os leitores utilizam operações para abordar o texto, as quais podem ser cognitivas (operações inconscientes) e metacognitivas (passíveis de controle consciente, pois partem do senso comum).

São as estratégias que particularizam a construção do sentido, uma vez que ler exige a ativação de diferentes competências e esquemas apropriados. Trata-se do conhecimento de cada leitor, trabalhando de forma ativa e determinando como o texto será compreendido. A inferência é uma das estratégias cognitivas utilizadas na leitura de todos os gêneros. É resultante da ativação dos esquemas na mente do leitor e possibilita que este infira, com base no conhecimento prévio, a respeito do desconhecido, ou seja, permite ao leitor “construir novas proposições a partir de outras já dadas” (MARCUSCHI, 1984, p.

25). Por ser uma operação cognitiva, o processo de inferência pode variar de indivíduo para indivíduo, já que depende do nível de conhecimento armazenado na memória de cada um.

A previsão, outra estratégia cognitiva relevante, é constituída pela habilidade do leitor em prever e antecipar o que ainda está por vir. Baseia-se tanto nas informações explícitas como nas inferidas, de modo que, no decorrer do processo, dificilmente, o indivíduo tem consciência se determinado conteúdo estava explícito ou se foi inferido.

Essa ideia somativa e concomitante de ações é corroborada por Coscarelli e Novais (2010) ao afirmarem que o ato da leitura

envolve a percepção de elementos gráficos do texto até a produção de inferências e a apreensão da ideia global, a integração conceptual, passando pelo processamento lexical, morfossintático, semântico, considerando fatores pragmáticos e discursivos, imprescindíveis à construção de sentido. (COSCARELLI; NOVAIS, 2010, p. 36).

Nessa direção, além de toda a complexidade do processo e dos aspectos envolvidos, como já mencionamos, a circulação dos textos e sua composição tem se alterado com o advento da tecnologia e das novas formas de comunicação. As mensagens circulam de maneira mais rápida, dinâmica, multifacetada, variada, tecnológica, visual e criativa atualmente. Os textos têm apresentado diferentes modos de significação, o que, para Rojo (2012, p. 19) “tem sido chamado de multimodalidade ou multissemiose dos textos contemporâneos, que exigem multiletramentos”. Ou seja, textos compostos de muitas linguagens (ou modos, ou semioses) e que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar.

Estamos, cada vez mais, em contato com esses gêneros - constituídos a partir da junção de linguagens, as mais diversas possíveis.

A sociedade na qual estamos inseridos se constitui como um grande ambiente multimodal, no qual palavras, imagens, sons, cores, músicas, aromas, movimentos variados, texturas, formas diversas se combinam e estruturam um grande mosaico multissemiótico. (DIONISIO; VASCONCELOS, 2013, p. 19).

Dessa forma, ainda segundo os autores, a mudança faz com que os textos sejam lidos não apenas pelos “olhos”, mas por todos os nossos sentidos.

Nessa direção, considerando as semioses envolvidas nos anúncios publicitários, textos e imagens desempenham papel central, uma vez que a junção desses dois modos é complementar e, quando associados à cor, ao movimento e ao som, envolvem o leitor com especial força persuasiva, confirmando as palavras de Sant’Anna (2001, p. 145) “Em publicidade se usam todos os tipos de apelos pictóricos, todas as tendências e variações, todos os antigos e modernos princípios artísticos e todos os meios que são de maior efeito para que o impacto se concretize.”

Assim, podemos afirmar que tanto os recursos argumentativos característicos dos anúncios quanto a multissemiose corroboram a ação persuasiva das propagandas, influenciada pelo contexto na qual essas peças foram criadas, como veremos no tópico a seguir.

Análise das peças publicitárias

Nesta etapa, considerando os pressupostos teóricos apresentados, analisaremos dois comerciais: um da empresa Sadia e outro da Nestlé. Ambas vendem produtos alimentícios e estão no mercado nacional há décadas. Para fins didáticos, exploraremos três categorias de análise: a) recursos linguísticos; b) recursos não verbais; e c) recursos contextuais e discursivos. Por recursos linguísticos, avaliaremos os operadores ou marcadores argumentativos, também conhecidos como articuladores textuais ou marcadores discursivos, que são certos elementos da língua, explícitos na própria estrutura gramatical da frase, cuja finalidade é a de indicar a argumentatividade dos enunciados.

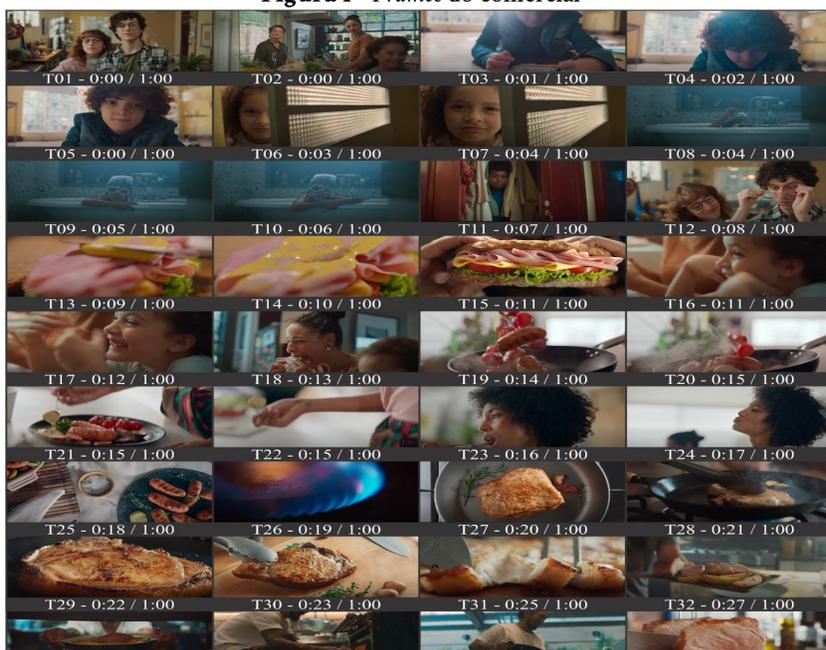
Os recursos não verbais são aqueles que vão além da palavra, ou seja, as diferentes linguagens empregadas que extrapolam a escrita, por exemplo, o som, a cor, o movimento, entre outros. Por fim, os recursos contextuais e discursivos referem-se aos elementos extratextuais, ou seja, as manifestações sociais, políticas, ideológicas presentes na composição da mensagem, sejam manifestadas por meio

da palavra ou não. Assim, apresentaremos os destaques de cada uma das categorias, em cada um dos exemplos, pois sabemos que, em se tratando de análise textual de um gênero tão rico como esse, as possibilidades são extensas e não se esgotariam em poucas páginas.

Propaganda 1: Produto Sadia

O primeiro comercial³ faz parte de uma campanha criada pela agência de propagandas Africa, com direção de Pedro Bullos e Erico Braga e começou a ser divulgado em 23 de março de 2020, no intervalo de um jornal de televisão, em horário noturno. O comercial tem um minuto de duração e é organização em torno do mote: “Quanto mais você sabe, melhor todo mundo fica”. Seu objetivo é incentivar o consumo consciente e equilibrado e promover o isolamento social. Na sequência, segue a produção dividida em 66 tomadas, com os devidos tempos, além da transcrição dos textos falados e escritos:

Figura 1 - Frames do comercial



Fonte: Youtube.

³ Para melhor compreensão, sugerimos o acesso ao comercial por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=7a058A7ipVc>.

Transcrição do texto:

0:33: É importante, também, que você fique em casa.

0:36: Para ajudar um pouco, colocamos inúmeras receitas nos nossos canais (endereço do site, por escrito)

0:41: Faça a sua parte:

0:44: cozinhe,

0:46: confie!

0:49: É bom saber que estamos nessa juntos,

0:52: mesmo que separados.

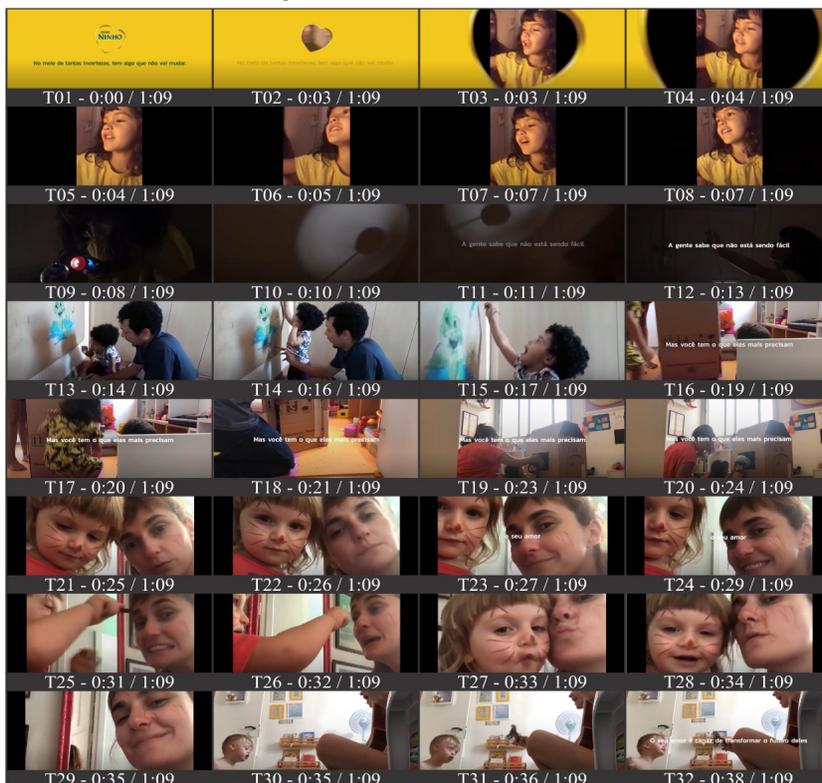
0:54: Em tempos difíceis, quanto mais você sabe, melhor todo mundo fica.

Propaganda II: Ninho da Nestlé

O segundo anúncio faz parte de uma campanha criada pela agência de propagandas Publics Brasil, com produção da Paranoid e direção remota de Mariana Youssef. Trata-se do produto Ninho da Nestlé. O comercial⁴ tem a duração de um minuto e nove segundos, sob o mote “O Amor que transforma” e compõe-se de um filme organizado com cenas reais captadas nos dias que antecederam sua veiculação, em 03 de abril de 2020 (segundo os produtores). Na sequência, segue a organização das 63 tomadas:

⁴ Para melhor compreensão, sugerimos o acesso ao comercial por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=9PjSV5Nzde0>

Figura 3 - Frames do comercial



Fonte: Youtube.

Transcrição do texto:

“O amor que transforma” – 03/04/2020 (Cenas reais, captadas recentemente)

0:03: Olha que lindo esse aqui, ó. Esse é o planeta mais lindo que eu já fiz no mundo, olha!

(sombras sendo projetadas nas paredes)

0:13: Vou pintar o fundo do mar!

(pai e filho pintando com tinta em cartolinas afixadas na parede)

0:21: Pera aí que o papai vai pôr uma coisa aqui pra você

(pai fazendo uma casinha com caixa de papelão, tesoura, fita adesiva)

0:24: Vamos ver ali se ficou bom? Olha aqui.

(mãe e filha com rostos riscados: uma fez gatinho na outra)

0:56: Em uma outra residência, com colchões ao chão, mãe e filha, vestidas de quimono, lutam judô. A mãe bate palmas e diz: primeiro você faz na mãe.

0:58: Agora desce e junta.

1:02: Mãe e filha brincam de guerra de traveseiros em uma cama de solteiro. Filha diz: Te amo, mamãe!

1:06: Te amo, linda.

Mensagem escrita ao longo da propaganda, durante as cenas:

0:02 – Abertura: No meio de tantas incertezas, tem algo que não vai mudar.

0:11: A gente sabe que não está sendo fácil.

0:19: Mas você tem o que eles mais precisam:

0:27: o seu amor!

0:37: O seu amor é capaz de transformar o futuro deles

0:47: E o presente também.

1:08: Encerramento: Seu amor, o futuro dele.

a) Categoria I: recursos linguísticos

Conforme já mencionamos, o percurso argumentativo da linguagem da propaganda mobiliza variados mecanismos com o objetivo primordial de suscitar, na mente do interlocutor/consumidor, o desejo de compra e/ou de consumo. O ato de argumentar constitui, dessa forma, o ato linguístico fundamental, uma vez que por detrás de todo e qualquer discurso há sempre uma ideologia.

Conforme Guimarães (1987) “a argumentação é vista como a busca da persuasão de um auditório (alocutário) pelo locutor”. Segundo o autor, nesta perspectiva é que se pode afirmar que a relação locutor/alocutário é constitutiva da enunciação, pois esta se faz na escolha de procedimentos próprios para persuadir o alocutário. Assim, ao interagir por meio da linguagem pretende-se atuar sobre o(s) outro(s), obtendo determinadas reações, ou seja, procura-se orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão.

Portanto, a interação social por meio da língua caracteriza-se fundamentalmente pela argumentatividade, e toda língua apresenta em sua gramática uma série de mecanismos responsáveis por indicar a força argumentativa dos enunciados. Dentre estes, destacam-se as pressuposições, os modalizadores e os operadores argumentativos, recursos bastante empregados na linguagem publicitária, visto desempenharem importante papel na organização deste tipo de discurso.

Segundo Koch (1998, p. 30) o termo “operadores argumentativos” foi cunhado por Oswald Ducrot, “para designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam.” Concebendo a linguagem como atividade, como forma de ação, o estudioso francês se propôs a construir um conceito de argumentação que se distanciasse da noção tradicional, pois, segundo ele, a argumentatividade está inscrita na própria língua.

De acordo com Oliveira (2003, p. 233):

os operadores argumentativos são marcas linguísticas indispensáveis ao desencadeamento de efeitos, de ações, de comportamentos, de conclusões, ou seja, tais marcas instigam e direcionam, argumentativamente, os personagens da enunciação.

Ainda conforme a autora, os elementos assim designados pertencem, segundo a gramática tradicional, a classes gramaticais diversas, entre elas: pronomes, advérbios, preposições, conjunções. Há, ainda, aquelas que não se encaixam nessa classificação, sendo consideradas palavras de inclusão, exclusão, designação, realce, retificação, afetividade, limitação, explanação, denotação, dentre outras.

Na propaganda I (Sadia), na tomada 17 (12 s.), “para continuar levando os melhores alimentos do campo **até** a sua mesa”, o operador “até” assinala o argumento mais forte de uma escala, orientando determinada conclusão, ou seja, a de que fica a cargo da empresa levar o alimento até o consumidor final, reforçando sempre a ideia de que ele deve permanecer em casa, devido ao período de pandemia. Na tomada 26 (19 s.), “**Agora**, com responsabilidade redobrada”, o operador

“agora” introduz no enunciado um conteúdo pressuposto: a empresa já agia com responsabilidade e, neste momento, fará isso de modo mais intenso. Na tomada 35 (28 s.), “**Assim**, todos vão continuar encontrando os produtos de sempre ao mercado”, o operador “assim” denota uma conclusão ao que foi dito anteriormente, ratificando que, independentemente às adversidades do momento, o consumidor poderá contar com os alimentos da referida marca nos supermercados.

Já na tomada 39 (33 s.), “É importante, **também**, que você fique em casa”, o operador “também” soma argumentos a favor de uma mesma conclusão, reforçando a importância de que todos devem fazer a sua parte, comprando somente o necessário, não estocando mercadorias e, na medida do possível, ficando em casa. Na tomada 59 (52 s.), “**mesmo que** separados”, temos operadores que indicam oposição, pois interligam ideias que se contrapõem quando a peça anuncia que todos estarão juntos, mas fisicamente separados. Ou seja, a Sadia se coloca à disposição do seu consumidor em qualquer contexto, em qualquer condição. Por fim, na tomada 62 (54 s.), “Em tempos difíceis, **quanto mais** você sabe, **melhor** todo mundo fica”, encontramos operadores de proporção, de simultaneidade, pois sugerem uma relação de proporcionalidade entre os elementos interligados, pois a empresa se dispõe a fornecer várias receitas culinárias (“inúmeras receitas nos nossos canais”) com produtos de sua marca, convidando o consumidor a adquirir mais informação e, conseqüentemente, ficar melhor.

Em contrapartida, na propaganda II (Ninho), a presença de operadores passa a ser significativa apenas na mensagem escrita ao longo das cenas, por meio do operador “mas”, que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias (“**Mas** você tem o que eles mais precisam:”, 19 s.) e do operador “e”, que soma argumentos a favor de uma mesma conclusão (“**E** o presente também”, 47 s.). Constatamos que, como a peça foi apresentada a partir de cenas reais do cotidiano de diversas famílias, não houve conexões linguísticas entre uma história e outra, houve, sim, a realidade que pais e cuidadores estavam vivenciando com as crianças contidas dentro de seus lares. A partir disso, como é propaganda de um produto a ser consumido prioritariamente por crianças, a publicida-

de captou o modo como as famílias estavam se reinventando para entreter os pequenos e enfatizou em seu discurso escrito que, com amor e muita criatividade, é possível transformar o momento de isolamento social em interação familiar.

Ademais, para Citelli (1995, p. 29) “As palavras, no contexto, perdem sua neutralidade e passam a indicar aquilo a que chamamos propriamente de ideologias. Em síntese: o signo forma a consciência que por seu turno se expressa ideologicamente”; assim, “[...] é fácil deduzir que o modo de conduzir o signo será de vital importância para a compreensão dos modos de se produzir a persuasão”. Nesse sentido, a propaganda I (Sadia), ao longo de seu texto, reforça a importância de as pessoas permanecerem em casa, comprando apenas o necessário, e de forma consciente. No entanto, por se tratar de uma propaganda, as marcas persuasivas presentes, trazendo verbos no modo imperativo, por exemplo, constroem nos espectadores a sensação de querer consumir aquele produto tão singular, vindo de uma marca que se preocupa até em disponibilizar receitas em seu *site* (tomada 43).

b) Categoria II: recursos não verbais

Os recursos além da palavra empregados nas propagandas são elementos essenciais na composição das mensagens, uma vez que, conforme afirmam Santaella e Nöth (2011, p. 175), “há também efeitos sensórios que nos atingem como seres biológicos, despertando ritmos vitais de aceleração, repouso, excitação, equilíbrio etc.” Nesse sentido, por se tratar do formato fílmico, os elementos visuais se destacam por sua qualidade e garantem grande impacto sobre quem está assistindo.

Nessa direção, para Farina (1990, p. 41), “Os estímulos visuais têm características próprias, como tamanho, proximidade, iluminação, cor, e conhecer essas propriedades é de fundamental importância aos que se valem da imagem para transmitir mensagens.” As tomadas da propaganda I (Sadia) corroboram essas colocações, uma vez que, de modo constante, partem de uma cena mais distante para a aproxima-

ção como forma de destacar os atores envolvidos e, principalmente, os produtos a serem vendidos. Como exemplo, podemos citar a sequência de tomadas 48 a 55. A mesma estratégia é aplicada na propaganda II (Ninho) nas tomadas de 1 a 12 e de 59 a 61, como forma de fazer saltar aos olhos do leitor/espectador as imagens selecionadas.

Destacamos, também, a fumaça suave presente nas tomadas 19, 20 e 28 (propaganda da Sadia) como exemplo de ativação sensorial por meio de estímulos visuais. Essa estratégia confere a sensação de aconchego, sabor e cuidado, pois o ato de sair fumaça de um alimento, associa-se ao frescor do seu preparo.

No que diz respeito às cores, Farina (1990, p. 113) afirma que “constituem estímulos psicológicos para a sensibilidade humana, influenciando no indivíduo, para gostar ou não de algo, para negar ou afirmar, para se abster ou agir”. Dessa forma, a instauração dos sentidos é influenciada por esse elemento de modo significativo, o que pode ser observado na variedade da cartela de cores empregada em ambos os comerciais, porém, de forma mais intensa, na propaganda I (Sadia) pelo fato de ter sido criada. Como exemplos, destacamos as tomadas 9 e 26, nas quais predomina a cor e os tons de azul. Segundo Farina (1990, p. 102), o azul promove a associação afetiva a espaço, verdade, afeto, precaução e serenidade. Já a cor amarela, predominante nas cenas não reais da propaganda II (Ninho), promove à associação afetiva a iluminação, conforto, alerta, gozo, esperança, idealismo, entre outros. Ainda para o autor “a cor exerce uma ação tríplice: a de impressionar, a de expressar e a de construir. A cor é vista: impressiona a retina. É sentida: provoca uma emoção. E é construtiva, pois, tendo um significado próprio, tem valor de símbolo e capacidade, portanto, de construir uma linguagem que comunique uma ideia” (FARINA, 1990, p. 27), por isso a presença desse elemento é constante nos anúncios.

Outro modo semiótico empregado nas propagandas é a presença dos sons. Segundo Perez (2004, p. 90), “os sons são captados pelo aparelho auditivo e, nesse sentido, são ondas, sensações que fazem comunicar nosso interior com o ambiente à nossa volta”. Na propaganda I (Sadia), há uma melodia constante, sem letra específica, que

vai evoluindo enquanto as cenas e os produtos são apresentados. Essa escolha sonora confere sensação de tranquilidade, por exemplo, nas tomadas 1 a 17, e, em certos momentos, confere a sensação de euforia, devido a sua variação, como exemplo as tomadas 18 a 61.

A mesma estratégia é aplicada na segunda propaganda (Ninho). Nessa, há presença constante de uma melodia ao fundo, enquanto as cenas reais e falas vão sendo apresentadas. É válido lembrar que, nesse processo concomitante de sons, um não impede a compreensão do outro e podemos inferir que, para quem assiste aos comerciais, devido ao ritmo escolhido, podem ser despertados sentimentos como empatia, segurança, união e bem-estar.

Em ambas as propagandas, em toda a duração do comercial, há a tentativa de atingir o máximo de sentidos possíveis dos leitores/espectadores, de modo concomitante por meio da multimodalidade. O uso variado dos recursos semióticos é pensado para que, caso o consumidor não seja impactado por alguma das linguagens, seja pela outra, em outras palavras, empregam-se modos de persuasão muito mais amplos e tentaculares. Para Dionísio e Vasconcelos (2013, p. 21), “recursos semióticos é o termo que tem sido utilizado para descrever esses modos e como eles se integram através das modalidades sensoriais (visual, auditiva, olfativa etc.) na construção de eventos e textos multimodais”. Como os anúncios publicitários analisados são, essencialmente, multimodais, a integração dessas linguagens é fator determinante no resultado final esperado: chamar a atenção do leitor e levá-lo à ação de compra.

c) Categoria III: recursos contextuais e discursivos

Atreladas ao período de pandemia, as peças publicitárias enquadraram seus discursos de modo a atender às necessidades domésticas. Como as pessoas precisavam “ficar em casa”, tanto a propaganda da Sadia quanto a do Ninho foram construídas para atender às demandas familiares: todos em casa, pais buscando criar situações que entretivessem as crianças, tudo isso mantendo qualidades nutricionais aos consumidores. Mesmo que as propagandas se revestissem de valores

voltados ao bem-estar familiar, entendemos existir um discurso ideológico, a fim de criar a sensação de acolhimento, de preocupação com o momento histórico vivido; o que Mucchielli (1978), citado anteriormente, mencionava: conquistar a confiança do público-alvo, demonstrando sentimentos de compreensão, empatia e cuidado.

Nesse sentido, é válido mencionar a escolha dos participantes envolvidos no comercial como uma estratégia poderosa. A propaganda I (Sadia) diversifica o conceito de família, apresentando diversas composições, etnias e realidades como forma de enfatizar a amplitude de sua ação e de convencer o leitor de que seus produtos são destinados a todos os perfis de consumidores. Como exemplo desse recurso, citamos as tomadas 1, 2, 18, 40, 49, 54, 56, 58, 60 e 61. Já na propaganda II (Ninho), essa estratégia torna-se ainda mais evidente e persuasiva, pois os participantes são pessoas comuns, que existem de fato, ou seja, são reais. Como exemplo, citamos as tomadas 5, 13, 19, 21, 30, 37, 46, 56 e 58.

Além disso, na propaganda II (Ninho), a escolha dos perfis engloba crianças, pais e mães em situações domésticas, cotidianas, influenciadas e alteradas pelo contexto da pandemia, como mencionamos em outro momento; mas um fator de destaque nessa propaganda é a presença do conceito da valorização do deficiente, por meio de inserção de uma família composta por uma criança com síndrome de *down*, que reage aos estímulos da mãe para exercitar a fala (tomadas 30 a 42).

Isso posto, podemos afirmar que, o fato de permitir que o filho faça sua própria arte em casa, na parede, (tomadas 13 a 15 da propaganda II - Ninho), que pratique esportes coletivos (tomadas 37 a 44 e 52 a 56 da propaganda II), que pratique dança na própria sala (tomadas 45 a 56 da mesma propaganda ou que corra, se esconda ou brinque pela casa (tomadas 11 e 39 a 43 da propaganda I - Sadia), não são ações que ocorriam com naturalidade antes do contexto da pandemia, ou seja, essa foi uma adaptação necessária para que as pessoas enfrentassem o momento do isolamento social, com certa tranquilidade e estabelecessem uma rotina de lazer, minimamente. Sabendo do valor social e ideológico contido nessa nova ideia de

comportamento, atrelado à escolha dos atores (reais ou fictícios), ambas as propagandas utilizaram desse fator textual, a situacionalidade, como um dos seus principais recursos argumentativos aplicados para demonstrar empatia por parte da marca.

Considerações Finais

As pesquisas a respeito do gênero publicitário têm ocupado um espaço relevante no campo dos estudos da linguagem. Na visão de Costa (2014, p. 196), este gênero é considerado “essencialmente multissemiótico, em que os argumentos de venda, embora pareçam lógicos, caracterizam-se por apelos totalmente emocionais”. Assim, para a construção do arcabouço retórico do discurso publicitário, o produtor do texto vale-se de diversificados mecanismos que deixam aflorar a ideologia subjacente à mensagem da propaganda. Os valores sociais, históricos, culturais, entre outros perpassam pelas entrelinhas do texto, sensibilizando o leitor/consumidor para a aquisição do produto anunciado.

Dessa forma, na linguagem publicitária, a concretude de uma situação discursiva envolve um conjunto de recursos retórico-linguísticos que instaura o jogo dinâmico e social da linguagem, o publicitário brinca com as palavras, com as imagens e com as construções gramaticais, proporcionando um momento mágico, é a argumentatividade aflorando, despertando sentimentos e ações, pois “muitos autores descreveram a retórica e posteriormente a argumentação como uma ‘arte’” (BRETON, 2003, p. 59).

Isso posto, neste trabalho, a partir de nossa base epistemológica, nosso objetivo não foi esgotar todos os recursos empregados pelos anúncios, mas sim apresentar de que forma as estratégias argumentativas foram pensadas e como poderiam impactar na recepção do texto por parte do leitor. É inegável que o momento da pandemia influenciou nas escolhas realizadas e na composição de cada cena e de cada tomada das propagandas. Defendemos que todo o trabalho argumentativo visou ao convencimento, porém de forma sutil, trazendo ideologias, valores e posições que vinham ao encontro da ideia que o contexto exigia e ainda exige: acolhimento, amor, paci-

ência, resiliência, equilíbrio e consciência da importância do outro.

Por fim, podemos concluir que, independentemente da fragilidade do momento histórico e social pelo qual a sociedade passa ou passará, a presença do gênero anúncio publicitário com toda sua essência persuasiva, visando à adesão do leitor/consumidor será sempre constante. O que, de fato, será tratado com cuidado é a escolha dos recursos semióticos que farão parte da composição. Essas decisões, quando acertadas, podem garantir o sucesso e a permanência da marca na memória afetiva do consumidor, uma vez que, em momentos tão delicados como os vividos mundialmente, o apelo emocional é fator decisivo na ação de compra e de valorização de um determinado produto.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. 2. ed. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, EDUSC, 2003.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade: a linguagem da sedução**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1995.

COSCARELLI, Carla Viana; NOVAIS, Ana Elisa Costa. Leitura: um processo cada vez mais complexo. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 35-42, jul./set. 2010.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. rev. e ampl.; 1. reimpressão. Belo Horizonte, Autêntica, 2014.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; VASCONCELOS, Leila Janot de. Multimedialidade, gênero textual e leitura. *In*: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Orgs.) **Múltiplas linguagens para o ensino médio**. São Paulo:

Parábola Editorial, 2013. (Série Estratégias de Ensino, 28). p.19-42.

FARINA, Modesto. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 4. ed. São Paulo, Edgar Blücher, 1990.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas/SP, Pontes, 1987.

KLEIMAN, Ângela. **Leitura**: ensino e pesquisa. Campinas/SP, Pontes, 1996.

KOCH, Ingedore Villaça. **A Inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Leitura como processo inferencial num universo cultural-cognitivo**. I Encontro Interdisciplinar de Leitura. Londrina/PR, 1984.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUCCHIELLI, Roger. **A psicologia da publicidade e da propaganda**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

NESTLÉ NINHO. **O amor que transforma**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9PjSV5Nzde0>. Acesso em: 10 jul. 2020.

OLIVEIRA, Esther Gomes. Aspectos Diferenciais dos Operadores Argumentativos e dos Marcadores Discursivos. *In*: MACEDO, Joselice; ROCHA, Maria José Campos; NETO, João Antonio de Santana (Orgs). **Discursos em Análises**. Salvador: Universidade Católica de Salvador, Instituto de Letras, 2003.

OLIVEIRA, Roberta Pires. “Semântica”. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. Vol. 2, São Paulo, Cortez, 2001.

PEREZ, Clotilde. **Signos da Marca**: expressividade e sensorialidade. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos Multiletramentos: diversidade cultural e de imagens na escola. *In*: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Orgs.). **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SADIA. **Quanto mais você sabe, melhor todo mundo fica**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7a058A7ipVc>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Estratégias semióticas da publicidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SANT’ANNA, Armando. **Propaganda**: teoria, técnica e prática. São Paulo: Pioneira, 2001.

TELES, Antonio Xavier. **Psicologia moderna**. 21 ed. São Paulo: Ática, 1982.

VERTERGAARD, Torben; SHRØDER, Kim. **A linguagem da propaganda**. Trad. João Alves dos Santos e Gilson César Cardoso de Souza. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

2

Redes sociais e docência

2

DOCEFÍSICA: uma discussão introdutória sobre o uso de redes sociais digitais como ferramenta formativa para o docente de física

Anita da Conceição Duarte Xavier¹
Maria Teresa Lopes²
Kátia Calligaris Rodrigues³

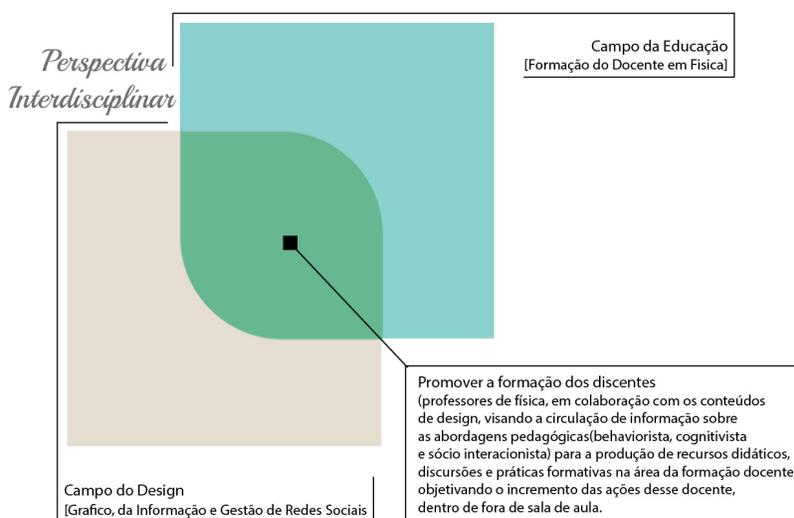
¹ Mestranda em Ensino de Física (MNPEF-UFPE-CAA), Graduada em Licenciatura Plena em Ciência com Habilitação em Matemática (FAINTVISA), com especialização em Ensino de matemática pela UPE e experiência profissional nos ensinos de Matemática e Física. E-mail: anitacdx@hotmail.com.

² Pós-doutorado em semiótica pela Université Sorbonne, Paris 1 (em andamento). Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Sanduíche na Université Sorbonne, Paris 1. Pesquisadora nas áreas de Formação do Olhar, Semiótica e Sociologia aplicadas as discussões sobre a mulher, a moda e o design. Docente no Mestrado Nacional Profissional de Ensino de Física - Polo Caruaru e Adjunta na Universidade Federal de Pernambuco Campus do Agreste - UFPE/CAA. Atualmente é líder do Grupo de Estudos em Formação do olhar - GEFol e Coordena o Laboratório de Formação do Olhar - LabFol. E-mail: teresa.lopes@ufpe.br.

³ Professora Associada I da Universidade Federal de Pernambuco, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática-PP-GECEM/CAA/UFPE, atua na linha de pesquisa “Currículo e Formação de Professores para o Ensino de Ciências e Matemática”. Docente do Núcleo de Formação Docente, atua na formação de professores de Física, Química e Matemática do Centro Acadêmico do Agreste. Pós-doutorado desenvolvido junto ao Núcleo de Excelência em Nanofotônica e Biofotônica do Laboratório de Optoeletrônica e Fotônica do Departamento de Física da UFPE. Doutora em Engenharia Biomédica pela Universidade do Vale do Paraíba com ênfase na biópsia óptica de estenose aórtica. Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo com estudo de caracterização cristalina e magnética de ferrofluidos. Bacharel e Licenciada em Física pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: kalligaris@gmail.com.

Apresentamos aqui o resumo da pesquisa interdisciplinar, que se organizou entre os campos da Formação Docente e do Design (gráfico e da informação), desenvolvida na UFPE-CAA, iniciada em 2017, cujos objetivos primordiais foram: (i) promover a formação de professores de física a partir do uso de recursos midiáticos digitais; (ii) difundir produção científica do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física - Caruaru; e, (iii) fazer crítica e desenvolvimento epistêmico das relações de ensino e aprendizagem, em ambiente de comunicação digital, como pode ser evidenciado no infográfico abaixo:

Gráfico 1 - Interdisciplinaridade: parte da Formação Docente em Física para o design



Fonte: as autoras (2020).

Com base no gráfico acima, podemos seguir compreendendo que o aprendizado é uma atividade dinâmica que pode ser melhorada constantemente pela busca de problematizações que contribuam para a mitigação de um ensino fragmentado e autoritário. Nesse sentido, a formação de professores desempenha um papel contínuo na vida desse profissional e procura promover o desenvolvimento do conhecimento de “como ensinar” aprimorando o saber que possui a sua ação em sala de aula.

Esse artigo visa dar corpo crítico aos argumentos que se dirigem em favor da necessidade da discussão da fragilidade da formação docente nas diversas linguagens que a cultura de consumo e de aparências vem engendrando na dialética contemporânea, notadamente, com a produção de sentido que as redes sociais digitais favorecem. Seguimos num posicionamento de alerta para a pressão simbólica e capital que o termo inovação hoje vem carregando, funcionando como uma palavra de ordem, e convocando professores de forma acelerada e numa verve catalisadora, a adaptar-se e se reinventar como docente, para socorrer seus alunos, que já educados pelo uso no senso comum dessas ferramentas de interface e socialização digital, notadamente em tempos de Crise Sanitária - Covid-19, parecem preferir as didáticas mais convencionais.

O resultado imediato dessa fração dos modelos de conservação de saúde e empatia, foi o estudante como audiência e as habilidades e destrezas motoras sendo sugeridas midiaticamente como autonomia para aprendizagem. Assim, diante da realidade que nos assujeita, essa pesquisa argumenta a favor do protagonismo do professor quando o tema é pensar estratégias para se ensinar e/ou aprender algo, notadamente assuntos decorrentes das ciências naturais.

Assim, o Mestrado Nacional Profissional de Ensino de Física (MNPEF) surge nesse contexto de aprimoramento e contiguidade e está inserido na expansão das relações universidade/escola e vice-versa, estabelecendo parcerias em todo território nacional, promovendo o desenvolvimento científico no ambiente escolar, tornando possível o acesso e a aplicação de produtos educacionais de modo que favoreça a “implementação de estratégias e materiais de ensino de Física que deverão caracterizar o trabalho de conclusão.” (GAUCHE, 2015, p. 30).

Os materiais educacionais produzidos durante a formação trazem experimentos instrutivos, sequências didáticas, manuais de conteúdos, entre outros produtos. Que devem relacionar-se à prática do professor-mestrando, sendo parte de sua formação continuada. Contudo, e favorecendo a ampliação do seu acesso, percebeu-se que as redes sociais poderiam ser um vetor de divulgação para que esses materiais importantes chegassem mais

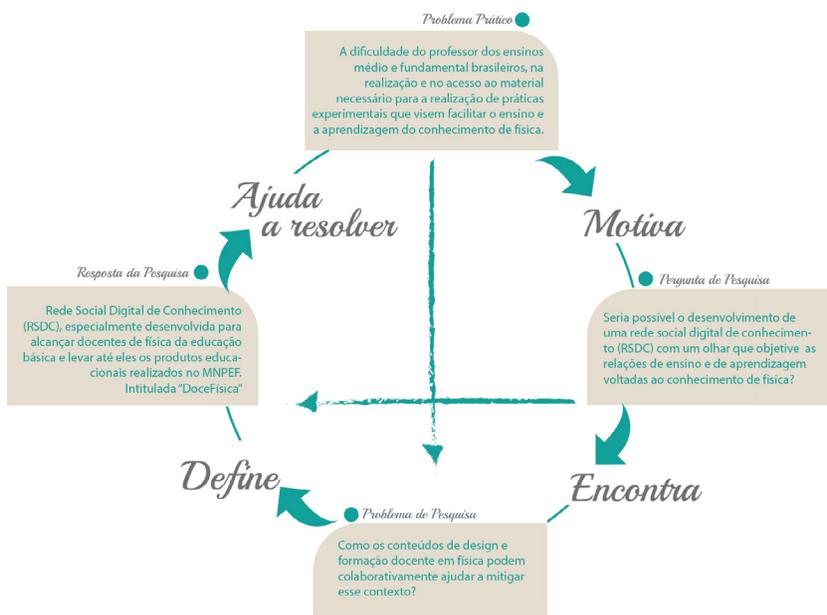
facilmente a outros docentes de física, inclusive aos que não estivessem ligados ao programa de pós-graduação.

Os estudos sobre Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) têm se apoiado na procura de conhecimentos técnicos e pedagógicos com o intuito de intensificar de forma mais apropriada o uso de ferramentas técnicas/tecnológicas em sala de aula. Segundo Kenski (2012), tecnologia não se trata apenas de um equipamento em si, mas um processo integrado de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de dispositivos para a realização de uma atividade.

Somado a esse contexto, existe um dado que deve ser considerado, o fato de que a realidade virtual e a projeção dela pelas pessoas em suas vidas analógicas, por assim dizer, que fora criada pelos diversos usos de redes sociais como o Facebook, o Instagram e tantas outras ferramentas digitais de socialização. Essas, por uma série de fatores, criaram uma fratura nas dinâmicas de recepção, interação e produção das linguagens visuais, acarretando assim, um interesse pelo novo virtual e em movimento, que num crescente continuum, gerou um desinteresse no discente pelo ambiente escolar, notadamente, no ensino público brasileiro, ainda mais precarizado em tempos de governo bolsonarista e de pandemia Covid-19.

A partir dessa e de outras premissas consequentes, colocaram-se as seguintes questões: será possível desenvolver uma rede social de conhecimento com o olhar voltado ao ensino de física? E ainda, que ela busque ajudar o professor a pensar sobre sua prática a partir das concepções pedagógicas sobre a aprendizagem? E que assim possa divulgar os produtos educacionais do MNPEF? Para evidenciar esses questionamentos segue o gráfico abaixo com base no diagrama de Booth; Colomb; Williams (2005, p. 65):

Gráfico 2 - Ciclo de dialético do problema de pesquisa



Fonte: Adaptado de Booth; Colomb; Williams (2005).

Então, se pode entender a necessidade e complexidade que é a elaboração e implementação de uma Rede Social Digital de Conhecimento (RSDC), especialmente desenvolvida para alcançar docentes de física da educação básica e levar até eles os produtos educacionais realizados no MNPEF. Intitulada “DoceFísica”⁴, para Docentes de Física, sendo marcada pela integração de diversos recursos digitais (*site da web, Facebook, Instagram e Quiz*) e pela busca de informações contidas nos diferentes materiais realizados no MNPEF e, que pudessem ser publicizados/acessíveis aos docentes interessados.

Todavia, acreditamos que o grande diferencial de nossa RSDC, a DoceFísica, além dos recursos e do material, está na contribuição de colocar em evidência o papel das concepções pedagógicas sobre a aprendizagem aos diversos produtos educacionais desenvolvidos no MNPEF, fazendo com que esse material não chegue ao docente

⁴ Nome dado ao projeto de *crossmedia* que engloba site, Instagram e Facebook.

de física sem a devida reflexão sobre a abordagem adotada, integrando assim, o conhecimento de física aos recursos do *design gráfico e da informação* para elaboração adequada das linguagens gráficas e visual e a organização projetual e da informação.

Destacamos então que a usabilidade é um fator que pode facilitar ou dificultar a harmonia e acesso a qualquer material principalmente no ambiente virtual. Redig (2004, p. 50) nos diz que “o design de Informação está no eixo do sistema democrático. Não existe democracia sem informação clara, e verdadeira”, e não existe educação democrática sem acesso ao conhecimento.

Para tanto, firmou-se a parceria do MNPEF-Caruaru com o Laboratório de Formação do Olhar - Labfol, ambos da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste - UFPE-CAA, a fim de promover o encontro entre os conteúdos de design/educação e a formação docente em física, para que prevalecesse a qualidade no acesso, e por que não afirmar, no ensino das teorias de aprendizagem proposto.

Nesse projeto, a presença dos conhecimentos de *design*, juntamente com a física promovendo a gestão e a visibilidade do projeto, por meio do desenvolvimento do *site*, bem como do *Instagram* “DoceFísica”, acarretou uma série de benefícios, sobretudo, gerando acessibilidade ao professor da pesquisa e do entendimento sobre os produtos educacionais neles contidos, propiciando a interdisciplinaridade entre a física e o *design* e estabelecendo uma programação visual igualmente sociointeracionista e acessível aos interessados.

Desenvolvimento

O uso de tecnologias, como o emprego do computador como recurso para aprendizagem pedagógica tem sido cada dia mais aceito nas escolas, como forma de atualização e contemporaneidade. Ele pode ocorrer através de um projeto integrado à interdisciplinaridade, nesse sentido Prado e Rozo (*apud* MORAES, 2008, p. 66) dizem:

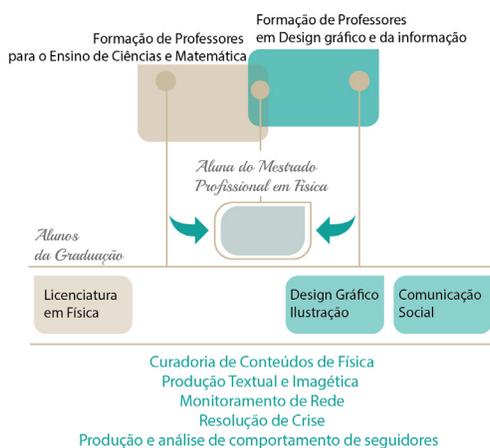
[...] o trabalho por projeto informatizado permite ao aluno que busque informações, expresse seu pensamento por meio de diferentes linguagens e formas de representação. De igual

maneira, o desenvolvimento de projeto potencializa a integração de conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, inclusive da área tecnológica.

Cabendo ao docente mediar, sugerir atividades, desafios e praticar o “*ensinar aprendendo*”, pois, ao referir-se a cibernética compreende-se que as tecnologias escolhidas constituem uma “*rede solidária*” por meio da internet que contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências. “A constituição da docência universitária vai muito além da pesquisa em Física e engloba/inclui a pesquisa em ensino de física como condição essencial para o pleno desenvolvimento e atuação na formação de professores.” (CLEBSCH, 2018, p. 31).

Sendo assim, o MNPEF e o LabFol com o DoceFísica, buscaram a abertura do diálogo para a problematização das práticas do docente em ambiente digital, considerando seu processo de constituição profissional, frente aos saberes e conhecimentos contemporâneos, foi organizada uma estrutura de Gestão que contemplou uma equipe interdisciplinar, composta por alunos e alunas dos cursos de Física, Design e Comunicação Social, cuja hierarquia e as atividades desempenhadas seguem o fluxograma representado abaixo:

Gráfico 3 - DoceFísica: fluxograma de gestão interdisciplinar.⁵



Fonte: as autoras (2020).

⁵ Participaram desse projeto, com atividades estabelecidas neste fluxograma, os seguintes alunos da UFPE-CAA: Wagner José de Moraes - Licenciatura em física; Larissa Juliana Alves Ferreira e Tainá Lima - Bacharelados em comunicação social e design, respectivamente.

Dessa forma, o projeto começou a ser gerido tomando as redes sociais digitais, como locus investigativo de novas práticas, por entenderem que milhares de pessoas podem ser alcançadas rapidamente por esse tipo de socialização, assim escolhemos a plataforma de social media e marketing digital, etus.com.br, para o desenvolvimento e a produção de conteúdos específicos, questionador das concepções pedagógicas (*behaviorista, cognitivista e sociointeracionista*) organizamos o (1) *Quiz*⁶, também nosso minerador; (2) um site - www.docefisica7, para armazenar conteúdos extensos e mais complexos como dissertações e artigos, (3) um *Facebook* – intitulado: Ciências e aprendizagem, cuja finalidade era de publicizar nossas ações, armazenar conteúdos, captar e fidelizar professores interessados, e um (4) *Instagram*, @docefisica – que disponibilizou as práticas e discussões objetivas. Visando uma melhor compreensão de como se deu o processo DoceFísica como crossmedia, podemos observar o gráfico abaixo:

Gráfico 4 - DoceFísica: Projeto de Crossmedia⁸



Fonte: as autoras (2020).

⁶ <https://pt.quizur.com/quiz/qual-concepcao-pedagogica-voce-mais-se-identifica-4mwf>,

⁷ <https://docefisica01.wixsite.com/docefisica>

⁸ Excetuando-se o ETUS, que seus serviços são pagos, as demais plataformas digitais são todas gratuitas.

Com a equipe organizada e as plataformas digitais para cross-media selecionadas estabeleceu-se um cronograma de reuniões e de trabalho que durou de março a setembro de 2019, em 6 (seis) meses de trabalho. Como primeiro passo desenvolveu-se o *Quiz*, com perguntas que direcionaram o participante a compreender a que abordagem pedagógica a sua práxis mais se aproxima, destacamos que em alguns casos, o próprio docente nem se dá conta disso. Pois, na maioria das vezes, quando se pergunta aos professores qual teoria ou concepção de aprendizagem são por eles empregadas, alguns não sabem ao certo do que estamos falando, ou articulam um discurso pedagógico exemplar, porém, não o praticam de fato.

Este jogo de perguntas foi elaborado de forma randomizada, para evitar que os participantes ficassem sobre o controle de um único eixo pedagógico, e no sentido de sensibilizar o professor a perceber qual das três concepções de aprendizagem sua prática melhor se enquadraria. Ao concluir o *Quiz*, a última janela mostra um perfil sobre a personalidade indicada fazendo um convite ao link para o site Doce-Física que também redireciona para o *Facebook* e *Instagram*.

O nosso *site* foi desenvolvido na plataforma *wix*, que vem se destacando atualmente com vários adeptos por todo o mundo, ela fornece várias opções de interfaces o que possibilitou a criação de formulários, janelas, links e botões. Nela foi possível criar opções no menu e organizar por tema o material que se desejava.

Antes de trabalharmos com os conteúdos da forma que estão expostos no *site*, foram desenvolvidas tabelas com base nas dissertações e produtos educacionais do MNPEF, contendo: o ano de sua defesa, autor, polo, um pequeno resumo, título da dissertação e principalmente os conteúdos que podem ser trabalhados durante aplicação do produto a partir da abordagem de aprendizagem Cognitivista ou Sociointeracionista.

A organização do site apresenta-se de acordo com as áreas da física e das concepções de aprendizagem, o quadro abaixo mostra a estrutura do site:

Gráfico 5 - Estrutura do site DoceFísica



Fonte: as autoras (2020).

Completando as funcionalidades dessa crossmedia e, a partir da integração do *Instagram* e *Facebook*, fizemos a exposição de conteúdos de forma a se desenvolver o engajamento, criando dinâmicas de curiosidade, informação, convite à tentativa e experimentos que estavam contidos e referenciados dentro dos documentos armazenados em nosso *site*. Cooperando assim, para a difusão do conhecimento sem deixar de lado a credibilidade, pois a todo instante reforçamos o fato desse conteúdo ter sido produzido dentro da UFPE-CAA.

Nesse sentido, Kenski (2013, p. 105) destaca que:

A ação docente mediada pela tecnologia é uma ação partilhada. Já não depende apenas de um único professor, isolado em sua sala de aula, mas das interações que forem possíveis para o desenvolvimento das situações de ensino. Alunos, professores e tecnologias interagindo com o mesmo objetivo geram um movimento revolucionário de descobertas e aprendizados. Essa formulação já mostra que a instrumentação técnica é uma parte muito pequena do aprendizado docente para a ação bem-sucedida na mediação entre educação e tecnologias.

Como tratamento de conteúdo anterior as postagens e para socialização entre os membros da equipe, entre os quais muitos eram desconhecedores dos temas tratados pelos docentes da física, foi

produzido segundo as concepções pedagógicas e dentro do conjunto de dissertações trabalhadas uma tabela, como no exemplo abaixo, visando facilitar o acesso às informações:

Tabela 1 - Exemplo do tratamento conteudístico dos produtos educacionais do MNPEF anterior às postagens

DADOS CADASTRAIS	REFERENCIAL DE IMAGEM	INFLUÊNCIA TEÓRICA	TEXTO RESUMO	TEORIA
<p>Polo: 01 - MNPEF Ano: 2017. Autor: Fábio de Oliveira. Título: A PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE VÍDEOS REDUBLADOS COMO FERRAMENTA MEDIADORA NO ENSINO DE FÍSICA. Conteúdos: fenômenos físicos básicos da eletrostática. Nível: Ensino Médio Área: Eletrodinâmica Site: http://repositorio.unb.br/handle/10482/31732</p>	<p>Youtube</p>  <p>Figura 1 - Vídeo usado por mim em algumas conscientizações de aulas e vídeos originais.</p>	<p>Vygotsky O processo de produção de vídeos redublados, valoriza o trabalho coletivo e cooperativo. Os estudantes são responsáveis pela construção de seu conhecimento individual e coletivo. O ambiente computacional destinado a reimagem dos vídeos: proporciona mudanças qualitativas na zona de desenvolvimento proximal, conjectura um trabalho de parceria para produzir algo que não poderiam produzir individualmente e permite a interação entre os estudantes e o professor, por meio da linguagem humana e pela linguagem da máquina. As atividades colaborativas num ambiente computacional, favorecem o diálogo livre e aberto, instituindo em ambiente de confiança e oportunizando os estudantes a expressar os seus pensamentos sem retaliação.</p>	<p>O trabalho visa compreender a articulação entre o conhecimento tecnológico na reimagem de vídeos e os seus respectivos elementos didáticos, a fim de demonstrar se a produção e utilização de vídeos redublados contribuem no processo do aprendizado dos fenômenos físicos básicos da eletrostática. A ação fundamenta-se na metodologia de projetos onde os estudantes saem da passividade do modelo tradicional de ensino e por meio de estratégias de pesquisa, desenvolvem atitudes de cooperação mútua e percebem o sentido e o significado do conhecimento para a sua vida. A cultura do remix vem sendo discutida há várias décadas. A transformação de obras conhecidas e protegidas pela Lei de direitos autorais não acontece apenas no meio musical, acontece também na produção literária e audiovisual. Com advento da internet e seus respectivos sites de compartilhamento de vídeos, em especial o YouTube, a popularização desta prática vem sendo difundida massivamente.</p>	<p>A teoria de Vygotsky enfatiza que a cultura e a interação social são fatores determinantes no desenvolvimento da consciência humana. Por meio da realização de experimentos que tentavam explicar como processava o conhecimento, identificou que entre um estímulo (E) e uma resposta (R), havia um elo intermediário, um signo, formando a memória mediada, que é diferente da memória natural, que surge da influência direta de estímulos externos sobre os seres humanos. (MESS, 2002).</p>

Fonte: as autoras (2020).

Um total de 34 tabelas, como a Tabela 01, compuseram o nosso banco de dados e foram utilizadas para auxiliar não somente na organização da informação em resumos categorizados, mas também para facilitar o compartilhamento do conteúdo entre a equipe de produção, no sentido de que, simultaneamente, pudessem ser feitos os tratamentos textual e imagético relacionados, e esses conteúdos pudessem ser distribuídos nos diferentes canais da nossa rede de comunicação.

Esse modelo de tabela é composto por cinco colunas, a primeira contém os dados gerais e cadastrais da dissertação, a segunda a sugestão de imagens, que em sua maioria foram retiradas do manual do produto para servirem de base criativa para a designer

ilustrar os *Cards* (imagens das postagens). A terceira explica a influência da teoria de aprendizagem abordada no corpo da dissertação e, por fim, um texto resumo realizado por observações feitas na leitura do manual, metodologia e conclusão da dissertação, que serviram de insumo para a jornalista.

Os *Cards* foram elaborados sob uma organização simbólica que buscou identificar/classificar a teoria de aprendizagem por cores e por um símbolo a área da física que ele vem a representar, como se observa no gráfico 05, intitulado Estrutura do *site DoceFísica*.

No que tange ao design de informação, sabe-se que todo conhecimento, que fica disponível para acesso por um público-alvo, tem um ponto de partida e um ponto de chegada. A equipe de produção, o emissor da informação é o ponto de partida e o ponto de chegada, ou público-alvo, são os professores e estudantes que se interessam pela ciência, mais especificamente, a física. Eles são o foco de indicação dessa mensagem visual, ou seja, os usuários da informação, e para que a mensagem visual seja clara, adotou-se uma linguagem gráfica apropriada, a fim de aumentar as áreas de identificação e de bem-estar com os conhecimentos a serem apreendidos.

A programação da alimentação dos dados teve como apoio o sistema *Etus*, pelo qual foi possível agendar as postagens realizadas no decorrer da semana, segundo um plano de comunicação, que seguiu um padrão, conforme a descrição e a organização apresentada na Tabela 02.

Tabela 2 - Cronograma de Postagens para o Etus

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Quiz ou vídeo	Concepção Pedagógica	Concepção Pedagógica	Concepção Pedagógica	Good Vibes
<i>Comunicação para reforço do Quiz</i>	<i>Texto Explicativo e convidativo a conhecer</i>	<i>Texto Explicativo e convidativo a conhecer</i>	<i>Texto Explicativo e convidativo a conhecer</i>	<i>Cultura e Conteúdo de física.</i>

Fonte: as autoras (2020).

De acordo com a tabela 02, verifica-se que o início da semana foi pensado para reforçar o convite ao *Quizz*, ou seja, para que mais pes-

soas pudessem perceber a qual teoria de aprendizagem suas práticas docentes se vinculam, gerando engajamento via evidência do processo educacional, constante em sala de aula, atrelado às escolhas e atitudes do docente. Ou postagem com vídeo de experimentos ou estudos físicos, contendo breves esclarecimentos sobre o seu conteúdo.

Nos três dias seguintes as postagens faziam referência direta à apresentação de materiais referentes a um determinado produto educacional do MNPEF-Caruaru, fundamentando-se nas concepções de aprendizagem cognitivista e sociointeracionista, pela sua recorrência nas respostas dos *Quizz* feitos. E, por fim, chegando a sexta-feira reservava-se a posts com conteúdos culturais, com sugestão de filmes, teatro, músicas, etc., favorecendo o engajamento via as dinâmicas das diversas linguagens artísticas.

Resultados Obtidos

Tendo em vista o uso atual das Redes Sociais Digitais e a dificuldade que muitos professores de física possuem em ter acesso ou mesmo de produzir materiais pedagógicos de boa qualidade, que possam mediar as suas aulas, o DoceFísica propôs com êxito, que recursos visuais sobre o conhecimento de física, já existentes em circulação na internet, de livre acesso e, em grande parte dos casos, pautados apenas pela narrativa do senso comum, ou seja, sem uma curadoria prévia que nivele a argumentação no âmbito do conhecimento científico, fosse organizado dialogicamente, para que a contribuição, ou mesmo a ampliação da sala de aula fosse o seu sentido principal.

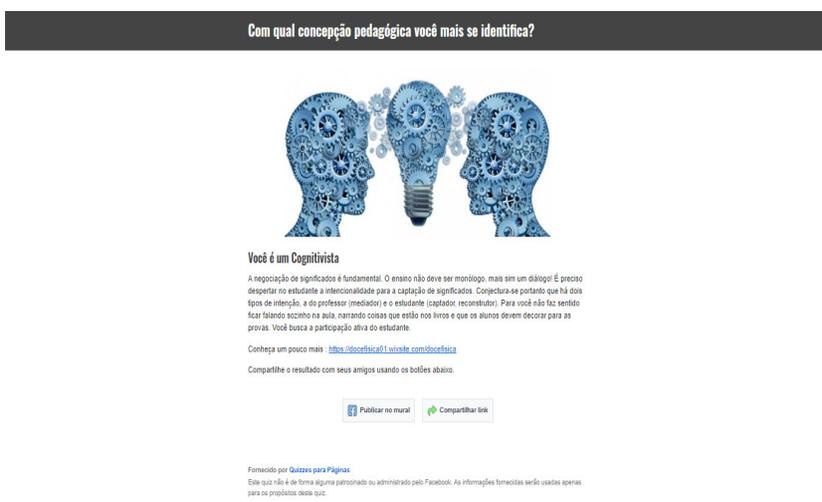
As sequências das alternativas propostas nas questões, à medida que foram respondidas, encaminharam para a descrição de uma tendência de perfil dos professores que responderam o *Quiz*. Ao final, foi possível gerar uma classificação em categorias, de acordo com as concepções pedagógicas predominantes, sendo elas:

- 1. Provocador do saber** - que faz referência ao sociointeracionismo;
- 2. Debatedor de ideias** - que faz referência ao cognitivismo;
- 3. Controlador do saber** - que faz referência ao behaviorismo/tradicionalismo.

Na figura 1 verifica-se como esses perfis eram apresentados. A tela principal do site traz uma breve apresentação sobre o produto por meio do texto “Quem somos”, um *Hover box* para o *Quiz*⁹, um formulário “Fale conosco” em que o visitante poderá entrar em contato por e-mail com o DoceFísica e um de *Feedback*.

Na barra superior, temos três links: *Facebook*, endereço eletrônico e *Instagram*. Dessa forma, a RSDC “DoceFísica” também está interligada ao *site*.

Figura 1 – Perfil cognitivista



Com qual concepção pedagógica você mais se identifica?



Você é um Cognitivista

A negociação de significados é fundamental. O ensino não deve ser monólogo, mais sim um diálogo. É preciso despertar no estudante a intencionalidade para a captação de significados. Conjectura-se portanto que há dois tipos de intencionalidade: a do professor (mediador) e o estudante (captador, reconstrutor). Para você não faz sentido ficar falando sozinho na aula, narrando coisas que estão nos livros e que os alunos devem decorar para as provas. Você busca a participação ativa do estudante.

Conheça um pouco mais: <https://www.facebook.com/docefisica>

Compartilhe o resultado com seus amigos usando os botões abaixo.

[Publicar no mural](#) [Compartilhar link](#)

Formeado por [Quizzes para Páginas](#)

Este quiz não é de forma alguma patrocinado ou administrado pelo Facebook. As informações fornecidas serão usadas apenas para os propósitos deste quiz.

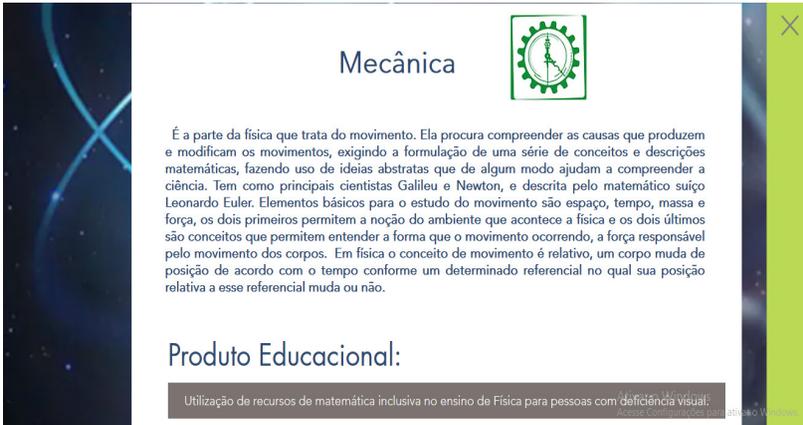
Fonte: as autoras (2020).

O *menu* permanece presente ao navegar pelas seções, permitindo ao usuário voltar ao início sempre que precisar. Essas seções contêm: apresentação sobre o Cognitivismo e Sociointeracionismo. Ao escolher uma delas, uma nova janela traz uma breve explicação e no final da página estão as áreas da física Eletromagnetismo, Física Moderna, Mecânica, Ondulatória, Óptica e Termodinâmica, cada uma contendo os produtos educacionais realizados no MNPEF, um exemplo é apresentado na Figura 02.

O *site* conta com 10 dissertações e seus respectivos produtos educacionais.

⁹ Caixa gerada na plataforma wix para indicar o link de acesso ao quiz.

Figura 2 - Site com o exemplo de apresentação de um produto educacional [mecânica]



Fonte: as autoras (2020).

Os materiais pedagógicos dessa lista apresentam um resumo com o *link* para sua “dissertação/produto” na íntegra. Desse modo, o professor poderá selecionar o material que procura, de acordo com concepção pedagógica e a área da física que tenha interesse.

As Redes Sociais utilizadas neste conjunto virtual são compostas por postagens ilustrativas acompanhadas de textos informativos com a teoria, autor, objetivos e *hashtags*¹⁰.

Os *Cards*¹¹ (53 *cards*) apresentados, foram produzidos de acordo com o material acadêmico exposto no *site* com destaque para concepção pedagógica que é embasado. Todos os *cards* possuem um símbolo identificador de física que corresponde à área abordada pelo material. Na Figura 03 é apresentado um *card* postado no *Instagram*.

Na tela inicial, tanto do *Instagram* quanto do *Facebook*, foram colocados *links* de acesso para o *Quiz* e para o *Site*.

¹⁰ Palavra-chave seguida pelo símbolo #, geralmente usadas para indicar o tema do conteúdo.

¹¹ Na maioria das vezes apresentados em formatos retangulares contém informações resumidas, relevantes, interativas e de rápida compreensão.

Figura 3 – Postagem no Instagram

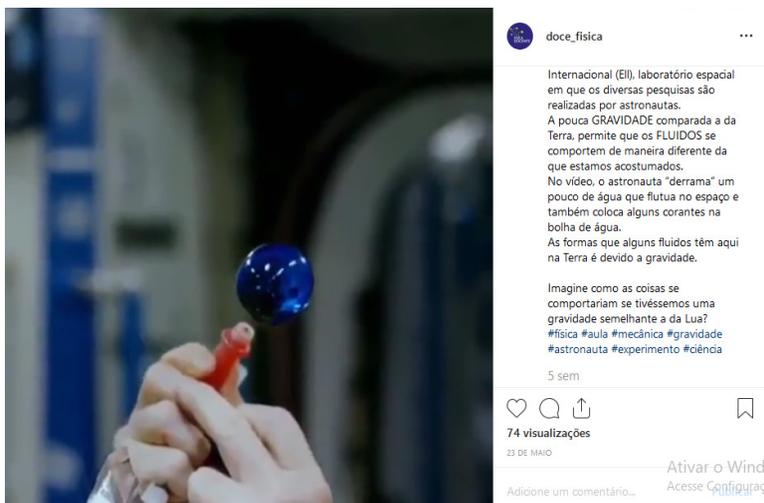


Fonte: @doce_fisica

O **Crossmedia DoceFísica** é um produto educacional, que articula vários outros objetos educacionais em rede, de maneira que facilite o acesso ao conhecimento. Assim, durante sua construção, foram envolvidos outros artefatos produzidos por concluintes do MNPEF-Caruaru. O cuidado em categorizar, por características semelhantes cada material, se deu com o intuito de facilitar o acesso, de modo que o usuário estabeleça o seu sistema de conectividade e recuperação de informação.

As postagens, em um total de 88, que constituem este produto educacional, também envolvem vídeos com experimentos de física e indicações culturais (*good vibes*). Por exemplo, o vídeo de um astronauta na Estação Espacial que “derrama” um pouco de água no ar, formando uma bolha que fica flutuando no espaço (Figura 4), mostra um experimento que permite refletir sobre a pouca gravidade, quando comparada a da Terra, que faz os fluidos se comportarem de maneira diferente.

Figura 4 - Vídeo - Área da física: Mecânica



Fonte: @sciencesetfree

Os vídeos assumiram um papel fundamental, pois, mesmo em quantidade menor de postagens, funcionaram de modo a atrair mais usuários, devido a sua linguagem visual ser mais dinâmica.

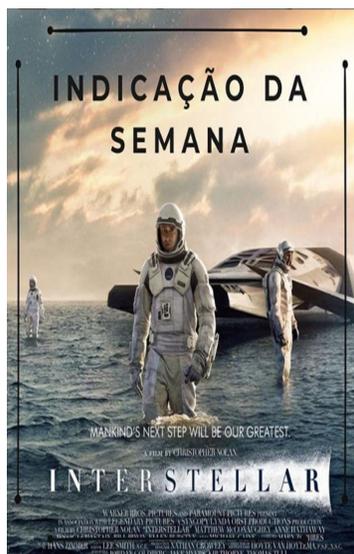
Figura 5 - Um comentário sobre a postagem



Fonte: as autoras (2020).

Contou-se também com indicações culturais, relacionadas à ideia de *Good Vibes*, para o fim de semana com essência construtiva, como é apresentado na Figura 06.

Figura 6 - Exemplos de Good Vibes



Fonte: as autoras (2020).

Desta forma, a RSDC DoceFísica contribuiu para que o docente tenha acesso a novos materiais e situações didáticas que promovam uma aprendizagem significativa, pois a busca por informações é crucial e deve ser uma constante para o desenvolvimento de um bom profissional.

Conclusão

A aprendizagem é uma atividade dinâmica e pode ser aprimorada com a prática de métodos que tanto geram a criação como descobertas, entretanto, o engajamento é um ente fundamental do processo. Um programa de formação de professores, que prime por seus conteúdos, deve promover o desenvolvimento do co-

nhcimento de “como ensinar” ligando o conhecimento científico e o pedagógico, bem como a reflexão sobre a prática docente nos diversos ambientes formativos, abrindo mão de uma performance autoritária e incorporando a dialógica.

Nessa perspectiva pedagógica de contemporaneidade e diálogo, os mestrados profissionais em rede favorecem o fortalecimento do elo existente entre universidade e a escola, ao impulsionar a criação de produtos e processos de ensino aprendizagem que aproximem alunos e professores, para que a difusão do conhecimento não aconteça vertical ou unilateralmente, e sim de modo compartilhado e colaborativo. Nessa mão, ferramentas de TICs contribuem, no processo de acesso e ampliação do diálogo para o conhecimento, assim como o livro e as fichas de atividades, e a partir do estudado elas foram consideradas como mais uma ferramenta intelectual nas mãos de um professor, no sentido de conduzirem um repensar tecnológico para educação e de intensificação das redes de saberes de forma solidária.

Com a finalização deste trabalho foi possível, 1. Promover a divulgação dos produtos educacionais do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física - Polo - Caruaru, 2. Comprovar que a parceria com o conhecimento e as práticas do design foram importantes para produzir múltiplas interfaces interativas para a formação de professores e alunos da física e (3) principalmente, que as interações estimuladas e controladas, pelo provisionamento de conteúdo qualificado por um professor de física, e estruturado do ponto de vista da comunicação visual, nas mídias sociais, não somente fortaleceram o papel do professor, como também contribuíram para a partilha e a produção do conhecimento, levando a sala de aula para dentro da sala das pessoas.

Esse projeto foi pensado e finalizado antes da pandemia do Covid-19, por entendermos a necessidade de trazer a força comunicacional das Redes Sociais Digitais, para atuar em favor de uma escola dialógica e emancipatória. Com a chegada dessa crise sanitária global, e a ordem tecnológica associada ao *Home School*, pegou a maioria dos professores brasileiros de surpresa, demonstrando não

somente a fragilidade da formação docente para com as ferramentas para a condução de momentos síncronos ou assíncronos de aprendizagem de modo remoto, como também, um horizonte capital que precariza ainda mais, o já desprestigiado papel de professor.

Assim reforçamos, que o professor deve ser o protagonista nesse processo de educação por meio das Redes Sociais Digitais, e que, assim como ele hoje conta com outros campos de conhecimentos como a psicologia, as artes, a filosofia, entre outros, para o desenvolvimento do campo da formação docente, ele possa também contar com o design, tanto como uma atividade que colabora com a produção de artefatos educacionais, quanto como conhecimento que ele pode se apropriar como uma ferramenta intelectual para o seu desenvolvimento profissional e de seus alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Roberta Silva de; COELHO, Geide Rosa. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação em cursos de licenciatura em Física de uma universidade pública federal: “usos” estabelecidos por professores universitários no processo de formação inicial. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 35, n. 3, p. 888-916, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6816397>. Acesso em: 02 maio 2019.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLAMS, Joseph M. **A Arte da pesquisa**. Tradução: Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 2005.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; PEREZ, Daniel Gil. O saber e o saber fazer do professor. *In*: CASTRO, Amelia Domingues de. **Ensinar a ensinar**. 2014, Cengage Learning, p. 107-124.

CLEBSH, Angelisa Benetti; ALVES FILHO, José de Pinho. Construção do

conhecimento pedagógico de conteúdo na formação de licenciandos em Física. **RISTI-Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, Porto, n. 28, p. 86-101, set. 2018. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1646-98952018000300008&script=sci_arttext&lng=en. Acesso em: 03 mai. 2019.

CLEBSCH, Angelisa Benetti. **Construção dos saberes docentes na formação do licenciando em Física**. 2018.420f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/192734>. Acesso em: 22 dez. 2018.

CONSELHO DO MNPEF. **Regimento do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física MNPEF- 11 de março de 2015**. Disponível em: http://propg.ufabc.edu.br/mnpef/documentos/RegimentoMNPEF_11_03_2015_final.pdf. Acesso em: 24 mai. 2019.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Cibercultura e Formação de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GAUCHE, Ricardo. Conversando sobre saberes e fazeres da educação em Ciências no contexto do Mestrado Profissional. *In*: MARRANGHELLO, Guilherme Frederico; LINDEMANN, Renata Hernandez. (Orgs.). **Ensino de Ciências na Região da Campanha: Contribuições na Formação acadêmico-profissional de professores de Química e Física**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas, SP: 2012.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

LAKATOS, Imre. O falseamento e a metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. *In*: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo, Cultrix, 1979.

MORAES, Ubirajara Carnevale (org.). **Tecnologia Educacional e Aprendizagem**: O uso dos Recursos Digitais. São Paulo: Livro Pronto, 2008.

MOREIRA, Marco Antonio; NARDI, Ricardo. O mestrado profissional na área de Ensino de Ciências e Matemática: alguns esclarecimentos. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v.2, 2010.

MOREIRA, Marco Antonio. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. n.1 – julho – 2004. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/26/23>. Acesso em: 24 mai. 2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

PORLÁN ARIZA, Rafael; RIVERO GARCÍA, Ana. **El Conocimiento de los profesores**: una propuesta formativa en el área de ciencias. Sevilla, Espanha: Díada Editora, 1998.

REDIG, JOAQUIM. Não há cidadania sem informação, nem informação sem design. **Revista Brasileira de Design da Informação**, v. 1, n.1, 2004.

3

Audiovisual e ensino

3

Olimpíada Filosófica: uma experiência de uso de audiovisual no ensino médio

*Juliana Messias Goss*¹
*José Carlos Fernandes*²

O objeto de estudo deste artigo é um evento que se torna tradicional em Curitiba e chama atenção para as ligações entre comunicação e educação, assim como para as metodologias aplicáveis no ensino médio. A Olimpíada Filosófica – uma mostra de curtas-metragens produzidas por estudantes – realizou a sétima edição na capital paranaense em 2019. A iniciativa nasceu em 2011, mas, neste período, não foi realizada em dois anos distintos. A atividade movimentou colégios públicos e particulares da capital e da região metropolitana. Na edição realizada em 2019, foram 15 colégios inscritos, com mais de 280 trabalhos avaliados. A maioria dos vídeos é produzida por alunos do ensino médio.

¹ Juliana Messias Goss, Mestranda em Comunicação - Formações Socioculturais no PPGCOM-UFPR, Jornalista, pesquisadora no Grupo Click. E-mail: julianagoss@gmail.com.

² José Carlos Fernandes, Doutor em Estudos Literários (UFPR), professor adjunto do curso de Comunicação da UFPR, professor do PPGCOM-UFPR, vice-líder do Grupo Click. E-mail: zecafernandades1964@gmail.com.

Apesar do nome, a olimpíada não é uma competição. O objetivo é estimular a experiência do filosofar e o pensamento crítico (FILOSOFIA, 2020). Entre os objetivos específicos encontrados na página do evento na internet estão: auxiliar na formação dos discentes e no desenvolvimento do diálogo a partir da percepção de novas maneiras de pensar por meio da filosofia, colocada em prática no coletivo; trazer ao adolescente o interesse na escrita e na leitura; possibilitar a interface da disciplina com outros modos de conhecimento (FILOSOFIA, 2020).

O projeto nasceu da inquietação de um grupo de professores de Filosofia, que buscava aproximar a disciplina da realidade dos alunos. A iniciativa é promovida junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino de Filosofia (NESEF) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Discentes da educação infantil, ensino fundamental e médio podem participar, mas quase todas as escolas integradas inscrevem um volume maior de vídeos de alunos do ensino médio. Na edição de 2019 foram registradas inscrições de alguns trabalhos de outros estados brasileiros – Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Durante o ano letivo, os professores de Filosofia que participam da olimpíada constroem junto aos alunos os conceitos da disciplina. Em um ou dois trimestres do ano letivo, a produção audiovisual acontece. Os curtas-metragens devem ter de 4 a 6 minutos de duração. Entre as temáticas desenvolvidas estão mito, ética, teoria do conhecimento, estética e filosofia da ciência. Os assuntos devem ser desenvolvidos com base na realidade social dos discentes, além de não ser permitido mencionar qualquer forma de preconceito, incitar à violência, crimes ou a utilização de drogas (FILOSOFIA, 2020).

Os estudantes devem desenvolver conceitos trabalhados na aula de Filosofia a partir da percepção do contexto social em que estão inseridos. Os vídeos são enviados pelo professor da disciplina ao comitê que avalia se o material respeita os critérios da olimpíada. Não são atribuídas notas nem conceitos. As criações são exibidas nos colégios e, na sequência, num grande evento organizado pela UFPR, no setor de Educação da instituição, em Curitiba.

Este artigo apresenta um recorte da dissertação de mestrado de Juliana Goss com a orientação do professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, José Carlos Fernandes, sobre o processo de produção dos vídeos em turmas do ensino médio de três colégios estaduais que participam da olimpíada desde a primeira edição: Colégios Estaduais Professora Ottilia Homero da Silva e Amyntas de Barros (ambos em Pinhais, na Grande Curitiba) e Colégio Estadual do Paraná (na capital paranaense). As instituições foram escolhidas para este estudo porque os professores da disciplina de Filosofia nesses locais têm a metodologia solidificada no uso do audiovisual. Para este trabalho, foram entrevistados os professores Márcio Pereira (cujo sobrenome social e noattes é Pheper), do Colégio Estadual do Paraná; Paulo Renato Araújo Dias, do Colégio Estadual Professora Ottilia Homero da Silva; e Edson Teixeira de Rezende, do Colégio Estadual Amyntas de Barros. Todos possuem mais de dez anos de experiência de uso do audiovisual em sala de aula, com largo estímulo à produção de curtas-metragens por parte dos alunos. Devido à pandemia do coronavírus, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas na forma remota, via aplicativo Zoom, no mês de junho de 2020.

É importante ressaltar que apesar do uso do audiovisual em sala de aula ser uma prática passível de ser considerada consolidada, cada professor de Filosofia entrevistado afirmou que segue uma didática diferente para conduzir os alunos na produção dos curtas-metragens. Antes da elaboração e gravação dos vídeos, os alunos leem textos filosóficos, aprendem a interpretá-los e a debater em sala de aula. Na sequência, devem produzir um roteiro e gravar o material, em grupos que têm em média cinco integrantes. Em linhas gerais, os professores trabalham durante o primeiro semestre do ano letivo todo o embasamento teórico da disciplina e promovem as discussões em sala de aula sobre os temas filosóficos. Na outra parte do ano, os adolescentes partem para a prática comunicacional que visa expressar em vídeos o que aprenderam na disciplina. As gravações quase sempre são feitas com os celulares dos alunos. São eles que devem editar os materiais e inserir legendas também para tornar o conteúdo acessível a todos.

Entre as temáticas mais frequentes expressas nos vídeos estão à violência e relacionamentos interpessoais. Humor, documentário e animação estão entre os formatos mais usados por eles para expressar o cotidiano.

O aluno e sua realidade

A distância entre o conhecimento apresentado pelo professor com base na filosofia e a vida real dos estudantes deve ser a mais curta possível. É difícil prender a atenção do estudante e impulsioná-lo a se envolver com a gravação dos vídeos sem antes compreender o contexto, os medos e anseios dos jovens. Este é um dos maiores desafios da escola hoje: aproximar-se do aluno e perceber os diferentes “lugares” em que o conhecimento ocorre no ensino médio. Os saberes não ficam presos mais às quatro paredes da escola, nem a receitas escolares, como a da redação estruturada em introdução, desenvolvimento e conclusão (TEZZA, 2013).

A percepção do “lugar” do estudante traduz um avanço flagrante na compreensão do aprendizado em meio à sociedade informática. A discussão sobre a “interpretação”, “imaginação”, “leitura criativa”, entre outros termos pertinentes, padece, ainda hoje, de certa desconfiança. Teme-se que ao “permitir” o ponto de vista, fira-se a integridade do texto estudado, motive-se uma iconoclastia vazia e uma relativização dos conteúdos, um “tudo pode”. Por certo, ao afrouxar a rédea da “leitura autorizada” e, por extensão, passível de ser autoritária, o educador se lança num labirinto pedagógico nem sempre confortável, mas ainda assim um labirinto incontornável em meio aos imperativos da web; e diante da compreensão aguda do aluno como sujeito, logo, leitor-narrador, condição da qual só pode desfrutar estando a partir de um ângulo. Um ângulo possível, a ser individualizado no fazer educacional, desmassificando a ação – como deseja a educomunicação e como promove a pedagogia histórico-crítica, cujo princípio é o de que o estudante produza conhecimento a partir da interpretação e da escrita (SAVIANI, 2013).

Não causa espanto que a abertura para a dimensão espacial do leitor tenha bases sólidas no ensino da literatura e no ensino da Filosofia – dois campos de conhecimento em que negligenciar o ponto exato em que o leitor está equivale a não enxergá-lo. Tanto para ensaístas e filósofos, quanto para literatos, um texto é o resultado do cruzamento das muitas leituras que recebeu (PINTO, 2004), por meio de seus infinitos leitores, no tempo e no espaço. Quem pode ler O discurso do método, de Descartes, tal e qual foi lido no século XVII? Uma vez aceita essa premissa, a janela se abre – a leitura criativa não parte do zero e não há por que temê-la, como se representasse um adultério. O texto filosófico aciona repertórios, provoca relações, válidas e possíveis, observáveis, pois são parte da experiência estética. Não é um erro, é um caminho. O caminho da consideração de que o saber crítico não implica na negação do prazer, que em última análise é o princípio do conhecimento (ALVES, 2004).

Seguimos no processo de transposição de uma “sociedade com sistema educativo a uma sociedade educativa, ou seja, cuja rede educativa atravessa tudo: o trabalho e o ócio, o escritório e o lar, e saúde e a velhice” (MARTÍN-BARBERO, 2014). Isso significa que o formato tradicional de ensino com as disciplinas correspondentes a cada ano escolar tem sido ultrapassado pela rede de troca de informações que a internet articula, sem nenhuma dificuldade. Aprende-se com qualquer idade assistindo a vídeos no Youtube, lendo postagens em blogs especializados, ouvindo podcasts, entre outros. O que fortalece ainda mais a dicotomia na relação entre aluno e escola é a forma como as instituições de ensino obrigam o jovem a deixar de fora “seu corpo e sua alma, suas sensibilidades e gostos, suas incertezas e raivas” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 122) num claro distanciamento entre as possibilidades apresentadas pelo virtual e o cenário apresentado em sala de aula.

A partir deste olhar, tem-se entre os consensos apresentados pelos professores de Filosofia o de que, antes de propor qualquer atividade com audiovisual, é necessário ser sensível à realidade da turma. O primeiro passo, segundo o professor Edson Rezende, é observar os problemas e indagações presentes na cultura do dis-

cente. No entanto, é importante não deixar que a aula se torne um grande debate no qual todos expressam suas opiniões sem fundamentação. É essencial que, ao ler o texto de um filósofo, o aluno entenda o problema inicial e como ele foi sistematizado, de modo que o conteúdo seja compreendido e interpretado. Tal expediente ajuda a ter uma ferramenta para que o estudante possa enxergar o problema do cotidiano, utilizando conceitos ou estruturas de pensamento propostas pelos autores (GOSS, 2020).

Apesar de surpreenderem em alguns momentos, muitos estudantes trazem nos curtas-metragens referências audiovisuais semelhantes, oriundas da animação, dos jogos de videogame e dos canais do Youtube. É compreensível que a revolução tecnológica na qual o estudante de ensino médio está inserido também crie uma nova forma de conexão entre os processos simbólicos de produção de saberes (MARTÍN-BARBERO, 2014). Estar “em rede” significa compartilhar conhecimento, disseminar ideias e aprender em diferentes plataformas, com as mais variadas linguagens – não se limitando apenas ao verbal.

Além disso, a mediação comunicacional surge neste cenário de modo a permitir que a audiência deixe de ser anônima e em massa e passe a ser ativa, evoluindo para a produção de conteúdos também (GÓMEZ, 2014). O público cria seu próprio serendipity – algo como prazer das descobertas –, uma potência criativa e intelectual que não pode ser negligenciada (DIMENSTEIN, 2011). Não é por acaso que muitos canais no Youtube no Brasil trazem jovens como protagonistas, compartilhando experiências de vida, conhecimento e opiniões diversas. É justamente neste “mundo virtual” que o jovem encontra a autonomia para demonstrar suas opiniões com liberdade – já que na maior parte das vezes o acesso à internet é feito sem a interferência direta de um adulto (GAIDARGI, 2019).

Um dos professores de Filosofia entrevistados, o docente Paulo Dias, afirma que existe a ideia predominante nas escolas de que o aluno será “salvo” pela educação – somente ela poderá fazer com que o jovem seja “alguém”. Tal afirmativa, a propósito, transita no imaginário nacional e, a despeito de conter uma verdade, é repetida de forma mecânica, sem que se avalie suas implicações e equívocos

implícitos. Incorre-se no risco de ver a escola como único caminho para o aprendizado; tratar como inegociáveis os métodos da escola – não raro tradicionais; promover a escolarização do saber, esquecendo que existem “saberes”; e, por fim, livrar da responsabilidade educacional outros setores da sociedade, a quem também cabe educar. A sobrecarga nas costas da escola é, afinal, um dos dilemas nacionais. Em suma, a crença acrítica na fórmula da educação redentora carrega junto uma crença ingênua de que o estudante é incapaz, necessitando ser conduzindo, sempre (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999).

Na avaliação de Paulo Dias, os estudantes trazem elementos formativos de casa, por exemplo. Possuem um modo de ver o mundo que não pode ser desconsiderado. De acordo com o docente, tal condição influencia diretamente no trabalho desenvolvido em sala de aula (GOSS, 2020). Na sociedade contemporânea é inconcebível o aprendizado unilateral, em que somente o professor repassa o conhecimento e ele é reproduzido pelo discente. Vivemos na época da horizontalidade: estudante e docente fazem parte do processo (COUTINHO; LISBOA, 2011).

O contrário disso equivale a neutralizar uma condição própria da linguagem – uma interação social por natureza, feita por meio de interações verbais e visuais. Uma atividade humana que se modifica em cada território, podendo ser tão surpreendente que, mesmo que um grupo fale o mesmo idioma, todos os participantes são políglotas, no sentido metafórico do termo. A competência educacional, nesse sentido, é de motor para internalização de conceitos que se converterão em fala – e múltiplas falas (GARCEZ, 1998).

O pesquisador pioneiro em estudos de educomunicação no Brasil, Ismar Soares, afirma que “a escola hoje repele e joga contra as experiências mais interessantes que a adolescência proporciona ao indivíduo. A escola está distante do jovem” (2011, não p.). Por esse motivo, é necessário que as instituições de ensino compreendam que não são mais os únicos lugares de legitimação do saber: uma infinidade de conhecimentos se multiplica no universo digital e este é para Jesus Martín-Barbero, “um dos desafios mais fortes que o mundo da comunicação apresenta ao sistema educacional” (2000, p.

55). Diante deste cenário, fica claro que a educação não pode mais se limitar a um lugar físico. No entanto, a escola continua sendo a grande articuladora dos conhecimentos. É somente reconhecendo a nova dinâmica que surge pelo intercâmbio de informações e pela hibridação de conhecimentos a partir dos meios de comunicação, que a educação poderá interagir com a nova realidade do estudante (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Esse movimento dialético de olhar para a realidade e para o conteúdo teórico – no caso deste estudo, os textos de filosofia – contribui para que o conhecimento na disciplina seja construído, conforme pontua o professor Márcio Pheper. Os alunos precisam encontrar exemplos particulares para que possam extrair conhecimentos universais e, neste exercício, o conhecimento passa a receber um novo valor, relacionando-se com o concreto, com a realidade vivenciada por eles. Por mais que pareça simples organizar uma atividade com a tecnologia em sala de aula, é fundamental não perder de vista a ideia de que o conhecimento deve ser construído com o aluno e isso, por si só, o domínio dos aplicativos para gravação e edição no celular não traz (GOSS, 2020).

O domínio da ferramenta não pode ser confundido com o protagonismo juvenil. Um não traz como consequência o outro

Apesar de estarem imersos na cultura digital e nas novas tecnologias, os estudantes de ensino médio nem sempre sabem como utilizar as ferramentas tecnológicas. E este “saber” vai muito além de dominar a utilização das telas. O professor Márcio observa que os adolescentes do ensino médio quase sempre estão presos a formatos estabelecidos pelas plataformas. Um exemplo é o Tik Tok – aplicativo para compartilhar vídeos. O jovem sabe usar a ferramenta, mas se vê aprisionado a uma linguagem. Quando é oferecida a ele a oportunidade de criar algo novo e de romper com o padrão, surgem inúmeras dificuldades. Conhecer os aplicativos de mídia não é sinônimo de protagonismo (GOSS, 2020). A maior prova disso é quan-

do o professor propõe a elaboração do roteiro. Criar algo próprio, a partir de uma visão sobre o mundo (tendo por base os conceitos filosóficos) é um exercício inovador, que estimula a subjetividade, a expressão e a fabulação do conhecimento. Para o professor, o estudante tem que dominar a ferramenta tecnológica e romper com os padrões oferecidos por ela e não permanecer alienado. A ideia é se libertar da forma e extrapolar a linguagem conhecida.

A indagação de Pepher está *pari passu* com as práticas pedagógicas vicejadas a partir da década de 1980. Entendeu-se que o ensino não poderia mais ficar enclacrado na preocupação com as metodologias de aprendizagem. Mais do que isso – percebeu-se que essa preocupação como assalto de possibilidades de aprendizagem extrapolava o ambiente escolar e se desenvolvia no mundo corporativo, nos meios de comunicação e em circuitos acadêmicos não propriamente ligados ao ensino formal. Trata-se de um movimento expandido (COSTA, 2009 B), que gerou mapeamentos, multiplicidades de linhas – que não raro considera quem é aquele que lê, que efeitos o conteúdo tem sobre ele, seu vocabulário, dentre outros tantos elementos que entendem a interpretação de texto como um processo global.

Por tornar o estudante protagonista do conhecimento, entre outros fatores, a prática da Olimpíada Filosófica se enquadra nas características propostas pela Educomunicação – conceito que nasce nos anos 1980 e engloba a tecnologia, a educação e a comunicação. A primeira a utilizar o termo foi a Unesco. No Brasil, a prática ganhou forma nos movimentos de educação e comunicação popular, guiados principalmente pelo pedagogo e filósofo Paulo Freire, para quem a leitura do mundo precedia a leitura da palavra (FREIRE, 2006). Ou seja, a experiência do estudante contamina o conteúdo, dando origem a um processo ativo. O mesmo processo – uma vez desencadeado – leva o educador atento a perceber que cada educando é uma biblioteca. E os livros que ele carrega – sejam imagens, vivências ou livros – dialogam entre si, o que não ocorre sem atrito, pois as intencionalidades do discente podem fugir das intencionalidades do docente (BRAGA; SILVESTRE, 2009).

O foco dos estudos era estabelecer o diálogo entre como os públicos reagem aos meios de comunicação e como esse processo impulsionava articulações e ressignificados nesses grupos. Foi na década de 1990 que entidades não governamentais e universidades passaram a pesquisar a metodologia para incluir no ensino de práticas relacionadas à mídia. Produzir mensagens por parte dos estudantes seria um diferencial do que havia sido pesquisado em outros países, principalmente relacionado à leitura da forma como a mídia transmitia as informações (SOARES, 2001).

É por meio da educomunicação que o discente pode formular o aprendizado a partir da observação crítica dos meios e também da produção de conteúdos pelas mídias – num flagrante reforço ao caro conceito de “cidadania cultural”. O estudante que produz, produz igualmente seu direito à cultura (SANTOS, 2009). E este aprendizado não se resume às questões que envolvem o ensino regular. O saber adquirido transcende o que reflete no protagonismo deste jovem na escola, na comunidade e no mundo (GAIDARGI, 2019). Além disso, o pensamento crítico é estimulado juntamente com a produção de cultura. O discente aprende a se apropriar dos meios de comunicação, construindo o conhecimento a partir da reflexão do que é feito, interagindo com o ecossistema escolar e com a comunidade e também produzindo conteúdo (GAIDARGI, 2019).

No caso dos curtas-metragens produzidos pelos alunos do ensino médio, nas aulas de Filosofia, e que são exibidos na Olimpíada Filosófica, são criados em grupos. A dinâmica de definir uma temática, um roteiro e gravar o vídeo oferece total protagonismo ao jovem, que expressa no audiovisual suas impressões sobre o mundo, a partir do conhecimento construído nas aulas da disciplina. No trabalho desenvolvido em sala de aula, o professor Mário Pheper ressalta que o processo educacional é essencialmente uma troca – o aluno deve ser protagonista e é a arte que possibilita isso, obrigando o discente a colocar uma parte de si no objeto que está criando. Segundo o professor, no audiovisual isso fica evidente: o estudante é sujeito ativo (elabora o roteiro, produz, grava, edita).

A apreensão do discurso filosófico – e essa é uma das riquezas – se dá pela leitura e interpretação das imagens – um processo distinto do processo do texto. Na imagem, importa o sentido – o espectador sai em busca do autor, para saber quem é e o que ele quis dizer com aquilo que mostrou. Ora, tal interação coloca a filosofia nas raias da fotografia, do filme, do quadrinho, promovendo uma ebulição interpretativa (COSTA, 2009 A).

Sabe-se que não são águas tranquilas. Os discursos correntes entre educação e mundo digital não raro redundaram numa afirmação subliminar de incompetência dos educadores – que deveriam se sentir obrigados à navegação, sob risco de se tornarem obsoletos. A subjetivação do bom e do mau educador ficaram não raro vinculadas à capacidade de transitar na web e fazer dela um novo espaço público e um ambiente educacional. O elogio à web não raro ganhou ares pirotécnicos, causando um efeito mais opressivo do que colaborativo sobre o ensino (KLEIN, 2011). Pode-se afirmar com certa segurança que a experiência da Olimpíada Filosófica desvia dessas ciladas – ou pelo menos está ciente do que representam, talvez pela trilha própria em que discutiu a volta da Filosofia ao ensino médio, questão que é por si só um oceano.

A integração entre dois ramos tão opostos quanto como complementares – por mais absurdo que pareça – como a educação e a comunicação também possibilita a interdiscursividade. Grosso modo, de um lado se tem um discurso oficial, formatado, e, de outro, encontramos um discurso desautorizado, que busca a notícia, o novo, em todos os momentos. A educação é vinculada ao Estado, precarizado, e a comunicação é voltada ao mercado, em constante transformação e adaptação. A polifonia discursiva embasa os estudos na área da educação para a mídia.

Ismar de Oliveira Soares destaca que:

Não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas de que a própria comunicação se converta na vértebra dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação. Dentro desta perspectiva da comunicação educativa como relação e não como objeto, os meios são restituídos a partir de um projeto pedagógico mais amplo. (SOARES, 2011, p. 23).

Nesse casamento entre a comunicação e a educação, aprimora-se o entendimento dos conceitos de filosofia propostos em sala de aula. Todos os professores entrevistados entendem que a produção de curtas-metragens auxilia na construção e na assimilação dos conceitos filosóficos. Para o docente Paulo Silva, o audiovisual na escola é uma revolução libertadora porque possibilita que o estudante construa junto ao professor o conhecimento (GOSS, 2020). O olhar para o cotidiano é concretizado a partir da arte e da linguagem audiovisual e não da filosofia em si. A disciplina oferece o racional e a visão macro da sociedade, enquanto a elaboração do roteiro e a gravação do vídeo exigem que o grande conceito filosófico esteja em cenas do dia a dia do estudante. Assim, revela o docente, também é possível conhecer muito do aluno.

O professor Edson afirma que alguns estudantes são resistentes à proposta do audiovisual porque muitas vezes a atividade escancara a dificuldade em produzir um roteiro. Não é somente copiar uma resposta de um livro ou colar da internet. Produzir é um caminho que envolve a criatividade e o total protagonismo do jovem, o que nem sempre está desenvolvido nos estudantes desta faixa etária. Para o docente, a produção dos curtas-metragens exercita a criatividade e mostra aos jovens que outras linguagens podem e devem ser valorizadas na escola. O olhar sensível sobre determinado problema também ganha espaço e peso e isso pode potencializar visões de mundo e, porque não, talentos (GOSS, 2020). Com a leitura dos textos filosóficos os estudantes aprendem o tensionamento de opiniões, mas o princípio para relacionar tudo o que aprendem com a vida real vem nas produções em vídeo.

Dentro deste contexto é necessário pontuar que a educomunicação de fato não nasce espontaneamente em um dado ecossistema, ou seja, num mesmo local em que perpassam diferentes percepções de mundo e relações humanas. Precisa ser estimulada. A prática precisa ser feita a partir da boa vontade dos envolvidos. É imprescindível que seja intencional (SOARES, 2001). As ações devem ser voltadas para a inclusão de todos, até mesmo da comunidade; para promover a democracia e a igualdade; valorizar os recursos midiáticos para

disseminar a informação, levando sempre que possível à tecnologia pra dentro da sala de aula. Por último, mas não menos importante, as atividades precisam fomentar a criatividade (SOARES, 2001).

Neste sentido, o adulto mediador deve ensinar não o que o aluno precisa aprender, mas sim ser uma ponte para que ele saiba como fazer. Da mesma maneira, o educador não deve forçar o jovem a se comprometer com o ensino, muito pelo contrário, é o discente que deve entender o peso do compromisso. O interesse do estudante e a cidadania são fomentados quando ele participa do processo educativo (SOARES, 2011).

A produção de vídeo deve ser acompanhada da leitura e da escrita. O roteiro não pode faltar

Os professores concordam que, apesar da tecnologia ser uma ferramenta importante no processo pedagógico, é necessário estimular outras linguagens, como a escrita e a leitura. É impossível fugir da palavra escrita. O professor Edson costuma utilizar um caminho de sensibilização e mobilização do aluno ao tema a partir da discussão de um assunto central, como, por exemplo, o amor. A partir disso, ele solicita que cada aluno selecione dez palavras relevantes ao assunto e monte uma espécie de mapa conceitual sobre aquilo e o que o tema representa. Na sequência, os alunos seguem para a leitura de um texto relacionado e fazem o mesmo processo (GOSS, 2020). Desta maneira, o professor ensina ao aluno a sistematizar os conceitos e como eles são problematizados e vice-versa.

A produção de um roteiro nem sempre é uma atividade prazerosa para os alunos. Muitos se sentem desconfortáveis e se esquivam da prática. Segundo o professor Edson, uma grande parte dos jovens não tem domínio completo da linguagem tecnológica. Muitos sabem fazer vídeos e compartilham eles com os colegas quando é algo engraçado e divertido. Porém, quando o docente propõe o “pensar previamente” o audiovisual, colocar a sequência de acontecimentos e falas no papel, no roteiro em si, aí então se perde a espontaneidade e o universo das telas se torna não tão óbvio para eles (GOSS, 2020).

A origem recreativa, lúdica – própria do entretenimento –, que conduz muitos alunos na produção dos vídeos – afinal, o modelo deles pode ser, na melhor das hipóteses, o canal de humor Porta dos Fundos, merece apartes. O riso e o cômico são com frequência apartados do aparato da educação crítica, salvo se o conteúdo for de ironia política ou social. Mas é da capacidade de fazer as leituras subliminares, próprias da piada, que muitos tiram matéria-prima para, em certo sentido, filosofar e dizer. A comicidade é uma linguagem em si – um dialeto que encanta os adolescentes e que, de alguma maneira, trafica para a experiência educacional (EAGLETON, 2020).

Esse é um dos motivos que torna a presença do mediador tão importante. E isto não tem a ver com o professor ocupar somente o papel de ator, usando recursos em sala de aula e agindo como um showman, conforme destaca Alessandra Gaidargi (2019). Neste caso, o docente usa todas as possibilidades da tecnologia audiovisual para ganhar a atenção dos estudantes. Nesse formato, o saber é apenas unilateral: o professor fala e o aluno escuta (GAIDARGI, 2019). A educação precisa ir além.

O grande problema em muitas escolas é que, quando um professor decide utilizar a linguagem audiovisual, quase sempre envolve a atividade “assistir a um filme” que, por sua vez, só é escolhido pelo uso que poderá ser feito dele na disciplina. A autora Rosália Duarte exemplifica citando o uso do filme *Vidas secas*, adaptação do romance de Graciliano Ramos, na escola. Muitas vezes a película pode ser usada como forma de “ilustrar” as variações do solo brasileiro. Desta forma, ignora-se todo valor artístico e histórico da obra considerada uma das mais bem feitas adaptações da literatura brasileira já realizada até hoje (DUARTE, 2002).

Outros exemplos de como o filme é usado erroneamente são citados pelo pesquisador Marcos Napolitano. Quando a escola decide exibir um vídeo num momento inesperado, como quando um docente falta. Neste caso, o audiovisual é usado como “tapa buraco”. Da mesma maneira, quando a ferramenta é usada para “enrolar” (quando professor usa o recurso, mas o conteúdo do filme não tem nada a ver com a disciplina). Ainda é possível encontrar erros quan-

do o professor “descobre” as possibilidades que o audiovisual pode trazer e quer usá-lo sempre nas aulas (em todas), esquecendo-se de que é necessária a mediação, o debate em torno da obra em sala de aula em diferentes dinâmicas (NAPOLITANO, 2018).

No entanto, quando empregado da maneira correta no dia a dia da escola, o audiovisual pode se tornar uma ferramenta de articulação dos saberes. Ao compreendermos a abrangência de como o cinema age na produção de conhecimento abrimos espaço para o entendimento de que a escola não é mais a única detentora da transmissão de saberes. Além disso, ao afirmarmos que um filme ganha significado gradualmente – a partir da junção dos “modos de ver do grupo de pares” e ainda diante dos “diferentes tipos de discursos produzidos em torno dos filmes” – podemos estipular que, então, existe a possibilidade de “ensinar a ver” (DUARTE, 2002, não p.). Os professores ensinam os alunos a ver quando repassam a eles os códigos que fazem parte da linguagem audiovisual. Desta forma:

Se o domínio dos códigos que compõem a linguagem audiovisual constitui poder em sociedades que produzem e consomem esse tipo de artefato, é tarefa dos meios educacionais oferecer os recursos adequados para a aquisição desse domínio e para a ampliação da competência para ver, do mesmo modo como fazemos com a competência para ler e escrever. (DUARTE, 2002, não p.)

Para que as atividades educacionais sejam plenas e eficazes, é necessário ter a mediação de um professor e os equipamentos tecnológicos na escola devem abrir o caminho para que o jovem exerça a comunicação (GAIDARGI, 2019). E esse exercício também ocorre na produção escrita. A prática dos docentes entrevistados testifica justamente isto: é preciso que os estudantes exercitem a organização do pensamento no formato de texto antes de partir para a produção audiovisual propriamente dita.

Este é o ponto em que os três docentes entrevistados encontram a maior dificuldade: o discente frequentemente não consegue compreender a linguagem dos textos filosóficos e desenvolver a escrita a partir deles, elaborando por fim o roteiro. Por este motivo, o professor

Paulo chegou a desenvolver uma metodologia própria, buscando direcionar os estudantes antes da criação dos vídeos, no final de cada ano letivo. Nos primeiros meses do primeiro ano do ensino médio, eles aprendem a identificar as ideias centrais de um texto filosófico e entregam fichamentos a respeito para o docente como forma de avaliação.

A metodologia foi criada, de acordo com o professor, depois que ele percebeu que os alunos simplesmente não conseguiam interpretar os textos. Eram capazes de ler os materiais entregues em sala de aula, mas não compreendiam o que estava escrito. Neste método original, o docente leva em consideração as ideias principais e secundárias de um texto (GOSS, 2020). O estudante tem que descrever num papel o que o autor quis dizer sobre o assunto em cada parágrafo. Por fim, como conclusão, precisa mostrar que de fato compreendeu o conceito central. Quase sempre, conforme destaca Paulo, os alunos chegam ao final do ano letivo com a percepção de que, na realidade, não sabiam “ler”.

A metodologia compreende perceber como cada autor articulou os conceitos, já que na escrita filosófica existe um padrão para a composição dos argumentos. Lendo parágrafo por parágrafo, e apresentando como os conceitos foram construídos, o discente deve ainda exemplificar. O trabalho com audiovisual só acontece quando eles demonstram que têm domínio da leitura e da escrita. No segundo trimestre do primeiro ano do ensino médio, o professor realiza a atividade de elaboração do roteiro e parte para a criação audiovisual.

Para o professor Márcio, o roteiro é uma das etapas que forçam o aluno a entender e a dominar o conceito. Apesar de não seguir uma didática padrão, o docente geralmente adota como prática a sequência de leitura de textos filosóficos, a sensibilização a partir de problemas vivenciados no dia a dia do jovem e, depois, a elaboração do roteiro e a gravação. Márcio passou a exigir a entrega do roteiro somente em 2020, como uma forma de também avaliar o discente. Ele destaca que é essencial estar aberto a modificações, a partir da análise do resultado prático da atividade. Na visão do educador, é preciso que a constru-

ção do conhecimento seja acompanhada: “O desafio do professor hoje não é de conteúdo. É desenvolver junto ao aluno uma estratégia pra ele aprender. Acompanhar o aluno num método” (GOSS, 2020).

Considerações finais

O arcabouço pedagógico e comunicacional da Olimpíada Filosófica pode ser classificado como uma iniciativa bem-sucedida de um grupo de professores ocupados em criar pontes entre as Ciências Humanas e o ensino médio. Mas essa experiência não é uma ilha. Ainda que não seja o objeto deste artigo, conta a favor a integração histórica dos docentes dessa disciplina para que – depois do banimento promovido pelo regime militar – não só retornasse como vingasse na escola. Inúmeros esforços coletivos foram empreendidos, levando educadores dados a aulas expositivas e não raro herméticas a se aliarem aos princípios da educação libertária de Freire, de modo, a saber, também, do pensamento filosófico que nasce com o educando.

É essencial destacar ainda que o conhecimento encontra diferentes formas para ser construído e, o jovem do Século XXI, já não aprende somente com os livros. A “leitura” dos canais no Youtube, por exemplo, alimenta novas percepções do mundo. Entretanto, a dinâmica da Olimpíada Filosófica mostra que o incremento das tecnologias digitais na sala de aula vai muito além do “saber usar” as ferramentas.

O protagonismo juvenil só é realmente estimulado quando o estudante é colocado como produtor do conteúdo. É necessário que o professor seja mediador da prática de produção de curtas-metragens. Sem essa intermediação, o jovem corre o risco de tornar-se refém da tecnologia, reproduzindo formatos pré-existentes, sem gerar conhecimento. A percepção que os docentes de Filosofia entrevistados trazem sobre o tema revela ainda a importância da palavra escrita neste processo. Colocar no papel as ideias e saber interpretar textos são instrumentos valiosos no desenvolvimento da reflexão e da criticidade. Cabe a cada professor criar metodologias que melhor se adaptem à realidade dos seus alunos. O desafio está posto!

A educomunicação e os princípios da histórico-crítica – ambos abertos a trabalhos em grupo, produção de textos e, por extensão, criação de audiovisuais – vieram a reboque, como que escancarando as portas da sala de aula. A afirmação de que a internet rompeu as paredes da escola tem sua verdade, mas sobretudo o que se nota, é a escola se percebendo cada vez mais interativa, formada por pessoas que encontram nas estratégias da comunicação a possibilidade de falar. O verbo permanece o princípio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. Sob o feitiço dos livros. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 jan. 2004. Caderno Sinapse, p. 7.

BRAGA, Regina Maria; SILVESTRE, Maria de Fátima Barros. **Construindo o leitor competente**: atividades de leitura interativa para a sala de aula. 3. ed. Revista. São Paulo: Global, 2009.

COSTA, Maria Cristina Castilho. A leitura das imagens. *In*: ZILBERMAN, Regina. RÖSING, Tânia M.K (orgs.). **Escola e leitura**: velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.

COSTA, Marta Morais da. **Sempre viva, a leitura**. Curitiba: Aymar, 2009.

COUTINHO, Clara; LISBOA, Eliana. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, v. 18, n. 1, p. 5-22, 2011.

DIMENSTEIN, Gilberto. Minha palavra mais bonita. **Folha de S. Paulo**. São Paulo 27 nov. 2011. Cotidiano, p. C7.

DUARTE, Rosália. **Cinema & educação**. São Paulo: Editora Autêntica, 2002.

EAGLETON, Terry. **Humor**: o papel fundamental do riso na cultura. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FILOSOFIA, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino da. **Regulamento da Olimpíada Filosófica**. Curitiba: 2020. Disponível em: <http://www.educacao.ufpr.br/portal/nese/olimpiada-filosofica/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler** – em três artigos que se completam. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GAIDARGI, Alessandra. **Educação para as mídias no Ensino Médio**: perspectivas para o século XXI. São Paulo, 2019.

GARCEZ, Lucília. **A escrita e o outro**: os modos de participação na construção do texto. Brasília: Ed. UnB, 1998.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. **Educomunicação**: recepção midiática, aprendizagens e cidadania. São Paulo: Paulinas, 2014.

GOSS, Juliana Messias. **Entrevista realizada com o professor Edson Teixeira de Rezende do Colégio Estadual Amyntas de Barros**. Curitiba, 2020. Entrevista.

GOSS, Juliana Messias. **Entrevista realizada com o professor Paulo Renato Araújo Dias do Colégio Estadual Professora Ottilia Homero da Silva**. Curitiba, 2020. Entrevista.

GOSS, Juliana Messias. **Entrevista realizada com o professor Márcio Pereira (Pheper) do Colégio Estadual do Paraná**. Curitiba, 2020. Entrevista.

KLEIN, Rejane. Professor internauta – desafios e subjetivação. In: PISCANÇO, Deise C.L. CASTRO, Gilberto de (orgs.). **Educação, mídia, sociedade**: alguns ensaios discursivos. Londrina (PR): Edel, 2011.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999,

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais da comunicação à educação. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 18, p. 51-61, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2018.

PINTO, Júlio Pimentel. **A leitura e seus lugares**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

SANTOS, Fabiano dos. Agentes de leitura: inclusão social e cidadania cultural. *In*: SANTOS, F. MARQUES NETO, José C. RÖSING, Tânia M.K. **Mediação de leitura: discussões alternatyivas para a formação de leitores**. São Paulo: Global, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas (SP): Ed. Autores Associados, 2013.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2001.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. *In*: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 13-29.

TEZZA, Cristovão. Receita de redação. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 26 mar. 2013. Pontos de Vista, p. 3.

4

O papel da linguagem

4

Comunicação, tecnologia e o papel da linguagem

Claudia Talochinski Cordeiro¹

Em tempos de distanciamento social, pode-se destacar a preocupação com questões de comunicação e linguagem devido à pandemia do Covid-19. Os modos de ser e de estar no mundo estão sendo alterados constantemente, mas a forma de nos comunicarmos teve uma mudança significativa em relação aos modos como nos comunicamos e fazemos uso da linguagem. O ser humano está em constante transformação e isso ocorre, principalmente, em decorrência da linguagem e da tecnologia, que nos possibilita essa capacidade de mudança.

Na contemporaneidade, a comunicação se dá não apenas de forma verbal, mas também por meio do uso de diferentes ícones, sons, letras, cores, leiautes, etc., que produzem sentido por meio de diversos arranjos e acabam sendo incorporados no cotidiano. McLuhan (1967) faz uma análise de como a linguagem promoveu a transformação da humanidade, que não pode ser comparada a nenhuma outra. Em *A Galáxia de Gutemberg* (1967) a linguagem é vista pelo autor como uma tecnologia, uma extensão do corpo humano. Para Benveniste (1988), ao contrário, a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou, ao contrário da roda, da flecha, entre outros ob-

¹ Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Tecnológica do Paraná UTFPR. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguística Aplicada. Membro do NUPECAMP Núcleo de pesquisa em Educação do Campo.

jetos. “Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1988, p. 288).

Segundo Benveniste (1988), “se a linguagem é, como se diz, um instrumento de comunicação, a que deve ela essa propriedade? A pergunta pode surpreender como tudo o que parece questionar a evidência, mas às vezes é útil pedir à evidência que se justifique” (p. 284). Então, existem duas razões para a linguagem ser considerada também instrumento de comunicação. A primeira é que ela, “sem dúvida, se encontra de fato assim empregada porque os homens não encontraram um meio melhor, nem mesmo tão eficaz para comunicar-se” (BENVENISTE, 1988, p. 284). E a segunda razão é que a linguagem “apresenta disposições tais que a torna apta a servir de instrumento: prestar-se a transmitir o que lhe confio – uma ordem, uma pergunta, um anúncio–, mas será realmente da linguagem que se fala aqui? Não estamos confundindo com discurso?” (BENVENISTE, 1988, p. 284).

Os sujeitos por meio da linguagem (via língua) constroem sentidos interativamente no discurso construído entre um EU e um TU, não havendo possibilidade de separar esses polos. Nossa relação com o mundo é mediada pela linguagem. Assim, a linguagem pode estar associada a uma função de libertadora, dando ao homem o status de sujeito que se constitui como falante. McLuhan, por exemplo, associa a língua à necessidade de comunicação, devido à necessidade que o ser humano teve com o passar do tempo de interagir com os demais.

Ao classificar a língua como técnica ou tecnologia, discute-se a produção de algo como um “artefato”, não sendo esse, exclusivamente, uma coisa (por exemplo, uma bicicleta ou um remédio). Pode-se tratar da modificação do estado de um sistema natural ou da transformação de um sistema: “em todos os casos, a ação técnica opera utilizando recursos naturais transformando-os, ou reunindo os elementos naturais para dar origem a algo inédito” (CUPANI, 2011, p. 495). Começaremos agora a falar sobre técnica e tecnologia pensando a linguagem (ou a língua) como uma tecnologia (ou uma técnica) pensada, desenvolvida e que sofreu transformações no decorrer da história da humanidade.

A técnica e a tecnologia

Acerca do conceito de técnica, vale ressaltar que no século XVII ainda se empregava a palavra “técnica” como sinônimo de “arte”, cujo termo designava as várias atividades cuja matéria pode ser objeto de arte. Aos poucos, no século XVIII, ocorreu a transmutação do termo “técnica”. Em 1670, em glossografia, refere-se o autor Blount, técnica palavra, à descrição de ofícios, artes, manufaturas. Em 1777, a técnica se torna teórica, ou seja, tecnologia (RUDIGER, 2013).

Nos estudos de Rudiger (2013, p. 74), vemos que a “tecnologia é a ciência fabril, que nos ensina os fundamentos e os meios pelos quais os elementos naturais podem se tornar aptos a satisfazer as necessidades humanas”. Em 1800, “a tecnologia passa a ser definida como forma especial da técnica (uma técnica científica) e como um saber que toma por objeto a técnica (trata-se de uma ciência da técnica)”. Portanto, no século passado, a tecnologia foi “confundida com o maquinicismo [...] [sendo] a totalidade dos instrumentos que os homens fabricam e empregam para fabricar e por meio deles fazer as coisas funcionarem cientificamente” (RUDIGER, 2013, p. 75). Os modernos até gostariam de definir a tecnologia como ciência da técnica, mas isso não seria possível, pois a técnica é uma abstração, uma ideia. Só existem técnicas, no plural. Portanto, técnica e tecnologia vão se distinguindo historicamente (RUDIGER, 2013).

Deixando de lado a condição de ciência, passamos à questão da tecnologia. A tecnologia no século XIX passou a se confundir com os maquinismos nos quais ganha materialidade. Ela era considerada a totalidade dos instrumentos que os homens fabricam:

Em resumo, verifica-se que ocorreu com a tecnologia o que a ideia lhe predispunha; isto é, um processo de retificação, que, todavia, não parou por aí, porque nas últimas décadas o termo adquiriu ainda o conceito de “sistema abrangente onde vivemos”, de conjunto dos sistemas ordenados que envolvem as pessoas e organizações, as coisas vivas e as máquinas. (RUDIGER, 2013, p. 75).

As pessoas, as instituições e a sociedade transformam a tecnologia, apropriando-a e modificando-a. Essa é uma lição fundamental que a história social da tecnologia nos ensina. Tal comportamento é ainda mais comum em épocas nas quais se compartilha uma ênfase em relação aos avanços tecnológicos e o maravilhamento com uma suposta “era tecnológica”, conforme Álvaro Vieira Pinto (2005) já havia constatado na década de 70. Enquanto o homem primitivo maravilhava-se com os fenômenos da natureza, o homem moderno maravilha-se com os objetos tecnológicos, que não apenas foram (e são) imaginados, fabricados e reinterpretados durante seu uso pelo homem, como também é esse próprio uso de ferramentas que nos constitui enquanto humanidade, conforme aponta Castells (2005) em sua conceitualização acerca da tecnologia.

Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade, e sim a sociedade que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores, interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos e usos sociais da própria tecnologia. (CASTELLS, 2005, p. 17).

Importante ainda, no que diz respeito à técnica, considerarmos o que Levy menciona:

Uma técnica não é boa nem má (depende dos contextos dos usos e dos pontos de vista), tampouco neutra (já que é condicionante ou restritiva, já que de um lado abre e de outro fecha o espectro de possibilidades). Não se trata de avaliar seus impactos, mas de se situar as irreversibilidades às quais um de seus usos nos levaria, de formular os projetos que explodiriam as virtualidades que ela transborda e de decidir o que fazer dela. (LEVY, 1999, p. 26).

Para o autor, a técnica e a tecnologia não são boas ou más: depende de qual lado encontram-se os sujeitos em conflito. Podemos citar o exemplo de bombas sendo fabricadas para atacar países inimigos, como a bomba de Hiroshima. Esse caso nos revela que a maior fonte do mal ou do bem é o próprio homem. Quaisquer que sejam seus aparatos tecnológicos, a técnica depende do homem para colocá-la em prática.

Sabemos que os hominídeos utilizavam pedras como instrumentos, embora não tivessem a intenção de melhorar suas formas para se valer delas. O que diferencia o homem do hominídeo é a intenção de usar objetos e transformá-los para melhor utilizá-los (VARGAS, 2009). Isto já implica inteligência operativa, habilidade de coordenação das mãos, das quais resulta a simetria do instrumento e a distinção entre instrumentos de golpe, de corte e de penetração, como verdadeiras inovações técnico-culturais. Tal instância também implica destacar a questão da linguagem, pois olhar potencial num objeto que ainda não é o que poderia ser é operar com a linguagem para planejar, imaginar e criar.

Isso se dá simultaneamente ao aprendizado da escolha e à economia dos materiais adequados e das distâncias às suas fontes. A difusão do *homo sapiens* dá-se por volta de 40.000 anos já com as técnicas de uso de ponta de pedras em lança de madeira e os pequenos artefatos de pedras, os assim chamados “microsílex”, e os instrumentos de pedra semelhantes aos cinzéis, com os quais era possível cortar e dar formas a outros materiais mais moles do que as pedras. Foi nessa fase que o homem descobriu como usar o fogo para aquecer-se (VARGAS, 2009).

Mas, somente após o homem ter abandonado as cavernas e passado por três épocas glaciais, ele sai das cavernas com seus instrumentos para caçar e pescar. Foi após esse período que o homem veio a descobrir o segredo da agricultura e a utilização de plantas para a produção de alimentos. Pode-se então dizer que a técnica não pode ser resumida ao simples aparato ou instrumento inventado, e sim ao processo que se cria para a melhoria de suas condições de uso a fim de satisfazer necessidades humanas. Portanto, a técnica nasceu quando o homem se diferenciou do hominídeo no momento em que passou a fazer uso de instrumentos. Alguns autores afirmam que a linguagem nasceu junto, figurativamente, já que na verdade ela foi aflorada. Foram necessários 175.000 anos para que o ser humano inventasse o primeiro sistema de escrita, mas somente 5.000 anos para que ela se firmasse como simbólico. A escrita exige a habilidade de simbolizar, de associar signos gráficos a ideias e capacidade que o homem possivelmente

já possuía anteriormente ao invento dessa mídia. Evidências apontam que a 40.000 e 30.000 a.C., já eram produzidos artefatos simbólicos, como contas, entalhamentos pinturas e gravuras (POE, 2011).

Dessa forma, enquanto técnica, a alfabetização surgiu não por uma necessidade humana, mas sim pela necessidade advinda do sistema educacional, pois, na era manuscrita, não houve alfabetização em massa. A escrita, considerada difícil, precisou de adaptação de mãos e olhos para desenvolver essa habilidade. Após o surgimento da agricultura, surgiram os clãs, então, foi necessário organizar os estoques de alimentos, armazená-los e para isso foi criado símbolos, os chamados tokens. As sociedades que se baseavam na agricultura deram origem aos símbolos o que repercutiu em mudanças na sociedade (POE, 2011).

Mais recentemente, a palavra “letramento” já foi muito confundida com “alfabetização”, e muito tem se falado e estudado sobre o assunto. Devido à flutuação na compreensão do tema, há uma amplitude de nomenclaturas relacionadas ao letramento como: “letramento digital”, “multiletramentos”, “agência de letramento”, “práticas” e “eventos de letramento”, entre outras.

Cabe então pontuar que letramento não está associado a apenas decodificar sinais, saber as letras e decifrá-las. Letramento é descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita, é entender-se, lendo ou escrevendo. Antes, bastava assinar o nome para se dizer alfabetizado. Com as mudanças tecnológicas ocorridas na sociedade, nos modos de ser e estar no mundo, era preciso, além de escrever, saber decifrar códigos escritos e os entender. Nessa continuidade, podemos definir letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos (KLEIMAN, 1992). No uso das técnicas, o letramento, associado às práticas de leitura e de escrita no decorrer da história da humanidade permite pensar acerca dos usos da linguagem enquanto uma tecnologia que decorre das necessidades de interação humana.

Não é à toa que inúmeros estudos relacionaram ao termo letramento as práticas de leitura e escritas próprias de cada sociedade, grupo social e momento histórico. Embora diferentes grupos sociais possam estar em um mesmo momento histórico, eles ainda po-

dem dispor de diferentes práticas e eventos de letramento. Partindo desse pressuposto, pesquisas sobre letramento buscam identificar usos e práticas sociais de leitura e escrita em um determinado grupo social, perpassando os muros da escola.

Para Street (2014) referenciado por Kleiman (1995), o letramento é um campo para investigar os processos de hegemonia, as relações de poder, as práticas e os discursos em competição em vez de explorar a grande divisão e racionalidade relativa de sociedades modernas e tradicionais. Ao considerarmos letramento como prática social, ressaltando a natureza social e cultural da leitura e escrita e o caráter múltiplo de práticas letradas, é que nos questionamos: quais práticas e eventos de letramento circulam na comunidade de assentamento da reforma agrária? Os letramentos da comunidade incidem sobre o letramento escolar?

O letramento dos sujeitos do campo tem uma dimensão teórico-prática, isto é, de práxis revolucionária quando os instrumentaliza para realizar a crítica dos processos históricos que caracterizam a sociedade capitalista e os orienta para sua emancipação, isso significa possuir habilidade de ler o mundo e compreender os fenômenos como se dão na realidade empírica, nas suas correlações causais e circunstanciais, em sua totalidade de contradições. (FONTANA, 2016, p. 43).

O letramento, portanto, é anterior à escola, constituído a partir da dinâmica das atividades do cotidiano, nas quais são incorporados conhecimentos éticos de mundo. Os letramentos se alteraram em meio à pandemia. Para tanto serão necessárias novas éticas e estéticas para esse novo tempo que estamos vivendo.

A nova geração de ambientes de aprendizagem é um exemplo interativo do uso da linguagem. Imagens visuais, sons, vídeos, etc. Nisso tudo se alteram os letramentos, que passam a ser múltiplos, devido às novas ferramentas, para além da escrita na lousa e do caderno ou livros. O desafio agora passa a ser das escolas, quanto ao uso da leitura e escrita, que já estavam com sua pedagogia atrasada para uma tecnologia avançada. Os multiletramentos são mais interativos, demandam maior habilidade com diferentes mídias. As práticas pedagógicas ba-

seavam-se apenas nas mídias tradicionais como livro impresso, fotografias, rádio, TV, enquanto a mídia digital é mais interativa e implica em reformulações nas instâncias de ensino e aprendizagem.

As desigualdades sociais foram sendo acentuadas com o passar do tempo e em meio à pandemia não é diferente, pois mesmo dentro da própria rede de educação, seja ela pública ou particular, existem diferenças nas questões de acesso a uma internet de qualidade, uso de equipamentos e domínio destes. O ensino remoto veio e, além de escancarar essa desigualdade entre instituições, trouxe a diferença também em relação aos educadores que não dominam as técnicas e tecnologias digitais. As crianças e jovens são mais aptos e parecem se adaptar com mais facilidade, já os professores estão sentindo muita dificuldade.

A Base Nacional Comum contempla um novo currículo para as escolas sem considerar as especificidades das comunidades e suas diferenças. Há escolas como, por exemplo, no Estado do Paraná, que não têm sequer um laboratório de informática, isso se agrava ainda mais em escolas do campo, onde os alunos não possuem sequer o acesso à tecnologia.

Diante disso, vale assinalar que as práticas escolares serão construídas e reconstruídas e cada vez mais será necessária, nesse processo, avaliar-se de maneira crítica, quando e como usar a língua, as linguagens e as ferramentas escolhidas. Devemos estar atentos quanto aos interesses do mercado em impor uma educação tecnológica para fins de consumo. Se a linguagem é uma técnica, aprendida e aprimorada no decorrer da história da humanidade, a história do uso das tecnologias digitais precisa ser observada com cautela, pois ela não ocorre sem que haja desigualdades, disparidades e diferenças. Pensando nos usos da linguagem, sobretudo no que diz respeito à leitura e escrita, o papel dos professores e mediadores de leitura passa a ser estar atentos às mudanças, mas sem acentuar o abismo social que separa os que têm acesso daqueles para os quais as mudanças históricas vão acentuando seu lugar de subalternidade.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade da linguagem. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp/ Pontes, 1988.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à acção política. *In*: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A sociedade em rede: do conhecimento à política**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da tecnologia: um convite**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

FONTANA, Maria Iolanda. O letramento de professores de escolas localizadas no campo na região Metropolitana de Curitiba. *In*: SOUZA, Maria Antônia de (Org.). **Escolas públicas no\do campo: letramento, formação de professores e práticas pedagógicas**. Curitiba: UTP, 2016.

KLEIMAN, Angela B. O letramento na formação do professor. *In*: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL**, 7, 1992, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANPOLL, 1992.

KLEIMAN, Angela B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. 19. ed. Paraná: Mercado das Letras, 1995.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutemberg**. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Edusp, 1967.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

POE, Marshall T. A **history of communications: media and society from the evolution of speech to the Internet**. New York: Cambridge University Press, 2011.

RUDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

VARGAS, Milton. Prefácio. In: GRISPUN, Mirian P. S. Z. (Org.). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

5

Ensino da Filosofia

5

O ensino da Filosofia a partir da perspectiva do materialismo histórico “dialético” no Ensino Médio

*Avanir Mastey*¹

Esta incursão no texto visa aprofundar teoricamente a problemática da pesquisa da tese de doutoramento, que está sendo desenvolvida sobre a necessidade e as práticas possíveis de utilização do Método Ontológico, considerando os seus desafios e limites, na cotidianidade do processo de ensino aprendizagem nas aulas de Filosofia do ensino médio.

Pois, evidências nos apontam que há uma predominância de métodos ou metodologias fragmentadas no processo de ensino de Filosofia, afastando inclusive uma das características da Filosofia que perdura desde o seu surgimento que é a busca pela Totalidade, isto é, em outras palavras, um que fazer filosófico, uma reflexão filosófica

¹ Licenciado em Filosofia e História, Mestre em Educação pela UFPR, Doutorando em Educação pela UFPR, com 20 anos de experiência no Ensino de Filosofia no Ensino Médio e no Ensino Superior. É ex-secretário Municipal de Educação de Campo Largo, Gestão 2013-2016, membro do Conselho Estadual de Educação do Paraná, pesquisador do NeseF UFPR, membro do IFIL, Instituto de Filosofia de Filosofia da Libertação. E-mail: amastey16@gmail.com

que busca pensar o ser humano nas suas múltiplas dimensões: angústias consigo mesmo, com a natureza e com aquilo que ainda virá a ser.

Neste intuito, realizamos um exercício neste trabalho de dialogar com algumas categorias do Método Ontológico e suas respectivas contribuições para o ensino da Filosofia no Ensino Médio.

E ao longo da pesquisa pretendemos apresentar princípios, categorias e práticas de como abordar o ensino de Filosofia na perspectiva do Método Ontológico, tanto na dinâmica da seleção de conteúdos para serem ensinados quanto no método de Ensino. Na perspectiva que o estudante aprenda como se desenvolve e se faz o conhecimento na perspectiva Ontológica e possa traduzir isto na sua ação no mundo.

É emergente no contexto econômico e social do Brasil e da América Latina aprofundar a reflexão sobre ensino da disciplina de Filosofia para considerar o método ontológico, condição do processo do conhecimento do materialismo histórico, bem como as relações com a Filosofia da Libertação já evidenciadas por Dussel.

Já é sabido, que existe um movimento na nossa realidade latino-americana, para tentar afastar os estudantes do processo de emancipação enquanto princípio da Educação. Lembrando que tanto a Filosofia quanto a educação precisam manter seu princípio de formação para a totalidade das realidades e emergências da vida. Neste contexto, tenta se reduzir as aulas de filosofia e inclusive outras disciplinas são abordadas de forma que a criança não perceba o seu potencial de feitura das ciências, isto é, o fazer de cada área da ciência que aguce a curiosidade dos estudantes pelos conhecimentos das ciências, das artes e da Filosofia. Isso constatou-se na última Reforma do Ensino Médio no Brasil, quando se retirou a obrigatoriedade da disciplina de Filosofia, reduzindo a estudos e práticas de filosofia, “§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.” (BRASIL, 2017).

Logo contra a Filosofia, cuja disciplina, tem desde a sua origem a preocupação com a totalidade das dimensões do indivíduo frente à compreensão e ação no mundo. Evidencia-se a tentativa de esvaziar a presença da disciplina de filosofia nos Currículos do Ensino Mé-

dio, quando, se fazem avaliações em outras disciplinas, tais como Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, para tentar demonstrar as dificuldades dos alunos no processo de Ensino Aprendizagem e assim aumentar a carga horária destas disciplinas. Já as disciplinas de Filosofia e Sociologia são orquestradamente abandonadas pelos gestores. Pois, se verificassem as dificuldades de aprendizagem em Filosofia e Sociologia, também acabaríamos concluindo que se constatarem muitas dificuldades. No mundo, de acordo com a extrema Direita política na Educação, o que se pretende na fala pública é tornar o Ensino Médio mais interessante, pois estaria preparando para o Mercado de Trabalho, ledô engano, pois o Mundo do Trabalho e não o mercado necessita de pessoas com a mais alta capacidade de análise filosófica, com os seus mais diversos sistemas de compreensão e explicação do mundo.

Assim sendo, quando se tenta reduzir a educação a um fazer imediato, também reduz a função social da escola e da Universidade, pois aprender a aprender, aprender a conviver e aprender a ser, é algo que o indivíduo precisa praticar a vida toda em qualquer lugar que esteja. Já a Escola e a Universidade, precisam exercitar compreensões mais de Totalidade que possam servir de parâmetro para toda a vida do Indivíduo e não apenas o imediatismo pragmático.

Vivemos um contexto, em que alguns dirigentes do nosso país, no atual estágio de avanço das forças produtivas querem que as pessoas se tornem fanáticas, acríicas, não pensem e simplesmente acabem concordando com a política de extermínio implantada na sociedade brasileira, pela necropolítica do poder e do domínio econômico, fato este que transforma a venda de arma, os conflitos sociais armados e ações de segurança como parte do mercado, voltado para o lucro financeiro e ascensão do poder político. Evidentemente, que num ambiente de uso extremo da tecnologia para a acumulação de capital no atual estágio de avanço das forças produtivas da sociedade capitalista. Logo, neste contexto as pessoas são afastadas das artes, da política, da sociologia e da filosofia.

No entanto, a filosofia desde a sua origem é uma disciplina

que sempre buscou responder a totalidade das angústias, desafios, curiosidades e criticidade do ser humano. A disciplina de Filosofia, que está no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Médio, se relaciona com a concepção de escola, de currículo, de educação Básica que envolve o Sistema Educacional, e que orienta as escolhas dos professores de filosofia fundamentadas no seu processo de formação inicial ou continuada. Considerando que o professor, de acordo com a sua escolha de método, interfere diretamente no processo de Ensino Aprendizagem, isto é, no resultado da formação dos estudantes, que terão condições de compreender as determinações reais da sociedade e assim agirem para anteciparem ou atrasarem as transformações da sociedade capitalista visando à emancipação e a libertação das pessoas.

Aqui na América Latina, quais são os elementos fundamentais do método do ponto de vista do materialismo histórico dialético para o ensino de filosofia? Quem seleciona os conteúdos em filosofia? Para atender o interesse de quem? Precisamos selecionar conteúdos de filosofia comprometidos com a realidade latino-americana numa perspectiva de libertação? Quem são os dominados e excluídos? Diante destas perguntas, consideramos a nossa produção na temática da ética, da política, estética, filosofia da ciência e inclusive dos mitos devemos fazer uma abordagem comprometida com a desocultação do currículo,

Na perspectiva do currículo como ciência crítica, a preocupação central é com a ‘desocultação do currículo’, que passa por buscar respostas a questões como: de onde vem? De quem é? A quem serve? E a quem é distribuído o conhecimento escolar. (SAVIANI 2000, p. 39).

Evidentemente, que o conhecimento e a reflexão filosófica se desenvolvem em vários sistemas, em parafernalias culturais, para que as classes mais excluídas recebam o conhecimento em doses homeopáticas, a conta-gotas. Isso quando não se afirma nos debates da Educação, que o povo mais simples não quer, não entende, não adianta ensinar filosofia e sociologia. Enquanto isso, os filhos destes

mesmos atores sociais que tentam impedir o acesso às camadas mais baixas, estão em espaços em que se aprende filosofia, sociologia e artes para se reproduzirem como classe dirigente da Sociedade.

Dessa forma, torna se necessário e significativo um currículo de filosofia que interessa a classe trabalhadora urbana, rural, aos indígenas, negros, as mulheres e aos homossexuais. Nestas temáticas possuímos pensadores, tais como, Arturo Andrés Roig, Leopoldo Zea, Enrique Dussel e vários outros que além de produzirem categorias que contribuem no diálogo filosófico com a Europa principalmente com o Método Ontológico, ressaltam uma reflexão filosófica mais apropriada para a realidade latino-americana.

Os conteúdos das disciplinas sofrem alterações durante o processo histórico, assim como a educação como num todo conforme afirma a educadora Nereide:

As disciplinas escolares também sofrem alterações na medida da renovação/estabilidade do corpo docente e das exigências e pleitos que as carreiras profissionais passam a apresentar. Mas as mudanças mais determinantes advêm inegavelmente, da transformação social e cultural, dos públicos escolares, que, mesmo com a permanência das finalidades educacionais, determina alterações nos conteúdos de ensino, interferindo na evolução das disciplinas escolares. (SAVIANI, 2000, p. 32).

Assim sendo, nenhuma disciplina possui um corpo estável e imutável de conteúdos. Por isso, precisamos analisar e selecionar no seio da cultura filosófica os conteúdos mais “adequados” para serem ensinados.

O processo histórico, as condições concretas e as ações dos sujeitos do processo educativo, dirigentes, professores, diretores e estudantes, interferem diretamente nos destinos das disciplinas bem como no seu método e conteúdo, no resultado dessa educação para a mudança da sociedade.

Para selecionarmos os conteúdos e as metodologias no processo de ensino-aprendizagem da filosofia, precisamos ter uma concepção de mundo, de sociedade, de educação e de educando definidas. Para o filósofo latino americano Adolfo Sanches Vasques:

Se, de acordo com uma atitude de consonância com o mundo em que vivemos, o problema é deixá-lo como está, a filosofia adequada será aquela que se concilie com ele e se limite por si mesmo, de uma maneira ou de outra, a interpretá-lo. Mas se a questão é transformá-lo porque se está em desacordo com as suas relações de exploração, dominação e mercantilização, será preciso adotar uma filosofia que, como tal, como interpretação adequada, contribua para essa transformação. Tal é a filosofia que Marx reclama em sua décima primeira tese sobre Feuerbach. (VASQUES, 2002, p. 52).

Neste contexto, precisamos que o Ensino de Filosofia facilite o processo de transformação da realidade, mesmo considerando todas as determinantes do processo de transformação do sistema econômico capitalista, mas é possível saber compreender as brechas para antecipar as etapas e tempos no processo de mudança do atual sistema capitalista atual, com uma Filosofia que mantenha esse espírito de emancipação, bem como, a ação no mundo no âmbito da Totalidade.

Deste modo, os estudantes do Ensino Médio ao compreenderem os princípios básicos da operacionalização da filosofia como área do conhecimento que permite refletir, estabelecer conexões com a sua realidade cotidiana e ao mesmo tempo agir no mundo buscando realizar as transformações necessárias na sociedade.

Na América Latina, o pensar filosófico evidencia a possibilidade de assumir uma concepção de filosofia de compreensão e ação, tanto na dimensão de conteúdos quanto de método de ensino, que permita no movimento da práxis social a contribuição para uma transformação da Sociedade. Começando pela valorização de um Método de reflexão filosófica, que tem compromisso com essa concepção, e assim, enfatizando a reflexão filosófica emancipadora sobre a exploração da classe trabalhadora, da discriminação cultural do índio, do negro e da discriminação de gênero na perspectiva do filósofo que está junto com estes movimentos sociais populares. E traz as contribuições das grandes conquistas filosóficas humanitárias para um agir no cotidiano das organizações sociais e movimentos populares.

Contribuições do método ontológico para as dinâmicas no processo de ensino aprendizagem, “metodologia”, da disciplina de Filosofia no Ensino Médio

O Ensino de Filosofia contribuirá de maneira mais significativa a vida do estudante se considerar a dimensão da Totalidade, bem como a dinâmica de avanço do conhecimento da humanidade apontada pelo Método Ontológico:

Dessa maneira, como sempre enfatizou o marxismo, a práxis, especialmente o metabolismo da sociedade com a natureza, se revela como o critério da teoria. Todavia, para aplicar sempre corretamente esta concepção, correta no sentido histórico, nunca se pode ignorar o elemento da relatividade histórica. Exatamente porque também o desenvolvimento social da humanidade é um processo irreversível, esse critério só pode exigir uma validade geral processual, uma verdade só respectivamente rebus sic standibus. A totalidade jamais inteiramente cognoscível das respectivas determinações do ser torna socialmente possíveis e necessários tanto sua superação como um longo funcionamento imperturbado de teorias incompletas, que contenham apenas verdades parciais. (LUKACS, 2010, p. 46).

Esta ideia de movimento, de processo, de temporalidade relativa, de avanço constante do conhecimento filosófico advinda do Método Ontológico é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem da Filosofia. Pois, a Filosofia já possui nas suas características básicas e intrínsecas da produção do conhecimento desta área do conhecimento humano de produzir a reflexão, o embate de ideias, a discussão, o aprimoramento da racionalidade. Isto é, a categoria de Totalidade deve integrar as aulas de Filosofia, diferentemente de algumas reflexões ou concepções filosóficas pós-modernas que não concluem em síntese mesmo que temporalmente na leitura do mundo real, isto é, não chegam a verdade que de certa forma de conta da realidade enquanto estiver naquele estado de coisas.

Esta noção de verdade em movimento que considera as dinâmicas da realidade, que explica um período num dado momento,

mas que na sequência devido às mudanças da realidade, do avanço do próprio conhecimento e da ação dos sujeitos provoca o aprofundamento do conhecimento ou até a negação de verdades que explicavam num determinado momento. Essa concepção faz parte da própria dinâmica da Filosofia desde a sua origem e deve estar presente na concepção de conhecimento e nas aulas de Filosofia. Assim sendo, o processo histórico de avanço, acumulação ou ruptura do conhecimento da humanidade, está na base do Ensino da Filosofia, inclusive no Ensino Médio. Por exemplo, quando o processo traz as dinâmicas do conhecimento à compreensão dos estudantes e estes se posicionam e utilizem as bases filosóficas da reflexão, problematização, crítica, tese e antítese gerando ao estudante a compreensão dos princípios filosóficos do fazer da disciplina que considera o processo histórico, econômico, cultural e acumulação dos saberes na história da humanidade.

No contexto da realidade latino-americana e principalmente do Ensino Médio, torna-se necessário ensinar princípios de Filosofia na perspectiva do Método Ontológico, pois considera a práxis que estes estudantes estão inseridos, contexto econômico, social, cultural, e nesta perspectiva de reflexão as contribuições de Marx com o pensamento Ontológico são fundamentais na visão de Lukacs:

A crítica de Marx é uma crítica ontológica. Parte do fato de que o ser social, como adaptação ativa do homem ao seu ambiente, repousa primária e irrevogavelmente na práxis. Todas as características reais relevantes desse ser podem, portanto, ser compreendidas apenas a partir do exame ontológico das premissas, das essências, das consequências etc. dessa práxis em sua constituição verdadeira, ontológica. Naturalmente, com isso não se negligencia teoricamente, de forma alguma, abordagem histórica, antes apresentada, das diversas formas de ser, ou seja, o surgimento processual de umas a partir das outras. Bem ao contrário. Precisamente o lugar ontológico central da práxis no ser social constitui a chave para a sua gênese a partir do modo de adaptação meramente passivo diante do ambiente na esfera de ser da natureza orgânica. E o predomínio da historicidade não deve, de forma alguma, cessar em uma análise isolada da gênese. [...] a gênese de um modo de ser, portanto, nunca deve ser entendida como ato único de conversão em outra coisa, por meio do qual é posto

como realidade um novo ser, daqui para frente permanentemente igual a si mesmo, que depois l reproduz de maneira isolada e homogênea.(LUKACS, 2010, p. 71-72).

Desenvolver uma sistematização específica para o Ensino da Disciplina de Filosofia considerando o Método Ontológico é fundamental, pois traz baila a reflexão sobre a realidade social do estudante que busca nos estudos e tem a escola como possibilidade de compreender a realidade para nela agir e transformá-la. Quando este horizonte da vida prática não está presente nas aulas de filosofia, o interesse será ainda menor pela disciplina.

As aulas de Filosofia com os princípios filosóficos do refletir, pensar, conflitar as ideias e leituras da realidade sem negar o processo histórico de avanço do conhecimento filosófico na humanidade. Por exemplo, quando estudante e o professor analisam um avião jato, moderno, atual, numa aula de Filosofia da Ciência, percebem que nesta invenção está presente o conhecimento desde os primeiros homens que inventaram a roda, o domínio do fogo, a manipulação da pedra lascada, até os últimos homens cientistas que fizeram as mais novas invenções na área de computação, informática e comunicação para que o avião voe, logo compreendem os avanços do conhecimento da humanidade bem como a sua cumulatividade no processo histórico. É importante ressaltar que nesse exemplo, também é possível discutir a que Classe Social serve este avião e o porquê na sociedade Capitalista, os trabalhadores normalmente são excluídos do uso desta tecnologia rápida para a locomoção em que as distâncias do planeta se tornam curtas e rápidas de serem alcançadas.

Assim sendo, compreender este processo significa ser mais livre para identificar a importância do conhecimento atendendo a necessidade de sobrevivência do ser humano em cada estágio de avanço das forças produtivas, que possibilite o estudante compreender o mundo para direcionar a sua ação de maneira significativa e assim antecipar movimentos revolucionários, o parto da nova sociedade, nas condições propiciadas no próprio sistema para a transformação da realidade econômica.

Este método sem perder a abordagem histórica, mas não sendo apenas uma abordagem, permite ousar voos para a compreensão da realidade social.

Como pretendemos esclarecer aqui o ponto central, diremos, muito resumidamente que segundo Marx, a correção de nossos pensamentos só consegue ser demonstrada na práxis, que a práxis em sua essência e em seus efeitos espontâneos é o fator decisivo da autoeducação humana, que todos os conflitos que o ser humano é forçado a dominar espiritualmente sempre repousam, primariamente, em contradições da práxis na respectiva vida, e ali desembocam etc. (LUKACS, 2010, p.73).

Nesta citação de Lukacs sobre Marx evidencia-se que o método ontológico, isto é, quando as aulas de filosofia são abordadas nesta perspectiva metodológica. Em que iniciam-se a partir das contradições da realidade vivenciadas pelos estudantes, das suas angústias, suas contradições, suas negações na condição de classe trabalhadora, lançam ensaios para a reflexão filosófica mais elaborada inclusive buscando as reflexões filosóficas mais aprimoradas para auxiliar na explicação daquela realidade.

A demonstração dos conhecimentos e princípios do fazer filosófico serão conferidos, enquanto sua veracidade, na práxis social. Isso não significa reduzir ao pragmatismo imediatista como algumas pedagogias estão fazendo nos últimos tempos. Na ânsia de não se limitar a apenas verificar o aprendizado do estudante na compreensão dos conteúdos, mas ir, além disso, e tentar averiguar e garantir a compreensão e a utilização desses conteúdos criaram as dez competências da Base Nacional Comum Curricular. No entanto, embora as competências e habilidades garantam em parte a verificação prática da compreensão dos estudantes nas respectivas de vidas imediatas, acaba esquecendo que tem situações da vida do estudante que não são possíveis de serem verificadas de imediato, pois a educação não pode estar reduzida ao pragmático e imediatista.

A Educação e a Filosofia no método Ontológico vão responder à práxis social, no sentido de preparar o estudante para as melhores

reações, considerando o acúmulo histórico dos saberes e tecnologias, diante do imprevisível, do novo, da realidade ainda não prevista, tais como uma pandemia igual a que vivemos em 2020. Já o conceito de Habilidade e Competência da Base Nacional Comum Curricular torna-se insuficiente, por exemplo, como o estudante vai aprender a morrer com dignidade, se isso vai acontecer no final da sua vida e não na escola. Ou ainda, como reagir frente a uma explosão Nuclear que não é possível ser testada no exercício das suas habilidades e competências em sala de aula. Logo, o conceito de práxis social é mais amplo, considera o imediato, mas vai mais além, no sentido que uma formação mais completa garantirá conhecimentos e conquistas humanitárias que serão fundamentais para a ação dos seres humanos em situações, revolucionárias, de tragédias humanitárias e a escola seguirá sendo referência para este indivíduo até o final da sua vida.

Nesta perspectiva de ensino, considerando uma Educação Filosófica na perspectiva do método ontológico, permitirá aos estudantes desenvolverem a compreensão filosófica das singularidades, especificidades, identificando os conceitos mais universais que organizam a compreensão do conhecimento filosófico da realidade. Possibilitando também as desconstruções de conceitos, bem como a construção de conceitos filosóficos que mais abarquem a realidade daquele determinado momento em que as coisas permanecem como estão sempre buscando compreender a dimensão real, concreta, para a transformação do sistema econômico capitalista. E assim, podemos perceber esta dinâmica entre o particular, o universal, ou geral, ou ainda mais categorizado na construção e desenvolvimento do processo do conhecimento filosófico:

Todo objeto é, ao mesmo tempo, singular, particular e universal. A própria natureza nos mostra isso. Não há nenhuma folha de árvore que seja absolutamente idêntica a outra. Cada folha é única, portanto diferente de todas as outras. O próprio fato de denominarmos todas as folhas 'folha' implica que todas elas tenham algo que as identifique. São idênticas, mas, ao mesmo tempo, diferentes. E se agregarmos a isso o fato de serem folhas de determinado tipo de árvore, digamos de coqueiro, então teremos a particularidade que as une. (TONET, 2018, p. 113).

Já é própria das dinâmicas internas da Filosofia, afastar se das verdades dogmáticas ou absolutizantes. E isto precisa ser demonstrado, revelado e exercitado, continuamente nas aulas de filosofia, para que os estudantes compreendam e passem a integrar a sua respectiva formação filosófica, bem como as suas leituras, reflexões filosóficas de mundo e o principal de tudo o seu agir no mundo. Lembrando sempre que o conhecimento é uma reflexão contínua sempre em busca daquilo ainda não conhecido, pelas constantes dinâmicas e mudanças da realidade.

A parte desconhecida, assim, não é absolutamente desconhecida porque há elementos nela que a conectam a uma totalidade maior, tanto sincrônica, como diacronicamente. Na medida em que conhecemos as determinações gerais da realidade, o que nos é proporcionado pela ontologia do ser social, estas orientarão a descoberta daqueles aspectos ainda desconhecidos. Assim, saber que o ser social é radicalmente histórico e social, que é uma totalidade e não uma soma aleatória de partes, que é composto de essência e aparência, que é resultado da interatividade humana, que é permeado por contradições e mediações, que seu movimento implica sempre a existência de um momento predominante, essas e outras determinações gerais serão importantes elementos batizadores para orientar a busca pelo desconhecido. (TONET, 2018 p.114).

O estudante nas aulas de filosofia poderá iniciar um processo de reflexão para compreender a totalidade do ser, que é social e histórico considerando as suas dinâmicas, contradições e mediações da dimensão humana. Ou seja, os conteúdos de filosofia com sua respectiva metodologia serão significativas para a sua vida e orientarão a busca contínua pelo conhecimento, buscando resposta para as suas angústias humanas, lembrando que esta totalidade é sempre momentânea, pois se as dinâmicas da realidade mudarem também mudará o conhecimento e suas respectivas possibilidades de avanço.

Vale, porém, observar que aquelas determinações ontológicas mais gerais não são características fixas, postas de uma vez para sempre. Como tudo o que integra a realidade social,

elas também são históricas e sociais, moventes e movidas. Entre elas de caráter filosófico- ontológico, e as descobertas científicas tem se uma relação recíproca pela qual cada avanço na aproximação ao objeto permite uma realimentação da ontologia e vice-versa, cada aprofundamento da ontologia permite uma melhor compreensão dos objetos particulares. (TONET, 2018, p. 115).

Ao utilizar as especificidades do método ontológico no ensino de filosofia enfatizando as categorias centrais do fazer filosófico desta disciplina, precisa ser uma reflexão específica da filosofia, isso fará com que os estudantes e o professor possam aprofundar o conhecimento continuamente sem perderem a perspectiva da Totalidade e muito menos a singularidade.

Ao utilizar os princípios do fazer filosófico da filosofia dentro da lógica metodológica, do pensamento ontológico, possibilitará que o conhecimento filosófico se desenvolva com mais veracidade e mais rápido, na perspectiva de responder as demandas sociais da realidade que atingem o processo reflexivo dos estudantes e dos professores. Assim sendo, a perspectiva ontológica permite compreender melhor as particularidades sem perder a noção mais elaborada e aprofundada do conhecimento verdadeiro, isto é, que mais corresponde ao real naquelas condições.

Assim, uma teoria pode ser verdadeira, mesmo que os fatos, em sua imediaticidade, pareçam demonstrar o contrário. E, do mesmo modo, uma teoria pode ser falsa mesmo quando os fatos imediatos pareçam demonstrar a sua veracidade. Neste segundo caso, poderíamos aduzir como exemplo a teoria geocêntrica. Os fatos imediatos pareciam demonstrar que a Terra era o centro do Universo. Uma vez estabelecida a identidade do objeto – a Terra- e compreendidos os fatos imediatos (remetendo-os a totalidade da qual fazem parte), a falsidade dessa teoria ficou evidente. (TONET, 2018, p. 125).

A luz da reflexão embasada no método ontológico, permitirá o avanço do conhecimento filosófico separando as aparências do conhecimento verdadeiro dentro de uma totalidade.

Esta nova visão de mundo e de elaboração do conhecimento da realidade não pretende ser o único verdadeiro e outros falsos, mas inclui as contradições da realidade e os outros métodos fragmentados da realidade para explicar de maneira diacrônica e sincrônica os desafios da realidade numa perspectiva da totalidade.

E contra todo o ecletismo e pluralismo metodológicos, que predominam, hoje, na Filosofia e nas Ciências Sociais, reafirmamos, com Gramsci (1978, p.186,187), ‘ que... a filosofia da práxis basta a si mesma, contendo em si todos os elementos fundamentais para construir uma total integral concepção do mundo [...]’. Com isto, Gramsci não quer, de modo nenhum, afirmar que os marxistas detêm a verdade e todos os outros pensadores só dizem falsidades. Ele quer apenas enfatizar que Marx lançou os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo. Nada do que foi construído a partir desses fundamentos é verdadeiro simplesmente porque tem esses fundamentos como base. Sua verdade dependerá da correta tradução do processo real, historicamente verificado. Somente a prova ontoteórica e a prova ontoprática poderão demonstrar a verdade ou a falsidade de qualquer conhecimento. (TONET, 2018, p.126).

Os conteúdos e a metodologia abordados na perspectiva ontológica na Filosofia, permitirá compreender se a veracidade do conhecimento filosófico resultantes das reflexões dos estudantes e dos professores pela realidade social, isto é pelo processo real e historicamente verificado. Também inclui nesta dimensão da verificabilidade de veracidade a compreensão, as relações dos conhecimentos filosóficos com o Mundo do Trabalho na perspectiva dos devidos estágios de avanços das forças produtivas.

Assim sendo, o processo de ensino aprendizagem da Filosofia retoma o seu verdadeiro lugar, de estabelecer as relações de totalidade na formação de estudantes, articulando as múltiplas dimensões do ser humano, desde as dimensões econômicas, sociais, culturais e de protagonismo na transformação da realidade em que estão inseridas, seja da realidade local ou na dimensão Global.

O Método Ontológico nas suas especificidades da Filosofia e suas contribuições para a mudança da realidade

Ao aplicar o método ontológico na filosofia no seu processo de ensino aprendizagem, isto é, iniciar a reflexão, discussão, o pensar filosófico a partir da realidade econômica, cultural e social dos estudantes, mesmo cada estudante tendo a sua singularidade e a luz das dinâmicas já sistematizadas pelos autores da filosofia sobre esta temática fará com que os estudantes avancem na própria consciência social. Que pode ser principalmente a consciência, enquanto classe trabalhadora, pulsão de transformação dentro da sociedade capitalista, ou de antecipação do parto de uma nova sociedade mais justa que a sociedade capitalista, isto é, identificando aquilo que os une, nas reivindicações e necessidades a serem realizadas para a efetivação prática de uma vida melhor.

Devemos dizer até que a conquista imediatamente mais eficaz do método marxiano, a luta de classes com força motriz real do desenvolvimento social, e, portanto, como motor decisivo na história do gênero humano enquanto fator ontológico eficaz, não podem ser, inteiramente compreendidas, sem que se aprenda a compreender que o complexo de decisões do qual surge a individualidade humana como superação da mera singularidade, é momento real do processo em seu conjunto que valora e que é valorado. Marx esclareceu plenamente essa situação em sua importante obra da juventude *Miséria da filosofia*. É o desenvolvimento econômico objetivo que transforma uma massa de população em trabalhadores, criando, assim, interesses comuns para situações comuns. (LUKACS, 2010, p. 98).

Estas reflexões, problematizações e discussões, bem como as devidas leituras dos textos clássicos da filosofia estarão dialogando em sintonia com os desafios da atual fase de desenvolvimento das forças produtivas dentro da Sociedade Capitalista, que podem ser no sentido de compreender esta teia de relações e interdependências dialéticas, melhorar a vida das pessoas resolvendo determinadas necessidade da vida dos estudantes. Ou ainda, no sentido de construir uma nova sociedade que supere as contradições da sociedade capitalista.

Ao colocar professores e estudantes para refletirem, problematizarem sobre os problemas da realidade, considerando as dimensões econômicas e o meio de Produção que vivemos, com as suas devidas considerações sobre o atual estágio de avanço das forças produtivas, é possível pensar e compreender as condições para a ação transformadora para o Reino da Liberdade. Isto é, nesta perspectiva a experiência e o fazer filosófico, podem caminhar no sentido de atingir uma existência humana que permita realizar todas as suas singularidades sem as exclusões, dominações, explorações econômicas, determinadas pelo sistema capitalista atual.

Assim sendo, hoje a Filosofia passa a fazer parte da vida dos estudantes, tanto na dimensão de compreensão da realidade quanto na dimensão da utopia transformadora do mundo em que vivem. Este Reino da Liberdade, considerando o estágio de avanço das tecnologias, seria uma sociedade sem dominação e sem exploração, isto é uma nova sociedade. Cujas qual, a Filosofia contribuiria com todo o seu cabedal de saberes na constituição de tal fato da sociedade do Reino da Liberdade, também abordada pelo pensador Enrique Dussel que faz menção a Marx e a esta sociedade do Reino da Liberdade como algo possível e no horizonte dos estudantes e fazedores do fazer filosófico.

Já afirmava:

Hoje no entanto só raras vezes se reflete sobre o fato de que esse mesmo desenvolvimento pode ser simultaneamente, também no sentido da existência humana, uma preparação para o 'reino da liberdade'. Pouco se reflete também sobre o fato de que, se o desenvolvimento levado até essa direção não promove de algum modo uma tal constituição da humanidade, nem mesmo os fundamentos econômicos estão em condições de superar completamente a utopia. (LUKACS, 2010 p.111).

Já no atual estágio de desenvolvimento econômico, do sistema capitalista, avanço das forças produtivas, avanços das tecnologias e suas implicações na condição humana e na vida do planeta colocou o ser humano frente a grandes questões, tais como, o que devo fazer?

Qual o sentido da vida? O sistema econômico tende a preencher o sentido da vida dos homens com questões de consumo ou outras de maneira autoposta:

O desenvolvimento econômico pode transformar essas casualidades em base objetiva de toda a práxis dos homens singulares. Preenche-la com o novo conteúdo de uma generalidade autoposta na conduta de vida dos homens, superando-a, é coisa que só a práxis, o pensar e o agir dos próprios homens conseguem fazer. (LUKACS, 2010 p.117).

O pensar e o agir é atividade nobre e por excelência da Filosofia, propicia aos estudantes instrumental reflexivo, bem como, apresentar os grandes saberes filosóficos que já foram elaborados na história das ideias filosóficas para que os estudantes possam pensar, e assim, de maneira mais consciente escolherem e definirem o agir humano de uma maneira mais singular, ou na perspectiva da transformação social coletiva, e que este sentido das suas vidas seja fruto de um processo consciente e não de uma visão alienada imposta pelo sistema econômico vigente.

Não é por acaso que Marx caracteriza a práxis da Comuna de Paris do seguinte modo: a classe trabalhadora ‘não tem ideais a realizar; precisa apenas por em liberdade os elementos da nova sociedade, que já se desenvolvem no seio da sociedade burguesa que está desmoronando’. Essa liberação é um dos pontos centrais da metodologia marxiana. Os utópicos, obedecendo a uma lei da razão, querem colocar no mundo algo melhor do que o existente até então. Marx quer com seu pensamento apenas contribuir para que aquilo que existe como ente no processo de surgimento da humanidade – como sempre-, seja capaz de realizar o ser social o próprio ser autêntico. (LUKACS, 2010, p.125).

Estas transformações advindas de uma reflexão, de um pensar e fazer filosófico, advindos do método ontológico, farão uma análise mais realista na perspectiva de implementar princípios para uma nova sociedade, com mais consonância no estágio de evolução das forças produtivas e as suas devidas relações com a situação econô-

mica mais realista, considerando a superação das contradições da sociedade capitalista para a construção de uma nova sociedade .

A complicação e –frequentemente usada como reprovação– aparente contradição do Marxismo mostra-se aqui em sua legítima clareza ontológica: de um lado, nada no ser social pode tornar-se uma categoria determinante da práxis se não tiver efetivas raízes na economia, e por isso também na generalidade de seu período; de outro lado, e ao mesmo tempo, essa determinidade econômica não pode, de modo algum, tornar-se uma determinação linear, univocadamente ‘necessária’. A economia como base inevitável não apenas possibilita em suas consequências práticas as decisões alternativas, mas também as torna tendencialmente inevitáveis. (LUKACS, 2010, p. 125).

A reflexão filosófica de sua época, que tenta abarcar o mais profundamente possível o seu mundo real para chegar as explicações mais verdadeiras, daquele momento, em sintonia com o desenvolvimento em suas respectivas contradições. Além disso, considerando que justamente as contradições econômicas permitem a reflexão e a projeção das mais diversas alternativas e ações. Assim sendo, a reflexão filosófica a luz do Método ontológico permite aos estudantes compreenderem a realidade considerando a Totalidade, bem como as singularidades e individualidades. Ao mesmo tempo, permite avançar no processo dialético de compreensão da realidade, possibilita lançar-se na projeção de alternativas e ações de transformação da realidade com as suas devidas leituras da conjuntura da realidade em movimento.

A relação que o filósofo Enrique Dussel estabelece entre método ontológico e a filosofia da libertação e as suas perspectivas práticas no ensino da filosofia

O filósofo latino-americano Enrique Dussel, um dos autores da Filosofia da Libertação, considerado e classificado por outros como pensador do pensamento decolonial, faz uma releitura do pensador Karl Marx analisando as possibilidades reais de utilização de suas categorias filosóficas marxistas para o fazer filosoficamen-

te no conjunto da América Latina. E que nos fornecem condições adequadas de compreensão da realidade, possibilidade de transformação, sem perder a dimensão da Totalidade, bem como a singularidade e especificidade latino-americana.

Nesta perspectiva de um pensamento de Totalidade, transformador, que permita compreender a realidade considerando as suas determinantes econômicas e mesmo assim agir enquanto sujeito ativo na transformação social, Dussel analisa o Método Ontológico:

Repitamos para descobrir mais claramente a posição metodológica de Marx. Não se trata de que as categorias ou a ordem do pensamento produzem a realidade (Hegel). Não se trata de pensar que a realidade se manifesta já nitidamente na representação plena (empirismo). Nem se trata, tampouco, de confundir a ordem do pensamento (categorias) com a da realidade (nisso Proudhon tem razão, ao distinguir as duas). Porém, tampouco se deve pensar que ambas as ordens estão absolutamente separadas, o que determinaria que a ordem da sucessão ou movimento das categorias seja o efeito da pura ordem do pensamento (idealismo ao fim). Não se pode pensar, ainda, que a ordem das categorias está determinada pela sua aparição na história (primeiro as categorias mais antigas e depois as mais modernas). Não. A ordem das categorias (ordem do pensamento teórico, que surge da realidade, mas não se confunde com ela) deve estar determinada por sua posição sincrônica e essencial na moderna sociedade capitalista. Deste modo, a ordem das categorias (mesmo sendo uma ordem teórica) reconstitui a realidade numa ordem abstrata, surgindo da própria realidade (e não das ideias). Mas a realidade à qual a ordem das categorias se refere é a totalidade concreta, com múltiplas determinações, que é a moderna sociedade burguesa. (DUSSEL, 2012, p. 56-57).

Ao reler Marx, Dussel identifica o método ontológico, principalmente nos seus escritos mais recentes, como importante no processo de compreensão da realidade, isto é, da totalidade e na articulação concreta com a compreensão do real para entender a realidade. E assim, um filósofo, um professor, um estudante de filosofia que busca uma libertação concreta com garantia das condições materiais e significações das múltiplas dimensões do ser Humano.

Este processo de reflexão e do desenvolvimento rumo ao conhecimento do Método ontológico já é considerado por Dussel como Filosofia, pois faz os movimentos e reflexões em busca do conhecimento que mais de conta da realidade a ser conhecida. Também ressalta que estas categorias do pensamento ontológico ao serem aplicados a nossa realidade latino-americana passam a ser um discurso nosso. E ao utilizar isto no fazer filosófico, aponta um caráter criador, abre para novos horizontes de transformação da vida, atravessando assim a barreira do saber filosoficamente explicativo, para a possibilidade de transformação:

Tentaremos aprender um discurso implícito, mas coerente com o discursivo explícito de Marx. De certo modo, será um discurso criativo ou distinto –na medida em que explicita o implícito–, mas estritamente marxista –na medida em que continua, sem contradição, o próprio discurso do Marx. Já não é, simplesmente, história da filosofia: é filosofia. Além disso será um discurso nosso, latino-americano e tendo em conta- estrategicamente e de maneira mediata- a nossa problemática real. É já, por isso, um ensaio metodológico. O discurso que continua Marx é marxista na escala em que não trai a sua lógica, os seus fundamentos, aquilo já realizado do seu discurso; porém, ao mesmo tempo, não é meramente repetitivo nem meramente explicativo – é criador: realiza e constrói um discurso próprio, abre-se novos horizontes [...] que não foram pensados por Marx. (DUSSEL, 2012, p. 320).

O ensino de filosofia relacionando com a perspectiva de Dussel, adotando o método ontológico possibilita fazer as reflexões e revelar as contradições do capitalismo. No entanto, Dussel considera isto e apresenta o método analético como um momento do método dialético para dar conta de realidades muito singulares, que na visão do autor não estão contemplados pela totalidade direta do método ontológico. Claro, que a transformação precisa de mediações concretas, relacionadas com o real, e com a sua dimensão de emancipação buscando o Reino de Liberdade, em que as pessoas não sejam dominadas e exploradas.

Marx pode ver com novos olhos, pode criticar o próprio ser do capitalismo (o capital-valor) a partir de uma exterioridade prática que lhe exige explicitar para os oprimidos uma teoria que explique aos trabalhadores o fundamento da sua alienação. Criticar a ontologia, o ser (o capital), a partir da exterioridade prática e utópica (ou seja, a partir de organizações históricas que lutam contra o sistema como totalidade e com a proposta e a esperança de um ‘reino da liberdade’) é o que designamos por ‘transcendentalidade analética’. Por ‘ana-lética’ queremos indicar o ‘mais além’ (em grego, ano-) do horizonte ontológico. A negação da negação da totalidade (a negação do trabalho assalariado como subsumido no capital) só pode partir da afirmação da exterioridade analética ou da capacidade da transcendentalidade que o homem sempre tem por ser homem. A realização real e histórica de tal afirmação exige mediações concretas de emancipação mas, antes de sua realização, há que situar-se praticamente naquela exterioridade, há que organizar as mediações políticas e, por fim, tornar efetiva na história a nova ordem alternativa.” (DUSSEL, 2012, p. 345-346).

O papel da Filosofia, desta forma, será prática constante de considerar a crítica radical, a emancipação, a liberdade dos oprimidos, suprimir os processos alienantes que enganam dominam e manipulam as pessoas. E o mais importante, nesta metodologia na aula de filosofia passa a ser o espaço da reflexão e da projeção futura, do pensar na utopia futura, isto é, aquilo que ainda não é realidade, mas que pode vir a ser. Nunca um pensar ingênuo, espontaneísta, mas que considera as dimensões reais das determinações econômicas e culturais.

A partir da alteridade da utopia futura, a partir da exterioridade do pobre –produto da redução tendencial do trabalho necessário ao capital- e a partir da exterioridade do trabalho vivo como a alteridade absoluta do capital (o não capital por excelência), o teórico revolucionário, o filósofo da emancipação ou da crítica radical, o militante da libertação popular nacional, dos oprimidos, a partir desta exterioridade pode negar a negação, pode suprimir a alienação, pode emancipar o aprisionado” (DUSSEL, 2012, p. 347).

Portanto, com esta reflexão desenvolvida até o momento, já percebemos a importância de ressaltar os detalhes e as aplicações

práticas do método ontológico no processo de ensino da filosofia, que considere os princípios básicos do fazer filosófico, que poderia ser pré- definido como reflexão, pensar, busca da verdade, articulação com as produções filosóficas já desenvolvidas. No entanto, esta elaboração filosófica articulada com a singularidade, e também com a totalidade, considerando os determinantes do real e da realidade econômica. Mas, com intuito de compreensão da realidade, também de Transformação da realidade concreta do mundo e das pessoas. Superando desta forma, Metodologias gnosiológicas fragmentadas, Pós-Modernas, que não dão conta da totalidade, característica esta já presente nos filósofos da antiguidade em que cada filósofo buscava de alguma forma explicar o sistema mais próximo de uma Totalidade de explicação do mundo.

Esta reflexão e incursão no texto, nos ajudou a definir melhor os percursos da pesquisa, que precisa ser aprofundada cada vez rumo ao avanço da pesquisa e a contribuição desta para o Ensino da disciplina de Filosofia no Ensino Médio.

Pretendemos aprofundar cada vez mais esta reflexão e até a sistematização de categorias, práticas e possibilidades de ensino e aprendizagem na perspectiva do Método Ontológico, dialogando com a filosofia da Libertação para a especificidade do processo de Ensino Aprendizagem da Disciplina de Filosofia no Ensino Médio, bem como na formação de professores de Filosofia que atuarão nessa etapa de ensino. E ainda, fundamentarmos para que as visões limitadas da Extrema Direita na Educação Brasileira não retirem a filosofia do currículo, e acabem tornando a Educação apenas uma lista de atividades informativas e não um processo de acesso ao conhecimento que permite ao ser humano compreender e agir durante toda a sua existência da sua vida no mundo.

Ao aprofundarmos esta reflexão sobre o Método Ontológico do Materialismo Histórico Dialético, suas reflexões e práticas possíveis na disciplina de Filosofia, evidenciamos as suas contribuições fundamentais para a formação destes estudantes de Filosofia, para compreenderem as determinações da realidade do mundo atual e agirem como ser social, com os instrumentais teóricos e práticos

próprios desta disciplina, entre tantos princípios, tais como, de Totalidade, reflexão, aprendizado contínuo, dialético e ação no mundo. Para atuarem na dinâmica da vida dentro de todas as atenuantes econômicas, sociais, culturais, contextos, possibilidades de resistências, de transformação, e ou de alternativas de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.415-2017?OpenDocument. Acesso em: 20 jul. 2020 às 21h10.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação.** Crítica à ideologia da exclusão. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão.** Petrópolis, 2. ed. Editora Vozes, 2002.

DUSSEL, Enrique. A Produção Teórica de Marx: Um Comentário aos Grundrisse. 1. ed. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2012.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política.** Trad. Rodrigo Rodrigues. 1a. Ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUKASC, Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.**

Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. Editora Boitempo, São Paulo. 2010

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, Currículo e didática**. Problemas da unidade conteúdo/método. 3. ed. Campinas: 2000.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. 2. ed. Ed. Coletivo Veredas, Maceió, 2018.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia e circunstâncias**. Trad. Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

6

Comunicação comunitária

6

Comunicação Comunitária e Popular: perspectivas para o protagonismo político e social de jovens em comunidades vulneráveis

Tiago Silvio Dedoné¹

Partindo dos estudos sociológicos acerca da juventude das comunidades vulneráveis e a apropriação, por eles, dos recursos da comunicação para construir e disseminar narrativas das realidades situacionais locais, contrapondo às leituras subjetivas expressas nas mídias clássicas como jornal, rádio ou televisão, espera-se perpetrar um ponto de reflexão e responder como os jovens estão operacionalizando as narrativas e transformando suas realidades e representações através das novas tecnologias.

Nos últimos anos, com o avanço da democratização da comunicação, as novas ferramentas tecnológicas, o acesso à internet, os jo-

¹ Mestrando em Formação de Gestores Educacionais pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID); Mestrando em Teoria Literária, pelo Centro Universitário Campos Andrade (UNIANDRADE). Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo; Licenciaturas em Pedagogia, Letras – Português, História. Pesquisador membro da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação – ABPEducom.

vens de comunidades vulneráveis têm se tornado atores produtores de mídia, de discursos e pavimentado uma estrada social que garante, ainda mais, o seu lugar de fala e intervenção. Com isso, estão não apenas produzindo sentidos nas suas respectivas representações sociais, como, fundamentalmente, têm questionado a representação do jovem da periferia nas mídias clássicas, compostas pelo jornal, rádio, televisão, consolidando uma vertente importante de leitura crítica da mídia. O conceito de Comunicação Popular e Comunitária não é novo. Desde os períodos difíceis de autoritarismos no Brasil e na América Latina, os movimentos jovens lutavam para disseminar suas visões sobre o estado de pertencimento e direitos, através do jornal comunitário, dos discursos de resistência e denúncias – por vezes expressos, ainda que em muitos casos intrínsecos – nas músicas e nos espetáculos teatrais, como os famosos movimentos teatrais de resistência no Brasil: Teatro de Arena, Teatro Opinião, Teatro do Oprimido – que contribuíram para a criação do movimento de contracultura.

Portanto, a Comunicação Comunitária – ou Popular -, que caracteriza-se por aquela construída diretamente pelos atores sociais de uma comunidade, uma agência de socialização, ou qualquer agrupamento que não seja, necessariamente, ligado à imprensa clássica constituída. Hoje, os atores sociais das agências de socialização que buscam defesas de pautas como a garantia de direitos das minorias, movimentos de juventude, culturais, entre outros, atuam usufruindo este mesmo recurso da Comunicação Comunitária para legitimar o seu lugar de fala. Com a modernização dos recursos, programas tecnológicos, aplicativos, ferramentas de redes sociais, estes agrupamentos têm tornado suas vozes e performances muito mais observadas, além das fronteiras dos espaços territoriais de suas comunidades. De certa forma, com a democratização destas produções de conteúdo e reflexões, têm promovido revoluções importantes, no âmbito do protagonismo político e social.

Segundo Charaudeau (2013, p. 253), as mídias clássicas pautam o que vai se tornar visível no momento em que escolhem o que irão exibir. E, esta escolha, pode até ter direcionamentos ideológicos, financeiros e políticos. Também é muito claro que a escolha feita

pela mídia dos fatos que devem se tornar visíveis são, na maioria das vezes, muito diferentes do que o cidadão espera ou deseja. “Agenda midiática, agenda política e agenda cidadã não são sempre as mesmas”. Para cobrir essa lacuna, surgiu e se consolidou o campo da Comunicação Comunitária e Popular. Segundo Cícilia Peruzzo (2003, p. 247), uma das maiores referências neste âmbito epistêmico no país, “a comunicação popular nasceu ligada a movimentos populares como uma alternativa de canal de expressão, meio de mobilização e conscientização da população mais pobre e submetida a carências de toda espécie”.

A autora destaca que a comunicação popular aparece justamente como uma alternativa de canal de expressão democrática, livre de norteamentos estruturantes, para colocar os assuntos da comunidade em destaque e provocar o debate entre os seus integrantes e as demais pessoas da sociedade:

Nessa perspectiva, a comunicação popular, que hoje chamamos de comunitária, surge e se desenvolve articulada aos movimentos sociais como canal de expressão e meio de mobilização e conscientização das populações residentes em bairros periféricos e submetidas a carências de toda espécie de escolas, postos de saúde, moradia digna, transporte, alimentação e outros bens de uso coletivo e pessoal, em razão dos baixos salários ou do desemprego. (PERUZZO, 2003, p. 247).

Neste viés reflexivo, espera-se, com este aporte e orientações para novos referenciais, pavimentar um caminho epistêmico que estude a contemporanização das resistências subjetivas dos jovens das periferias e vivenciam situações de apagamento nas mídias clássicas, tendo que recorrer, em muitos casos, com ampla mobilização e eficiência nas ações de resistência.

Esta perspectiva da linguagem multivocal, democrática, é um importante norte na construção dos sentidos que aportam-se nas construções das peças de comunicação comunitária. Para Bakhtin (2002, p. 121), a comunicação é um ato muito maior do que uma simples troca entre emissor e receptor. A informação é acrescida da participação direta e indireta de seus interlocutores, que levam

junto seus valores, sentidos, sonhos e desejos, convicções e sofrem influência das relações sociais – dos embates subjetivos - e das hierarquias existentes. A interação constituída por dois ou mais indivíduos socialmente organizados, “na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos (BAKHTIN, 1997, p. 311)”, é o que importa e que irá dar significado ao ato de comunicação em si.

E este novo tempo, de rupturas de paradigmas, de construção de novos paradigmas discursivos transversos também nos remonta à reflexão do que é juventude, hoje; e, claro, por quais caminhos ela aporta-se para fazer expressar suas idéias e intervenções dialógicas. É uma busca constante de possibilidades para passar as fases de sua historicidade e construir contribuições afirmativas. Construir sentidos. Bordieu (2003), destaca que, desde alguns anos, quase todos os jovens têm tido acesso a uma forma mais ou menos completa e principalmente mais ou menos longa de experiências. Por mais curta ou superficial que esta experiência tenha sido, ela é decisiva porque é suficiente para provocar uma ruptura mais ou menos profunda com o “isto é óbvio”. O autor chama a atenção para os avanços discursivos e suas intersecções com o tempo. Com o tempo e com suas novas proposições instrumentais.

Na mesma perspectiva de questionamento e análise intrínseca do seu “eu” ator ativo, os jovens, de acordo com Dayrell (2003), constroem determinados modos de ser. Nessa construção, coloca em questão uma série de noções e representações correntes sobre a juventude. Toma como foco o cotidiano de integrantes de grupos musicais de rap e funk, por exemplo, buscando revelá-los na sua condição de jovens para além da sua participação nos grupos musicais. Constata que os jovens mediados pelos estilos, reelaboram as imagens correntes sobre a juventude, criando modos próprios de ser jovem, e expressam a reivindicação do direito à juventude. Constroem mecanismos dialógicos, inclusive usufruindo das novas tecnologias e da cultura digital, para fazer valer a sua voz.

Portanto, neste artigo, proponho-me direcionar uma ótica sensível ao tema. Além de apontar a relação das narrativas discursivas construídas pelos jovens em espaços de vulnerabilidades sociais, pro-

tagonizando a construção de discursos com as novas mídias disponíveis, que apontam o mesmo teor informacional e autoral nestes mesmos espaços de socialização e integração, porém, com construções midiáticas que podem interferir na produção dos sentidos, proteger a identidade cultural, promover resistências e intervenções sociais, através da consolidação do lugar de fala da juventude periférica.

Produzindo comunicação, mobilizando narrativas e sentidos

Hoje, as mídias são diversas e cada vez mais modernas. Democratizam vozes. Os sentidos, relatos, acessos e absorções, são os mesmos, em todos os locais de socialização? A conectividade com os públicos-alvo tornou-se mais acentuada e próxima, pois com um celular na mão, um computador, e acesso à internet, podemos construir veículos de comunicação. E eles podem dar asas às leituras subjetivas de cada agrupamento social, comunidade, representações sociais que, muitas vezes, são minorizadas na grande imprensa que impõe silenciamentos subjetivos. Como é a narrativa digital, hoje, nas comunidades? Este é um importante ponto de questão, que precisa ter um avanço nas pesquisas, permeando pela socialização das vozes, dos sentidos, das lutas, das resistências, das mobilizações comunitárias. E isso, tem sido possível, com a democratização da comunicação, através de um conceito atrelado às ciências sociais, comunicação social e aos estudos da sociologia: a Comunicação Comunitária e Popular. É nesta vertente de produção epistêmica que este artigo se propõe a permear, instigando um senso de investigação e construção de caminhos para reflexões e intervenções.

É preciso conectar. E, esta afirmativa, refere-se não apenas ao mundo da internet. Refere-se, de sobremaneira, à conexão de sentidos. Os instrumentais da comunicação são ferramentas mediadoras, que auxiliam neste processo de embate de leituras. E isso, em todas as vertentes de conhecimentos e agências de socialização. No mundo contemporâneo, há formas distintas de construir narrativas e disseminá-las. A instantaneidade provoca leituras que precisamos ampliar quando estamos tratando de narrativas que ex-

pressem as representações sociais, principalmente as construídas nas comunidades mais vulneráveis. A comunicação comunitária trouxe voz aos que tinham dificuldade de acesso à mídia de massa clássica. Historicamente, eles estão nas periferias, nas comunidades vulneráveis, em muitos agrupamentos sociais.

Como a música, o audiovisual, o blog e jornal comunitário, o podcast, a chamada literatura marginal/periférica (acentuando uma cultura híbrida, contra-hegemônica e de afirmação da identidade cultural), está mudando a forma de construir as narrativas e intervir nos sentidos da relação entre as pessoas? Esta é uma reflexão muito importante que a academia precisa recortar e investigar mais. Especialmente, quando trata-se das leituras subjetivas empregadas nas produções midiáticas. Qual o papel dos jovens, que mais detêm as habilidades de manuseio e disseminação das mídias digitais, no universo da produção de espaços de vozes nas comunidades? Entendo que este meu anseio pavimenta o fomento de novas visões para o campo das ciências sociais.

De acordo com Groppo (2000) a juventude tem que ser pensada como categoria social e, nesse sentido, a juventude acompanha, influencia e é influenciada pelas transformações que ocorrem na sociedade, agindo de forma dialética. Para o autor, a juventude é uma realidade social e não uma mistificação ideológica. Desse modo, nas reflexões sociológicas, é preciso relacionar a juventude com outras categorias sociais como: a educação, a classe social, etnia, raça, religião e condição urbana. Assim, “ao analisar as juventudes concretas, é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos” (GROPPO, 2004, p. 12).

As juventudes, atreladas em sua maioria ao sistema de relações que envolvem ambientes de embates subjetivos – como a escola, por exemplo -, encontram-se à deriva dos norteamientos que possam a vir ocorrer, concretizar-se, com base nos ordenamentos políticos e estruturais. Esta relação de poderes nem sempre está a favor da plena liberdade de produção de sentidos dos jovens, deixando-os às margens das decisões que, inclusive, lhes afetam diretamente. Este aspecto da exclusão – e as respectivas ações em busca de inclusão – se

estabelece na medida em que há uma ação estratégica de reconhecimento dos jovens como atores da transformação neste novo tempo.

Portanto, em razão de cada juventude existente, de cada estrutura escolar existente, são estes os atores convidados a nortearem os novos processos discursivos e transformadores. De que forma isso pode ser operacionalizado? Primeiramente, questionando. Tecendo a criticidade e a cidadania. E isso a juventude faz bem, pois está intrínseco ao seu processo de identificação e intervenção no mundo. Os jovens para se construir dentro dos cenários sociais, buscam os seus caminhos norteamentos de fluxos discursivos, seja através da música, do teatro, da dança, da literatura, das intervenções políticas, das manifestações artísticas diversas; muitos, até mesmo, em caminhos errados, que são frutificados pelo descontentamento social, violências e pela falta de oportunidades. São múltiplas as formas dos jovens de manifestarem, porque são múltiplas as juventudes existentes. E isso é um outro tema muito interessante para acoplar reflexões.

Mas, não é só isso. Também é bastante importante que, especialmente, nas esferas das escolas públicas, os atores sociais formadores (professores, gestores educacionais e demais atores) contribuam, também, com esta mobilização da esperança e desenvolvimento crítico nas comunidades – tomando a produção da comunicação como viés protagonista de seu ato de ser. Afinal de contas, a escola também é um polo norteador de processos de leitura crítica das realidades sociais. Esta percepção está muito sensivelmente inserida dentro da escola, que é um espaço mágico de formação humana.

Portanto, os questionamentos, muito característicos da juventude, atuam na formação dos sujeitos ativos. Charlot (2000, p. 72) nos lembra isso, quando diz que

qualquer relação com o saber comporta também uma dimensão de identidade: aprender faz sentido por referência à história do sujeito, às suas expectativas, às suas referências, à sua concepção de vida, às suas relações com os outros, à imagem que tem de si e à que quer dar de si.

Para Dayrel (1996), o sujeito se constitui e é marcado por suas relações sociais e históricas. Tal afirmação se relaciona com a con-

cepção de sujeito para a Análise do Discurso, na qual se constitui pela relação com a sua história, com o contexto social em seu entorno e com os posicionamentos ideológicos os quais possui. A Comunicação Comunitária se firma, então, como caminho norteador para transformações sociais, culturais e políticas significantes. É justamente a proposição dos espaços dialógicos que, na escola ou em qualquer outro ambiente de integração e socialização, de forma livre, operacionalizam-se construção de subjetividades e que, em decorrência, resultam em construção de novas leituras de mundo e propostas pautadas em criticidades. O desenvolvimento dos jovens ocorre, no primeiro momento, no contato com o conhecimento – com o conteúdo programático – e, posteriormente, com as provocações realizadas pelos professores ou outros atores sociais de referências nestas comunidades, propiciando os caminhos dialógicos. O conhecimento se estabelece desta forma, construindo pontes que fazem relacionar as subjetividades. A produção de sentidos e a disseminação de narrativas, através da produção da comunicação comunitária, ressaltam a importância da democratização do ato de “ser” e “intervir” na construção de sua própria história – e na história de suas comunidades -. Por isso, protagonizar a construção de comunicação, também é consolidar os caminhos para a emancipação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, SP: HUCITEC, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Juventude é apenas uma palavra**. Questões de Sociologia. Lisboa: Fim de Século-Edições, Sociedade Unipessoal-LDA. 2003. p. 151-162. (Tradução Miguel S. Pereira). Disponível em: <https://farofafilosofica.com/2016/12/06/pierre-bourdieu-17-livros-para-download-em-pdf/>

CHARAUDEAU, Patrick. **O Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24. p.40-52. Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf> . Acesso em: 16 out. 2020.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como espaço sócio-cultural. *In*: DAYRELL, Juarez Tarcísio (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GROPPO, Luis Antonio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última Década**, Santiago, v. 18, n.33, p.11-26, Dez. 2004. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-22362010000200002&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 out. 2020.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de. **Comunicação para a cidadania**. Salvador/São Paulo: Intercom/UNEB, 2003.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

7

O papel da linguagem

7

A intersecção entre a Educação e as novas tecnologias: novos paradigmas discursivos para o processo do ensino de Geografia

Rodrigo da Silva Marques¹

Educomunicação e os novos paradigmas de socialização

Duas áreas do saber tão antagônicas e, ao mesmo tempo, tão complementares, são objetos de estudos na contemporaneidade, com intervenções nas políticas públicas, nas diretrizes educativas e no fomento de projetos pedagógicos diferenciados que tornam-se necessários. Segundo Ismar de Oliveira Soares, professor do Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, a Educomunicação é um campo já não entendido somente como uma área voltada à compreensão dos efeitos da mídia sobre os usuários.

É um campo que inaugura um novo paradigma discursivo transversal, estruturando-se, pois, de um modo processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo, sendo vivenciado na prática dos atores sociais através de áreas concretas de intervenção social. (SOARES, 1999, p. 65).

¹ Licenciatura em Geografia. Docente na Educação Básica.

A nova área de reflexão sobre este binômio comunicação e educação é entendida como um desenvolvimento, na educação formal e/ou informal, de ações voltadas para o estudo e a compreensão do lugar que os meios de comunicação ocupam na sociedade, seu impacto social, as implicações da comunicação midiaticizada, a participação e a modificação do modo de percepção que ele propicia, promovendo, em decorrência, o papel do trabalho criador, o acesso e o uso autônomo e livre dos recursos e linguagens da comunicação para a expressão dos indivíduos e grupos sociais.

De acordo com Soares (2000, p. 23), “a área é constituída pelas reflexões em torno da relação entre os polos vivos do processo de comunicação, assim como, no campo pedagógico, pelos programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios”. Segundo o autor, ao longo do tempo, o mundo assistiu à implantação de vários projetos de educação para os meios. Entendendo, então, que a própria Educação é tomada como um espaço de comunicação na cultura que emerge da Era da informação (ou Era das Novas Tecnologias), na qual a educação é obrigada a rever-se em seus paradigmas. De acordo com ele, nesta leitura, é proposto um conceito e também uma proposta de prática da gestão comunicativa, que se caracteriza em um conjunto de procedimentos para “garantir, mediante o compromisso e a criatividade de todos os envolvidos e sob a liderança de profissionais qualificados, o uso adequado dos recursos tecnológicos e o exercício pleno da comunicação entre as pessoas que constituem a comunidade” (SOARES, 2000, p. 23).

Dessa forma, segundo Soares, o que importa não é somente assegurar a qualidade para os produtos da indústria cultural (como manifestações e críticas). A grande proposição é buscar formas de intervir nas matrizes de elaboração de programas e de produtos, por meio de produções geradas no espaço educativo. Ele utiliza os conceitos de Educação de Mário Kaplún, autor argentino, naturalizado uruguaio e que faz parte da Escola Latino-Americana de Comunicação, para justificá-la.

Kaplún foi o primeiro teórico a usar o termo Educomunicação em 1987, para designar uma metodologia de Educação para a Comunicação baseada em análise das mensagens, e não dos meios; em desenvolvimento de oficinas e não em mera exposição de conteúdos e a decodificação da ideologia das mensagens. Para isso, ele trabalhava três pontos: a cumplicidade entre o emissor e o receptor, a decodificação do código e a compreensão do funcionamento do sistema. Em 1998, Kaplún substituiu o termo por Comunicação Educativa e os estudos da construção do campo da Educomunicação ampliam seus sentidos. Para o pesquisador uruguaio, existem três modelos básicos de educação que ocorrem simultaneamente nos tempos atuais:

- A Educação que enfatiza conteúdo. Corresponde à educação tradicional, baseada na transmissão de conhecimentos e valores de uma geração à outra, do professor ao aluno, da elite “instruída” às massas ignorantes. Neste modelo, utiliza-se uma educação bancária, que segundo Paulo Freire (1979, p. 65), é a educação na qual “o educador é sujeito e os educadores são objetos pacientes, ouvintes”. Trata-se de um modelo autoritário, onde o protagonismo é dado ao emissor, a quem cabe iniciar o processo, definir seus conteúdos e objetivos e determinar o seu fim.

- A Educação que põe ênfase nos efeitos. Corresponde à chamada “engenharia do comportamento” e consiste essencialmente em moldar a conduta das pessoas com objetivos previamente estabelecidos. Se no primeiro caso o importante era o saber, aqui, acentua-se o fazer. O verbo fundamental neste processo é persuadir. Busca-se persuadir o educando (receptor) para que mude de comportamento.

- A Educação que põe ênfase no processo. Não se preocupa tanto com os conteúdos a serem comunicados ou com os efeitos em termos de comportamento e, sim, com a interação dialética entre as pessoas e sua realidade. Todos são sujeitos do processo, sendo emissores e receptores ao mesmo tempo. É um modelo de interação social, onde todos participam com igual oportunidade de conhecimento e acesso aos meios de comunicação. É esta última que os defensores da Educomunicação definem como o modelo educacional a

ser trabalhado. Como prevê oportunidade de conhecimento e acesso aos meios, a apropriação de seus mecanismos de funcionamento e a prática de produção para estes meios se torna imprescindível.

Soares acredita que, tanto a Comunicação quanto a Educação, ao serem instituídas pela racionalidade moderna, tiveram seus campos de atuação, demarcados no imaginário social como espaços independentes e cumprindo funções específicas: a educação administrando a transmissão do saber necessário ao desenvolvimento social e a comunicação responsabilizando-se pela difusão das informações, pelo lazer popular e pela manutenção do sistema produtivo.

Educação Formal e Não Formal: distinções

De acordo com Braga e Calazans, “a educação é o campo onde se articulam intencionalmente, o ensino e a aprendizagem (2001, p. 38)”. Os autores afirmam que a sociedade reconhece pelo menos três elementos de aprendizagem que não se referem às instituições educacionais: a família, a cultura (espaço público), e as aprendizagens práticas do fazer. A escola entra como planejadora, organizadora e fornecedora de aprendizagem via ensino, atividade em que a escola fala pela sociedade e é por ela legitimada.

No sistema educacional compreende-se a Educação Formal e a Educação Não-formal. A primeira é reconhecida principalmente como o espaço da escola, institucionalizado e legitimado por normas do poder público. Na Educação Não-formal, segundo Maria da Glória Gohn (apud BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 41-42), estão envolvidas a aprendizagem política dos direitos, capacitações diversas para o trabalho, aprendizagens comunitárias e até mesmo a aprendizagem por outros meios dos conteúdos que seriam de escolarização formal, para compensar suas lacunas. Os autores propõem, porém, que o campo da Educação abrange mais do que o sistema educacional, formal e não-formal, e permeia as relações deste sistema com toda a sociedade.

Percebemos que as aprendizagens observadas como 'fora do campo educacional' (na família, na cultura, na vida) acabam por obter certo tipo de ingresso no campo. Mantêm, entretanto, diferenças em relação às aprendizagens próprias do campo educacional. As aprendizagens 'da vida' podem ser espaço de observação e reflexão, fontes de compreensão de processos, potencialidades para eventual inclusão no espaço de ensino, pré-requisito de determinadas aprendizagens escolares, elementos de interação e recebimento de informações educativas que as estimulem. Mas, por definição, não são resultado direto de ações do campo educativo. (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 45).

Com a presença de um aparato complexo de comunicações de massa, a dinâmica de circulação do conhecimento na sociedade é diferente da dinâmica de circulação de saberes no espaço educacional. E o desafio é saber como relacioná-las. Os meios de comunicação disponibilizam informações para a construção de sentidos de modo mais acelerado, diversificado, a partir de fontes variadas e vinculados a objetivos diferenciados do campo educacional. Logo, modificam-se as aprendizagens dessas informações. As aprendizagens do espaço midiático se distinguem das aprendizagens da educação formal por aparecerem de modo disperso, enquanto a escola absorve conhecimentos de campos restritos de modo sistematizado, mas com lentidão. Podemos inferir daí, baseados em Braga e Calazans, que os processos da escola (espaço de educação formal) sofrem com uma concorrência de atração dos processos midiáticos.

Para Kaplún (1999) educar-se é envolver-se em um processo de múltiplos fluxos comunicativos. O sistema será mais educativo e atrativo, quanto mais rico for às interações comunicacionais que saiba abrir-se e pôr à disposição dos educandos. Uma comunicação educativa concebida a partir dessa matriz pedagógica teria como uma de suas funções capitais a provisão de estratégias, meios e métodos destinados a promover o desenvolvimento da competência comunicativa dos sujeitos.

Neste sentido, podemos dizer que a educação para a cidadania está diretamente ligada à inserção da pessoa num processo de co-

municação, no qual ela possa tornar-se sujeito do seu processo de conhecimento e de sua visão de mundo, educar-se por meio de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade que tal ambiente permite que sejam construídas.

As relações entre educação e comunicação se explicitam em todos os ambientes de socialização, pois, as pessoas envolvidas em tais processos, desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa, apropriando-se das técnicas e de instrumentos tecnológicos de comunicação, adquirindo uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática, da experiência de troca de sentidos.

Os meios de comunicação, inseridos em comunidades ativas e organizadas, assumem mais claramente um papel educativo, tanto pelo conteúdo de suas mensagens quanto pelo processo de participação popular na produção, planejamento e gestão da comunicação. Com isso, Soares (2000) acredita que para uma pedagogia contemporânea é necessário um modelo construtivista de educação. É preciso defender a essencialidade da pedagogia do diálogo ou da pedagogia da comunicação. Já que na família, nos grupos de amizade, na escola, no trabalho, na igreja, em nossa rua ou nosso bairro, estamos inteiramente mediados pela comunicação e imersos num ecossistema comunicacional dinâmico.

Sendo assim, temos como certo que somente terá condições de criticar a comunicação que a indústria cultural produz, quem for capaz de rever seus próprios processos comunicacionais, ou seja, quem tem leitura crítica apurada. E será desta forma – com conhecimento, iniciativa e ação cultural integradora – que a sociedade da Comunicação poderá ser construída.

Novas tecnologias como mediadoras de processos comunicacionais

Com a entrada das tecnologias da informação, a escola deixa de ser o principal instrumento hegemônico, passando, também, para os meios de comunicação de massa (mesmo que involuntariamente) esta competência de formar, modelar e propor referenciais para a consciência da sociedade civil. Eles educam o cotidiano dos indivíduos de forma repetitiva, sistemática, acumulativa e informal. Podemos dizer que os meios de comunicação de massa são instrumentos com grande potencial socializador de consolidação do capital, ou seja, o principal instrumento ideológico do capitalismo.

Como afirma Martín Barbero (1997), os meios de comunicação constituem espaços decisivos de reconhecimento social. O que nos levar a pensar que a inter-relação entre a comunicação e a educação não se resume à instrumentalização da educação pelas novas tecnologias, mas seja um processo participativo de gestão dessas tecnologias no espaço educativo. Uma mediação. Incluem-se nessas novas tecnologias ferramentas de aprendizagem que contribuam para abrir novos horizontes no processo educativo.

Kaplún (1999) diz que a escola existe por uma razão pragmática – a necessidade de atender simultaneamente a uma quantidade de educandos em um mesmo espaço físico – mas, e não em menor medida -, por uma razão pedagógica: como o espaço gerador da socialização e possibilitador das interações grupais, valorizadas como um componente básico e imprescindível dos processos educativos. Para ele, o emprego das novas tecnologias na educação é bem-vindo desde que sejam aplicadas com crítica e com criatividade, a serviço de um projeto pedagógico que ultrapasse a racionalidade tecnológica, não apenas como simples transmissão, mas promotores do diálogo e da participação para gerar e potencializar novos emissores críticos e não passivos. A educomunicação se baseia na afirmativa de Kaplún (1999), numa sociedade edificada sobre o diálogo, a cooperação solidária e a reafirmação das identidades.

Os Ecosistemas Comunicacionais abertos: a ampliação do coeficiente dialógico no espaço educativo

Propor um debate sobre as formas de organização dos sistemas comunicativos dentro de um espaço de socialização, como a escola, nos faz refletir sobre os aspectos organizacionais que facilitam este processo. Na perspectiva da educomunicação, estes espaços abertos e democráticos de diálogos e troca de saber e pensar denomina-se Ecosistema Comunicacional.

Os indivíduos vivem em agências múltiplas de socialização, portanto, as referências de construção de saber e pensar, também são múltiplas. Cada indivíduo vive em um ecossistema de comunicação diferente. Por isso, a gestão da comunicação é necessária, para que haja um processo rico de inter-relação e construção democrática do saber. Uma interface de subjetividades.

A educomunicação é um campo integrador, interdiscursivo, aberto, democrático no que tange às ampliações de formatos de gestão de conceitos e leituras de mundo. Podemos dizer que não se trata apenas de educar usando a comunicação como instrumento, mas que ela própria se converte no eixo principal dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação. Nesta direção, podemos dizer que ao ensinarmos ao sujeito o uso da palavra, ou seja, o entendimento de como se apropriar da palavra para construir e transformar, estamos contribuindo para a produção de sentido na vida desses sujeitos; proporcionando uma nova percepção de olhar, de busca pelo novo, uma visão diferenciada sob o que já está estipulado, cerceado, sacramentado, pois, só através das brechas, há a possibilidade de mudanças. Podemos afirmar que essas novas tecnologias podem enriquecer o ato pedagógico, favorecendo uma efetiva interatividade entre os agentes do processo educativo.

O que deve ficar claro é que o mais importante não é, exatamente, a tecnologia em si, mas, a filosofia da educação empregada para ensiná-la diante desta conexão com os campos diversos da comunicação. Ela reúne a intencionalidade de dinamizar os proces-

so pedagógicos por meios do uso, em sala de aula, de propostas Educomunicativas, como a produção de rádio, jornal, podcast, blog, redes sociais, fotografia, audiovisual e etc. Estas ferramentas estão operacionalizando sentidos, já que muitas delas fazem parte do cotidiano dos alunos e professores, durante seus processos de aquisição de dados informacionais e construção subjetiva.

E onde a Geografia entra neste processo de intersecções?

Assim como todas as demais licenciaturas, que são cursos de preparação docente, o ensino de geografia é um dos mais importantes e estratégicos para dinamizar a aplicabilidade desta conexão comunicação e educação. Isso porque ela está inserida em várias esferas de estudos sobre a territorialidade e espacialidade, não apenas física, mas, também, promovendo uma intensa interface com áreas outras das ciências, como antropologia, meio ambiente, comunicação, linguagens, filosofia, artes, tecnologias - e outras -. É uma área rica de possibilidade de debates e construções subjetivas que geram caminhos para conhecimento.

Por exemplo: Geografia Humana, Geografia Física, Geografia Política, Geografia Econômica, Cartografia, Geografia Turística, Urbana, Social, Agrária, Geomorfologia, Hidrografia, Climatologia, entre outras. Há uma diversidade intensa de possibilidades de entender as especificidades da organização social, cultural espacial e política de uma sociedade através dos estudos e pesquisas do campo da geografia. Faz-se necessário, então, compreender esta dimensão estrutural e de caminhos para associar a historicidade com a contemporaneidade. E a comunicação se faz urgente neste processo de ensino, justamente, porque estas dimensões informacionais são pautas diárias dos veículos de comunicação de massa, as quais consumimos como sujeito de dados.

No ambiente escolar, onde as construções das subjetividades estão sendo desafiadas ao embate e à construção, trazer as temáticas de forma que associe os conteúdos programáticos estabelecidos com a ampliação de metodologias ativas, dinâmicas e comunicacionais,

moderniza o sistema de ensino e atrai o público para a percepção, produção e ampliação de conhecimentos. Na perspectiva da educação, o processo é o tempo mais importante, já que é nele, então, que está alocado o espaço de criatividade, aquisição de dados, produção de sentidos e de produtos que expliquem o conteúdo.

É por isso que trabalhar geografia na perspectiva das novas tecnologias, da produção de audiovisual, o uso dos recursos da internet, fotografia, informativos, produção de vídeos e outros recursos, são ferramentas úteis e grande alcance. A cultura digital e a comunicação são elementos dinamizadores para ampliar metodologias educacionais. A educação, então, encontra-se nesta seara de modernização do sistema de ensino.

Conclusão

Aprender sobre o mundo editado pela mídia, a ler além das aparências, a compreender a polifonia presente nos enunciados da narrativa dos produtos de comunicação, propor uma gestão rica, aberta e democrática de diálogo dentro do espaço da educação, não é uma tarefa fácil; mas, desejável, principalmente, para os que entendem a educação e a comunicação como campos complementares que, gladiam-se em alguns momentos, mas que relacionam-se muito bem quando o objetivo é o enriquecimento informacional de um sujeito.

Em pleno século XXI, onde os meios de comunicação impõem estereótipo para a sociedade, ao mesmo tempo que cumprem seu papel base – o informacional -, a Educação surge como ferramenta pedagógica para uma leitura crítica do mundo, buscando o protagonismo e a cidadania dos cidadãos e expondo todo um processo pós-moderno de ruptura da comunicação dialógica educacional. Busca-se uma intersecção positiva, de compreensão da contemporaneidade.

Surge como uma área de ciência que instiga uma mediação social e cultural capaz de criar alternativas para a ampliação do ecossistema comunicacional e possibilitando de forma aberta e democrática a disseminações de compreensões dos fatos e das leituras observa-

das e contextualizadas nos planejamentos pedagógicos das instituições formais e nas ações das instituições não-formais. Permitir com que a essência da comunicação se aplique de forma aberta dentro dos contextos de socialização, propicia a ampliação de possibilidades para a emancipação sócio-histórico-cultural.

Tanto à comunicação quanto à Educação, têm sido assumidas como espaços vinculados ao domínio. A perspectiva epistemológica da interface vem propor uma ponte que interligam estes campos, traz à tona as problemáticas, propõe uma reflexão profunda dos papéis destes polos do conhecimento. Esta interface entre a comunicação e a educação, só efetiva-se, mediante a compreensão da contribuição de aportes teóricos de outras áreas como a geografia, por exemplo. A Educomunicação interliga estes campos formando um novo e legítimo campo de construção social e contribui com o processo de emancipação do sistema de ensino-aprendizagem.

Nesta seara, atenta-se, então, para a importância de discutir o papel da comunicação (não apenas na perspectiva das tecnologias, mas, como essência dialógica livre no espaço de socialização e integração subjetiva) e da cultura digital (no fomento de estratégias pedagógicas que culminam em dinamizações de planejamentos de aulas e projetos). A diversidade de áreas propostas pelo ensino de geografia, pode ser ainda mais dinamizada em seus processos de debates, produções e interfaces discursivas, com a inserção de recursos operacionais da comunicação. Pela sua amplitude, diversidade e importância no processo de desenvolvimento do sujeito, o ensino de geografia se estabelece como norteador de compreensões do sujeito no seu espaço territorial, em várias frentes de reflexão e ação. A Educomunicação, então, se firma como um mecanismo auxiliador nesta práxis social.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Hacker Editores, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

KAPLÚN, Mario. Processos educativos e canais de comunicação. *In: Revista Comunicação & Educação*. São Paulo: Moderna/ECA/USP, jan./abr. de 1999, p.68-75.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro/UFRJ, 1997.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Sociedade da Informação ou da Comunicação?** São Paulo: Cidade Nova, 1996.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. *In: Contato*. Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação. n. 2. p.19-74. Brasília, Senado Federal, 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: Um Campo de Mediações. *In: Revista Comunicação & Educação*, n. 19. São Paulo, Editora Moderna, 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educação a Distância como Prática Educomunicativa: emoção e envolvimento na formação continuada de professores da rede pública. **Revista USP**, São Paulo, n.55, p. 56-69, setembro/novembro 2002.

8

Representações sociais

8

Educação, tecnologias e representações sociais: interfaces para a dinamização das ações de prevenção e Segurança Pública na escola

*Arlindo Alisson da Silva Mourão*¹

Com o advento das novas tecnologias, os novos recursos comunicacionais e o apoio na dinamização dos processos de trabalhos, esta interface entre educação e comunicação tem sido constantes nas pautas de segurança pública. Este artigo tem, como missão, destacar apontamentos que relacionem estes campos, acentuando o papel estratégico e importante de órgãos como a Polícia Militar, no âmbito das representações sociais, da configuração de espaços de construção comunitária, bem como no âmbito da consolidação de uma ampliação de consciência sobre o papel destes agentes na proteção aos cidadãos e garantia da aplicabilidade de seus direitos. Os temas entrelaçam numa perspectiva de compreensão do atores da Segurança Pública como recursos essenciais à ordem social estabelecida.

¹ Policial Militar. Bacharel em Direito (Faculdade Dom Bosco).

A sociedade tem enfrentado grandes desafios neste início do século 21, em razão da globalização e dos efeitos – bons, ou, nem tanto -, que advém das novas tecnologias. Por um lado, elas são essenciais e tornam-se cada vez mais presentes e estratégicas para as nossas vidas, seja no âmbito pessoal ou profissional -. Por outro, elas trazem grandes problemas, como a potencialização das ferramentas dos crimes organizados. Todos os grupos sociais acabam reconhecendo a importância das novas tecnologias para o desenvolvimento da humanidade. E isso não é de hoje. De tempos em tempos, novas prospecções tecnológicas são apresentadas visando a dinamização dos processos de produção e comunicação. No século 18, a Revolução Industrial também trouxe esta mesma sensação social. As máquinas dinamizavam a produção, os cavalos e charretes deram lugar aos carros, e vários outros aspectos da humanidade tornaram-se mais dinâmicos e com resultados mais afirmativos e ágeis.

Portanto, as tecnologias, em todos os períodos da história moderna, contribuiu e vem cada vez mais contribuindo com novos paradigmas para as sociedades. E, com isso, também, potencializando serviços públicos de garantia de direitos. Hoje, não é difícil encontrar exemplos de agrupamentos sociais que buscam e apresentam novos recursos tecnológicos até mesmo para a garantia da segurança pública. Há aplicativos criados especialmente para denunciar abusos e violências, conectados aos órgãos de segurança pública. Há sistemas modernos de novas tecnologias que auxiliam os policiais no processo de identificação e captura de criminosos. Estas são só algumas das novas experiências que, com o passar do tempo, vai se modernizando, no campos das estratégias de proteção à comunidade.

Nesta vertente da interface educação, comunicação e segurança pública, este artigo pretende permear pelo aspecto das mediações tecnológicas para dinamização dos processos educativos, mas, com foco na prevenção contra crimes e no combate às drogas, especialmente em cenários sociais por onde permeiam crianças, adolescentes e jovens: a escola. Faz-se necessário, antes, destacar o papel da Polícia Militar, na parceria estabelecida com as instituições educativas, buscando projetos de integração que resultem em emancipação

da consciência crítica dos alunos. A Polícia Militar é uma constante parceira de instituições educacionais, seja na participação em projetos educativos que envolva temas sobre segurança pública, combate às drogas e violência, entre outros, faz-se presença estratégica para legitimar discursos e ações de proteção e garantia de direitos.

É missão da Polícia Militar agir dialogando e intervindo com apoio direto em todos os espaços de integração e socialização das comunidades. Inclusive no viés da política pública, onde participa de atividades comunitárias, integra conselhos municipais, dialoga com todos os setores, sendo a base para proteção de toda a sociedade. Isso a torna muito importante, do ponto de vista da representação social, sendo referência nos cuidados com a população. Nesta vertente discursiva, pegamos um recorte, refletir acerca da relação das novas tecnologias na educação, fomentando uma dinamização em projetos e debates.

Com o avanços das tecnologias, a agilidade nos fluxos informacionais e o advento das fake news, muitas crianças e jovens que não possuem uma leitura crítica apurada acerca dos males e crimes que orbitam em torno das tecnologias, podem ser alvos de ataques em várias vertentes, inclusive em assédios e crimes sexuais. Portanto, esta atuação nesta nova vertente de campo criminoso, que se moderniza a cada dia pelas redes sociais e aplicativos, que permitem livre interação, podem trazer prejuízos à saúde física e emocional das crianças e jovens, sendo, inclusive, porta de acesso para as drogas. Portanto, a escola e a polícia precisam ampliar, cada vez mais, seu campo dialógico e parceria para trabalhar a vertente da conscientização sobre a importância das tecnologias para o processo de ensino – aprendizagem e dinamização das absorções dos conhecimentos, mas, também, estar em alerta sobre quais são os caminhos que possam cair em situações de vulnerabilidades e crimes. A escola é, portanto, um poderoso espaço para o fomento de consciência crítica. Com o apoio da Polícia Militar, como já ocorrem em vários projetos, isso pode ajudar a ampliar proteção.

Entendendo as tecnologias no campo da educação

Há tempos a sociedade vem discutindo a importância de se estabelecer uma relação entre a educação e comunicação, dois campos do saber tão complementares, porém tão antagônicos; especialmente, com o advento das novas tecnologias. A aproximação destas áreas exige um novo pensar que reelabore modelos pedagógicos e novas estratégias de intervenção na sociedade e que consigam responder aos processos mediáticos e educacionais contemporâneos. Esta exigência se coloca na medida em que tanto o desenvolvimento tecnológico, quanto as mudanças econômicas e sociais, como produtores de novos padrões culturais, têm colocado em pauta para a escola um re-posicionamento diante do que dela se exige: encaminhamentos intencionais que preparam as pessoas para a inserção crítica na sociedade.

A comunicação apresenta-se como elemento chave no planejamento, execução e avaliação de todo o processo ensino-aprendizagem, isto é, a gestão da comunicação é parte integrante da gestão de projetos educacionais. A escola exige transformações curriculares que vão desde o planejamento até a avaliação, passando pela formação profissional. Ainda são muitos os obstáculos a serem ultrapassados para se alcançar as transformações necessárias à educação que se idealiza sob o novo paradigma da complexidade, educação que atenda às exigências impostas por uma sociedade que hoje se organiza sob o valor da informação.

Planejar essa educação sob as óticas das idéias que levaram a este ideal não é difícil, entretanto, como afirma Edgar Morin “para reformar os espíritos é preciso reformar as instituições, mas para reformar as instituições é preciso reformar os espíritos (MORIN, 2003, p. 152)”.

A educação hoje vive o desafio de desenvolver-se sob “novos” princípios, de (re)construir-se sob um novo paradigma, pavimentado pelo viés das tecnologias. Não mais é possível adotar currículos tradicionalistas, que virem as costas para o que está acontecendo – de bom e de ruim e quem tem influenciado a formação de crianças e jovens -. A sociedade da informação, a sociedade em rede, impõe novas demandas aos indivíduos, exigindo que sejam

abertas às informações novas que surgem a cada momento e capazes de aprender relacionando os conhecimentos das diversas áreas de conhecimento do mundo, mas, sob o aporte da criticidade constante. Conforme Morin “a disciplinarização que ocorre na Educação desintegra a unidade complexa da natureza humana. O ser humano é um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico (2002, p. 30)”. E “o conhecimento, ao buscar construir-se com referências ao contexto, ao global e ao complexo, deve mobilizar o que o conhecedor sabe do mundo.” (2002, p. 39).

Portanto, a questão da interface entre Comunicação e Educação é uma questão política e, como tal, deve envolver diferentes setores da sociedade em uma discussão permanente, com o objetivo de se definir padrões éticos e estéticos que contemplem a diversidade cultural e, especialmente a responsabilidade social sobre aquilo que é oferecido ao público. Se considerarmos que a produção de mídia é uma das mais importantes formas de expressão de nossa época, entendemos a grandeza da responsabilidade social de todos e de cada um. É preciso também entender a mídia como um espaço de educação, criando temas escolares, produzindo subjetividades e identidades. A mídia cria e reproduz um discurso pedagógico, não apenas quando fala em escola, professores, professoras e estudantes, mas também quando ela assume um discurso educativo que orienta o modo das pessoas pensarem e agirem dentro e fora da escola.

Neste campo reflexivo, experiências exitosas como as do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), que consiste num esforço cooperativo estabelecido entre a Polícia Militar, a Escola e a Família, tem, também, permeado por esta interface educação e novas tecnologias, usufruindo de ferramentas e recursos que dinamizam os debates e os processos de ensino, instigando, nas crianças e jovens, a percepção subjetiva sobre os temas. Muitas vezes, este processo de ensino perpassa por metodologias ativas pautadas por recursos como as tecnologias, instigando a criatividade, a produção, a ampliação do diálogo.

Formar, ensinar, orientar são ações que transbordam de seus lugares tradicionais, sendo assumidas explicitamente pelos media, através de uma infinidade de modalidades enunciativas, cuja característica principal é a publicização de fatos, pessoas, sentimentos, comportamentos. (FISCHER, 1996, p. 282).

É importante considerar desenvolver estratégias sobre a possibilidade de a escola estar envolvida em reflexões sobre a mídia, buscando pensar, inclusive, sobre a linguagem utilizada por estes artefatos culturais que nos interpelam todos os dias.

Pensar o desenvolvimento da sociedade partindo da análise subjetiva de processos de absorção, nos remete a uma série de leituras sobre as formas, as quais tomamos como aporte para nos enriquecer de informações. A Escola e as Mídias, por exemplo, são as matrizes de todo este processo de construção e re-construção de ambientes sociais e, portanto, os temas sobre o combate às drogas, a violência, a afronta aos direitos, precisam também ser pautas dos planejamentos pedagógicos, podendo contar, inclusive, com a contribuição dos policiais militares. O indivíduo, sozinho, não se constrói. Somos seres subjetivos que relacionam-se com outros seres subjetivos. A escola, a família, os órgãos de representações sociais, dão os parâmetros para que os sujeitos se reconheçam, enquanto atores sociais ativos dentro do cenário onde estão inseridos.

A teoria emergente da Educomunicação, por exemplo, busca fazer esta análise sobre os processos comunicacionais e as intervenções propostas pelas agências culturais de socialização, durante o processo de formação humana, partindo dos efeitos das mediações tecnológicas e das inserções debates sociais, como a Segurança Pública. A perspectiva do debate sobre comunicação e educação, partindo, ainda, de uma discussão que se faz presente: as novas tecnologias, são algumas das análises importantes a se fazer neste período de avanços tecnológicos.

A Polícia Militar na escola: dialogando, conscientizando e projetando

Como já mencionado, anteriormente, os profissionais de Segurança Pública, como a Polícia Militar, são referenciais importantes para contribuir com o processo de desenvolvimento das crianças e jovens, e a construção das representações sociais. Por isso, a importância deles observarem como polos de referência. E, historicamente, esta relação acontece, através do fomento de projetos sobre Segurança, Trânsito, Violências, Combate às Drogas, e outras estratégias que acabam inserindo os temas envolvidos aos trabalhos de conscientização. Os policiais são atores constantes nestes ambientes de formação. Em muitos casos, projetos sociais vem das próprias secretarias municipais ou estaduais; em outros casos, são frutos de projetos de extensão de universidades e a comunidade.

A presença da Polícia Militar tem um significado estratégico. Lida com os sentidos, tensões de estrutura de imagem no âmbito da decodificação, quebrando barreiras e tornando mais democrático o campo dialógico com os públicos-alvos, gerando, em consequência, confiabilidade e construção subjetiva. Faz-se necessário, sempre enaltecer o papel das representações sociais, no âmbito da psicologia da comunicação e da efetivação do reconhecimento do papel do ator social em destaque. Conforme diz Jodelet (1985), “as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm”.

Isso que dizer que as estruturas de imagem de uma representação social relevante num cenário comunitário, perpassa pelos sentidos, pelas formas como nossa subjetividade dialoga com as subjetividades destes outros atores. São referências, que ajudam a construir novas leituras de mundo, novas ideias, novas conduções de processos. E isso é muito significativo para as crianças e jovens em processo de formação. Nas sociedades dominadas por um fluxo pós-moderno

de trânsito informacional – e que nem sempre estas informações são coerentes, corretas e contributivas -, o senso comum costuma imperar em produções discursivas e observações sobre determinadas representações. A presença da polícia militar na escola, historicamente, busca quebrar este conceito às vezes intrínsecos. Como desde muito cedo as crianças acompanham relatos de senso comum sobre as ações dos policiais, para algumas crianças, gera empatia e confiabilidade imediatamente; para outras, que em algum momento da vida presenciou ou teve relatos de algum enfrentamento de conhecidos com os agentes de segurança, a representação social precisa ser conquistada, pois ainda permeia por desconfiança ou medo. E isso precisa ser minimizado. A escola entende este processo e contribui, mostrando o papel importante do policial na defesa dos direitos humanos e fundamentais. Cabe à escola orquestrar projetos pedagógicos que tratam destas temáticas diversas, fomentando a parceria com os agentes de segurança pública.

Projetos envolvendo a ludicidade, como o teatro, a música, o desenho, a pintura, e outras ferramentas norteadoras podem ajudar; assim como, também, os ciclos de debates, o bate – papo, as palestras, ajudam a expressar sentidos e a quebrantar muros. Esta aproximação dialógica é um construto possível. O que alguns escritores chamam de ecossistemas comunicacionais democráticos. Aqui, nesta vertente, manifesta-se a importância dos recursos da comunicação, das tecnologias, para o desenvolvimento destes projetos diferenciados. A Educomunicação, citada anteriormente, é um destes caminhos, pois é uma área científica voltada a relacionar a comunicação e a educação na escola, para, na sequência, inserir os temas e os atores sociais que poderão acoplarem-se aos conteúdos programáticos, aos debates e aos projetos propostos.

As novas tecnologias, neste âmbito, podem relacionar, a escola e a polícia, através de uma série de metodologias didáticas de produção de mídia. Os alunos podem fazer entrevistas, fotografarem, filmarem; podem produzir blogs ou podcast, um jornal. Podem fazer protótipos de aplicativos de informações, interações e até de denúncias acerca de temáticas voltadas à segurança, ao

combate à violência, combate às drogas, e outras pautas que possam ser objetos nas produções midiáticas.

Para Fischer (1999), a prática diária do debate sobre estes temas e a produção criativa em sala de aula, não pode ser vista sem que se considere a educação como imersa no grande espaço da cultura das representações sociais na escola e, portanto, no grande espaço dos meios de comunicação, da cultura da imagem e da proliferação de modos de ser, ver e pensar. Melhor dizendo, sabemos o quanto a mídia se apresenta como um espaço pedagógico, nos ensinando diferentes formas de viver, de nos relacionar com o outro. Neste sentido, não temos mais como dar as costas àquilo que crianças e jovens estão aprendendo também fora da sala de aula. O conhecimento transborda dos lugares físicos estabelecidos. Estas visões, experiências, que as crianças e jovens trazem de fora para dentro da escola são essenciais, do ponto de vista da democratização dialógica. E isso ajuda muito na proposição dos debates sobre os temas tão sensíveis, como os perigos que cercam as crianças e jovens. O professor está preparado para mediar este processo, inclusive, trazendo para um processo de educação não formal, os projetos e a presença dos policiais que acabam sendo sempre apresentados como referências de representações nas comunidades. Afinal de contas, são eles que enfrentam os bandidos, combatem os crimes, defendem – às vezes com a própria vida -, os cidadãos. São extremamente importantes num cenário de integração e socialização do saber e do pensar; da construção da subjetividade humana.

Vivemos um tempo em que muitos anunciam uma crise estrutural da escola, questionando sua força para legitimar o caminho dos alunos para os novos tempos, muito pautados pelas tecnologias. Mas, a escola é o fundamental espaço de integração das subjetividades, lidando com as decodificações dos sentidos e proporcionando algo que as máquinas não captam e que são determinantes para o desenvolvimento humano: a produção dos sentidos e dos valores.

A escola está repensando coletivamente a sua função social e de representação, permeando pelos caminhos dos novos tempos pós-modernos, mesmo que, em algumas, ainda devagar em razão da

falta de políticas públicas e apoio; em outras, com intenso avanço nesta conexão. E, neste cenário, a mídia ocupa a importante função de fomentar esta discussão e de trazer os atores sociais – como os agentes de segurança -, para que se construam, juntos, de forma colaborativa, prospecções pedagógicas. Neste sentido, projetos de Mídia e Educação - ou Educomunicação - tornam-se uma alternativa para uma maior aproximação entre escola e sociedade.

Está evidente que a mídia está cada vez mais assumindo um status pedagógico, interpelando crianças, jovens e adultos. É preciso estar atento para a complexa rede de relações ou representações que a mídia carrega. A partir daí, talvez, seja possível iniciar os contornos de uma discussão sobre esta estreita relação entre Comunicação e Educação. Nesta seara, as representações sociais, como os agentes de segurança das comunidades, tornam-se cada vez importantes ocupando espaços de fala e de construção de sentidos, colaborando com o desenvolvimento das crianças e jovens.

REFERÊNCIAS

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A paixão de “trabalhar com” Foucault. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (org.) **Caminhos Investigativos**. Porto Alegre, Mediação, 1996.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Identidade, Cultura e Mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. *In*: SILVA, Luiz Heron da. (org.) **Século XXI. Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis, Vozes, 1999.

JODELET, Denise. La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. 1985. *In*: MOSCOVICI, Serge. **Psicología Social**. p. 469-494, Barcelona: Paídos.

MORIN, Edgar. **Cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad.: Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad.: Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil dos profissionais. *In: Contato* – Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação – n. 2, p. 19 – 74. Brasília, Senado Federal, 1999.

9

Bases comunicacionais

9

As bases comunicacionais na interface comunicação e Segurança Pública: proposições discursivas

Sebastião Antônio dos Santos¹

Cada vez mais é sentida a urgência na observação do processo de reflexão dos ambientes estruturais da segurança pública, no que refere-se ao seu papel na sociedade e a forma como dialogam com os atores sociais das demais agências de socialização. Em um cenário social é, também importante entender que existe uma diversidade de agências, organismos, estruturas e instâncias de poderes que contribuem com o aspecto organizacional: o estado, o município – e suas políticas públicas e iniciativas sociais – e a sociedade civil, nas organizações das agências de socialização - a escola, as instituições comunitárias, as associações de bairros e outros ambientes -. Esta interface de agentes sociais é responsável pelo andamento do bem-estar social em uma comunidade. Mas, há especificações e compromissos elencados necessários para cada instância. E, nesta bolha social, o agente de segurança pública, responsável direto pela ação prática de controle e ordem nas ruas, acaba enfrentando um arca-

¹ Policial Militar. Licenciatura em Geografia. Pós-Graduação em Direito Militar.

bouço de complexidades quando as ações estratégicas de segurança pública – que precisariam ser pautadas pelo conjunto dos órgãos – não são afirmativas e constantes.

Nesta reflexão, pretende-se trazer encaminhamentos que embasam a construção de um diagnóstico sobre as formas comunicacionais que orbitam em torno destas relações, no que tange a importância do debate sobre a segurança pública e o consequente atendimento eficiente aos cidadãos. Primeiro, trazendo uma reflexão sobre os organismos sociais; segundo, sobre as tecnologias da informação – os sistemas e a comunicação institucional – nos ambientes estruturantes de gestão organizacional de segurança. Por fim, sobre a importância do investimento no aparato policial para as ações de prevenção, que caracterizam-se no aspecto na educação informal e na consolidação do papel dos agentes de segurança como atores sociais ativos e importantes para a manutenção da paz e aplicação da justiça.

Cada vez mais é sentido uma desconexão preocupante no que tange aos ajustes de estratégias para a condução social nesta temática, em razão da falta de diálogo afirmativo entre os entes sociais. Este discurso paira sobre o viés preocupante dos interesses multifocais dos organismos sociais na temática. O que não é ruim, já que os embates subjetivos a respeito de soluções para pacificação e ampliação da sensação e estratégias de segurança pública, resultam em propostas a serem aplicadas. Entende-se a oportunidade do diálogo como fonte de construção de paradigmas afirmativos. Por isso, faz-se necessário, antes de tudo, entender o papel destes atores sociais na construção da comunidade. Não se debate segurança pública, sem o envolvimento das vozes as quais compõem o cenário. Neste viés, são positivas as iniciativas das igrejas, das associações de bairros, associações comerciais, universidades e entidades comunitárias, no âmbito da provocação dos espaços discursivos. Os problemas de segurança pública perpassam pelas deficiências na educação, na cultura, no esporte, na geração de emprego e renda, e de oportunidades. Portanto, todas as agências de socialização são sentidas neste aspecto discursivo.

E, numa relação de hipóteses, vale ressaltar algumas especificações e apontamentos que podem ser contributivos para o engendramento de soluções. A começar, pelo reconhecimento destas ferramentas dialógicas abertas, tão importantes para caracterizar os órgãos como democráticos nos processos para soluções. Depois, desconstruir, na sociedade, negativos discursos de características errôneas sobre o papel dos agentes de segurança pública. Por tratar de atores que trabalham diretamente na mediação e soluções de conflitos, leituras sobre estes personagens sociais, muitas vezes, são injustas e equivocadas. Daí, a necessidade da ampliação de comunicação efetiva, visando à desconstrução destas narrativas discursivas e mostrar à comunidade, o quão importante é este conjunto de agentes sociais estratégicos.

Para atender a estas compreensões, vale destacar os objetivos que circundam este processo de construção: o primeiro deles, decodificar os ruídos do campo dialogal entre os agentes de segurança pública e os demais órgãos que compõem a sociedade; mas, também, renortear a ótica do planejamento de trabalho cotidiano, intensificando espaços que também permeiem pela educação não formal ou informal, ou seja, propondo projetos educativos e sociais; articular, junto ao poder público e suas respectivas áreas de intervenções, projetos colaborativos que intensifiquem prevenção; compreender o papel estratégico dos agentes de segurança pública nas proposições de estratégias de liderança contra as drogas e violência; debater sobre o papel da comunicação institucional e do investimento em tecnologias.

Justifica-se, então, com esta reflexão, trazer à tona uma possibilidade de luz às leituras sobre esta interface entre a sociedade civil organizada e os agentes de segurança pública, pelo senso de desenvolvimento crítico e a análise situacional das estruturas tecnológicas e comunicativas que os agentes disponibilizam, hoje, para direcionar os seus trabalhos. Esta reflexão tem, também, como norte intencional, delimitar caminhos epistêmicos para as discussões e produções cien-

tíficas. Para buscar delimitar procedimentos, este artigo permeia pela pesquisa bibliográfica, apresentando apontamentos dos autores que auxiliam, com suas reflexões, as proposições das leituras.

O Papel da Comunicação de Massa e as Relações com o Estado de Direito, na Perspectiva da Segurança Pública

Destaca-se, a priori, nesta vertente reflexiva, que a Constituição Federal em seu artigo 5º traz em alguns dos seus dispositivos sob a forma de direitos e garantias fundamentais, um conjunto de observações acerca da liberdade de imprensa, esta de derivação direta da liberdade de expressão e também a liberdade de informação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. (BRASIL, 1988).

A Carta Magna é bem explícita no art. 5º, inciso IX, onde enfatiza que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Ela elenca entre o rol de direitos fundamentais a liberdades de expressão, sendo vedada a censura, instruiu-se o direito de liberdade de imprensa como um dos direitos mais condescendentes a serem respeitados e apresentados à população brasileira. É em seu artigo 220 e parágrafos, versa também sobre a matéria com foco na liber-

dade de informação jornalística, *in verbis*:

Art. 220 - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no Art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (BRASIL, 1988).

São nestes dois artigos que observamos matérias pertinentes à liberdade de imprensa e podemos colocar como a raiz que consagra os direitos do sistema das liberdades de conteúdo intelectual, posto não só como faculdade de pensar livremente como também o direito de se manifestar o que se sinta e pense, seja sobre o que for. Ainda no artigo 5º, a Constituição garante a todos de forma explícita o acesso à informação, até mesmo preservando o sigilo da fonte, quando necessária ao sigilo profissional. Importante destacar o artigo 1º da Lei de Imprensa 5.250/67:

De acordo com Godoy (2008, p. 45), define-se pensamento da seguinte forma: “Como uma atividade intelectual através da qual o homem exerce uma faculdade de espírito, que lhe permite conceber, raciocinar ou interferir com o objeto eventual, exteriorizando suas conclusões mediante uma ação”. Segundo Caldas apud Godoy (2008, p. 47), a opinião sobre pensamento constitui exatamente: “movimento do pensamento de dentro para fora; é a forma de manifestação do pensamento, resumo à própria liberdade de pensamento encarada, aqui, como manifestação de fenômeno social”. Observa-se, então, que o direito positivo brasileiro acaba garantindo o direito de informar, e ao mesmo tempo, a tutela ao acesso às informações e comunicações. Entende-se então que este direito antes entendido

como um direito individual, atualmente é concebido como um direito de interesse coletivo à informação.

O direito de informar, como aspecto da liberdade de manifestação de pensamento, revela-se um direito individual, mas já contaminado de sentido coletivo, em virtude das transformações dos meios de comunicação, de sorte que a caracterização mais moderna do direito de comunicação social ou de massa, envolve a transmutação do antigo direito de imprensa e de manifestação do pensamento, por esses direitos, em direitos de feição coletiva. [...] A liberdade de imprensa nasceu no início da idade moderna e se concretizou – essencialmente – num direito subjetivo do indivíduo manifestar o próprio pensamento: nasce, pois, como garantia de liberdade individual. Mas, ao lado de tal direito do indivíduo, veio afirmando-se o direito de coletividade à informação. (SILVA apud GODOY, 2008, p. 49).

Portanto, atividade jornalística se encontra no capítulo de direitos e garantias fundamentais, na livre expressão de atividade de comunicação. Fazer jus à liberdade de imprensa é, também, fazer utilizar-se de prerrogativas e garantias dadas à liberdade de pensamento e ao direito à informação. Observa-se que a informação produzida dentro dos meios de comunicação de massa sofreu significativas mudanças, adquiriu recortes, ganhou contornos e tomou novas formas indispensáveis na construção de um Estado Democrático de Direito que antes, era permeado por um regime autoritário marcado pelo governo militar.

É importante destacarmos a observação de que atualmente o termo imprensa ganhou nova roupagem, novos conceitos, aqui não se vincula mais o conceito de máquinas de imprimir, a prensa. Não se concebe mais ao termo imprensa apenas como veículo de informações impressas como jornais e revistas; mas, sim a todos os mecanismos contemporâneos de disseminação de conteúdos e informações jornalísticas.

Se for certo que, nos primórdios de sua vulgarização, a palavra imprensa englobava num mesmo conceito todos os pro-

duto das artes gráficas, das reproduções por imagens e por processos mecânicos e químicos, envolvendo livros, gravuras, jornais e impressos em geral, hodiernamente, em virtude de seu grande desenvolvimento, essas mesmas artes se subdividiram, esgalhando-se em planos distintos, formando qual uma nova especialidade, não sendo mais possível jungir a imprensa ao conceito dos velhos tempos. Urge, portanto, emancipá-la dos anexos, dando-se-lhe a conceituação moderna de jornalismo, desvinculando-a do conceito genérico de impressos (MIRANDA apud GODOY, 2008, p. 52).

Por isso, vale tornar um discurso primordial que a imprensa, antes de sua atividade de informar, respeite também a liberdade da pessoa (artigo 11 da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789), que lhe garante o desenvolvimento de sua personalidade. Todos os direitos e liberdades devem ser respeitados, sejam eles da Constituição Federal do Brasil ou da Declaração de Direitos Humanos.

Os Meios de Comunicação e as Formas de Disseminação de Sentidos num Cenário Social

A influência dos meios de comunicação de massa sempre foi essencialmente importante. Mas, nunca antes a influência desses meios foi tão importante e ampla na sociedade como agora. Antes, a imprensa referia-se às informações através das publicações impressas. Atualmente, com a globalização e com o poder de penetração da mass media em todos os setores da comunicação visual, as formas de divulgação da informação se propagam de maneira extremamente dinâmica, decorrente do desenvolvimento tecnológico alcançado pela mídia, principalmente a mídia eletrônica representada pela televisão, pela rádio e pela internet.

De acordo Young apud Souza (2010, p. 81), há três grandes vertentes ideológicas fundamentais a se referir à mídia de massa:

Uma aproximação “materialista vulgar”, que se define como “manipulativa”, e que considera o público como sendo objeto passivo, presa fácil à manipulação das mensagens transmitidas pela mídia;

Uma posição “idealista”, baseada no modelo *laissez-faire*, que considera a troca de mensagem mercadoria como um escambo próprio do livre mercado, no qual o público em geral possui autonomia para escolher as mensagens que mais lhe interessam e na qual a concorrência estimula a otimização da qualidade da mensagem mercadoria, procurando torná-las mais “verdadeiras” e “objetivas”.

A terceira posição [...] ele preconiza que é uma atividade necessária para a grande massa da população – que necessita de ordem, de serenidade e de justiça. O público distorce as mensagens na forma de representação moral que apresenta na sua própria base de fatos delituosos. Essa representação moral tem uma dupla finalidade: fornecer um “bode expiatório” à extensão das necessidades insatisfeitas, de um lado, e demonstrar a naturalidade e a justiça da ordem existente, do outro [...].

O processo de disseminação das notícias ocorre de forma bem mais rápida, hoje. Inúmeras pessoas ao mesmo tempo têm acesso a uma determinada informação e, escapar da divulgação delas é fator complexo. Nos dias de hoje, impedir a divulgação de determinada notícia, principalmente quando ofende a honra do indivíduo, seja em jornais, TV e internet, é uma briga longa e árdua, normalmente com poucos resultados.

Na imprensa, a notícia de fato delituosa transforma-se em opinião pública, os meios de comunicação recolhem a história baseada nas informações da polícia sobre o processo. A própria imprensa investiga a causa social, os efeitos e o significado moral e leva estas informações ao público, fazendo a inserção da notícia criar correntes de opiniões diversas. Quando o veículo de comunicação não é ético, acabam construindo realidades sob o assunto abordado e ressignificando o fato real. Ainda caminhando nesta mesma vertente, é que os grandes canais de massa, ou os jornais chamados de “imprensa marrom” buscam, a todo custo, o retorno financeiro e a consolidação no mercado.

Vale enaltecer que essa relação de poder transita entre os meios de comunicação de massa e a sociedade em geral, promovendo relação de conhecimento e ditando orientações. Podemos comparar

esse poder midiático dos meios de comunicação como o “Reality Show”, pois as lentes da mídia ficam a todo instante conectadas seguindo todos os passos do seu objeto de informação, em busca de retorno financeiro, político ou ideológico. O grau de responsabilidade entre a emissão de uma opinião pessoal e a emissão de uma informação cabe àquele que visa veicular a informação, bem como de se responsabilizar pela existência objetiva dos fatos narrados despidos, de qualquer apreciação pessoal. Aqui é importante enfatizar a distinção entre informação e opinião. No processo de recepção da informação, o receptor necessita do fato objetivamente ocorrido para poder formar sua opinião e sua convicção sem qualquer interferência, visto, a emissão de uma opinião é necessariamente pessoal e parcial marcada por uma cognição já realizada pelo emissor. Neste caso, a matéria publicada pelo receptor se coloca no lado de informar os fatos ocorridos, e de outro, a liberdade de crítica e de se manifestar sua própria opinião.

Uma reflexão importante: o que possibilita identificar se estaremos diante de um direito de informação ou a liberdade de expressão será o material transmitido, e não, o veículo de comunicação. Por isso, é muito importante à transparência, a imparcialidade do receptor no momento da narração do fato. Neste caminho, vale enaltecer que o acesso do homem à informação é hoje extremamente mais amplo do que era no século passado, quando atividade mental atualmente é mais requerida, não para investigar as informações, mas para classificá-la, compreendê-la e criticá-la.

Vale destacar, neste primeiro momento, que a liberdade oferecida à imprensa não pode ser confundida com libertinagem. É necessário, portanto, propiciar limites a esta liberdade de forma que ela possa ser exercida de maneira eficaz, condizente com sua função social e cultural no cenário onde está permeando. Hoje não podemos elevar o conceito de censura, como um conceito paralelo de controle dos meios de comunicação social, isso porque a simples ausência de censura já não é suficiente para a garantia de comunicação livre, a luta contra a censura não mais se dirige contra o Estado, mas sim, contra os meios de comunicação sociais, os que hoje são verdadeiros

detentores de poder no seio das democracias atuais e que impõem, em oposição à censura autocrática, “censura democrática”.

Diante disso, entendemos que a liberdade de imprensa tem, sim, limites expressos nos dispositivos constitucionais como: intimidação, vida privada, imagem, honra, proteção à infância e juventude, valores éticos e sociais e as normas atinentes ao estado de sítio. Uma vez que encontramos o fundamento da liberdade de imprensa dentro do direito de informação, passamos a perceber que recai sobre o interesse público tanto coletivo como individual de formação de opinião, a importância para a tomada de decisões públicas e para a formação da consciência sobre determinada pauta.

Não se pode confundir o interesse público com o interesse do público, mesmo porque o interesse do público pode se traduzir em vontade de vasculhar a vida e intrigas relacionadas com a vida de pessoas públicas, o que nem chega a beirar as margens daquilo que possa a ser considerado interesse público. Desta forma, o interesse público compreende os assuntos que dizem respeito à comunidade, seus valores, sendo indispensáveis a verdade, a necessidade, a utilidade e a adequação.

Infelizmente, tornou-se uma prática contínua a disseminação de fatos, construção de notícias renorteadas, estímulos polêmicos fictícios construídos pela imprensa de forma a chamar a atenção do público consumidor, aumentando a sua audiência, ou para atender a interesses econômicos, políticos e outros, distorcendo a realidade dos fatos para garantir-lhes a sobrevivência no meio jornalístico. No Código de Ética dos jornalistas FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas, 2010), encontram-se os dispositivos que remetem na obrigação de relatar apenas a verdade.

Os Ecossistemas Comunicacionais Democráticos

Nosso objetivo neste artigo é refletir sobre a intersecção discursiva entre os agentes de segurança pública, atores importantes do cenário social e a comunicação (e suas respectivas faces organizacionais). Sabemos que nenhum órgão, ou agência de socialização e serviços se perpetua se não tiver, como ferramenta de estratégia, uma comunica-

ção ampliada e eficiente com os demais atores sociais. Comunicar faz parte da construção da relação humana, contribuindo, assim, para o desenvolvimento individual e o desenvolvimento comunitário.

Quando falamos de ecossistemas já nos remetemos, automaticamente, à leitura da ecologia, do meio ambiente. Nesta perspectiva a qual estamos fomentando a análise, o ecossistema tem, realmente, a ver com o ambiente, mas, o ambiente social, das interações, comunicacional. Esta área estuda os processos interativos e suas conseqüências subjetivas. É na relação com o outro que, mesmo divergindo em aspectos de leituras, é possível construir um diálogo enriquecido, democrático, aberto. Esse processo de respeito e entendimento a comunicação do outro, instiga a uma horizontalidade harmônica de sentidos. Mesmo com distinção de valores. Está, aí, uma ferramenta interessante para aplicar nos ambientes considerados agências de socialização, entre os quais, os de segurança pública, nosso objeto de reflexão.

Capra (2006) identifica os ecossistemas comunicacionais como uma comunidade de organismos, com interações ambientais e físicas diante de uma unidade ecológica, emprestando os termos característicos do universo da biologia, para retratar os aspectos do universo das ciências humanas, nas perspectivas de novos caminhos para consolidar as interações, o que ele chama de rede e comunidade. É um conceito que instiga reflexão diversa e que contribui, muito significativamente, com os interesses da comunicação institucional ou organizacional. Ou seja, ele pavimenta a missão dos espaços da comunicação social e da assessoria de comunicação, seja num ambiente como o órgão de segurança pública, ou, então, numa empresa, escola, instituição comunitária e outra.

Esta perspectiva do ecossistema comunicacional se faz necessária na medida em que há uma compreensão e interesse neste órgão analisado, em respeitar o direito a informação e a proteção da estrutura de imagem do mesmo. Isso porque faz-se necessário compreender que o coeficiente comunicacional só se estabelece quando há uma disposição ao diálogo e aos projetos e ações que interligam órgão e atores sociais. Neste viés, Freitas e Pereira (2013) explicam, didaticamente, como se configura este campo:

Os ecossistemas comunicacionais é o campo de estudos que focaliza a diversidade e simultaneamente a unidade de fenômenos interconectados e interdependentes que envolvem as práticas comunicativas, instituindo processos em rede que tencionam as fronteiras disciplinares da investigação científica frente à complexidade do objeto, exigindo pesquisas interdisciplinares e transdisciplinares. (p. 149).

Neste norte reflexivo nos possibilita entender, então, quais são as especificidades que aportam na essência da comunicação social e a importância deste espaço na formulação de uma identidade visual estabelecida positivamente no ambiente da segurança pública.

O Papel da Polícia neste Universo de Produção de Informação

Diante de todo este conceito do papel da comunicação na interface entre a sociedade, os órgãos e poderes constituídos e a estrutura organizacional da Polícia Militar – ou, quaisquer outros órgãos da segurança pública -, esta reflexão permeia pela universalidade do entendimento sobre a comunicação na perspectiva estratégica – enquanto gestão -, e na perspectiva social – enquanto forma de concretização do espaço social a que é atribuído a estes órgãos em uma comunidade -. É importante enaltecer que a Polícia Militar, em vários batalhões, já congrega desta ferramenta comunicacional. Alguns, até contando com departamentos ou profissionais que se preocupam com a identidade visual, social, do órgão nos espaços de socialização, bem como, também, atuam na assessoria de comunicação – imprensa estreitando as relações informacionais do órgão com os veículos de comunicação de massa e redes sociais. A comunicação organizacional é estratégia necessária.

Dentro destas missões que caracterizam o papel da intersecção entre comunidade, comunicação e a polícia militar, propostas de inter-relação são enaltecidas. Entre as quais: a) a capacitação dos agentes de segurança no aspecto da compreensão das estratégias comunicativas; b) a disponibilização de equipamentos de tecnolo-

gias da informação, visando o melhoramento técnico e de geoprocessamento para ampliar a formalização de análises de conjuntura espacial; c) a aproximação mais acentuada com os espaços diversos de socialização comunitária, em ações educativas, culturais, esportivas, sociais, demonstrando, assim, a importância histórica e de intervenção social que a Polícia Militar tem em uma comunidade; d) a valorização profissional e salarial, com constantes capacitações profissionais e ampliação nos rendimentos; e) a criação de recursos ou ferramentas de comunicação social nos batalhões e unidades da Polícia, como portal de notícias, blog informacional, grupos de interações, participação mais acentuada na imprensa, entre outros.

Esta relação sensível com os demais órgãos que compõem a sociedade civil, através dos recursos da comunicação institucional, se configura como elemento estratégico de diálogo para a ampliação do espaço de ecossistemas comunicacionais.

Conclusão

Por meio deste estudo, tivemos a oportunidade de refletir sobre as especificidades que orbitam em torno da comunicação institucional e as formas como os organismos sociais, que também podemos chamar de agências de socialização, atuam na ampliação do diálogo permanente e na democratização das informações, bem como, na articulação de estratégias que configuram a construção de vias pavimentadas para o desenvolvimento social. Conclui-se, com estas observações, que é importante e necessária uma estratégia contínua de coeficientes informacionais nestes espaços que se configuram como os de agentes de segurança pública.

Diante desta reflexão faz surgir idéias. Na verdade, proposições de planejamentos estratégicos, que orbitam em torno da compreensão de revisão das formas de comunicação social e de assessoria de imprensa até então estabelecidas, sugerindo, assim, uma ampliação das ferramentas, nos espaços da polícia militar, com um arsenal comunicacional que traga as informações dos trabalhos contínuos das guarnições, bem como, estabeleça uma relação de interface com as comunidades

e os cidadãos. Toda a forma de construção dialogal resulta em benefícios para as comunidades; em consolidação de identidade visual que se aporta, fundamentalmente, nas perspectivas de desconstruções de discursos de ataques ou, por vezes, de incompreensões e até mesmo de desonestidades imagéticas. Nesta proposição reflexiva, a que este artigo se configura, trago um viés de análise sobre a imagem da Polícia Militar, tão essencial e tão estratégica na consolidação do bem-estar social.

Também se afirma um pensamento aportado nos estudos das ciências da comunicação que permeiam pelo recurso disponibilizado para a produção de mídia, resultando em possíveis espaços na grande imprensa. Esses recursos são infraestruturas, como equipamentos e treinamentos necessários para esta produção continuada. Entende-se que esta visão ecossistêmica, pode auxiliar neste propósito de aproximar a polícia dos demais órgãos sociais comunitários, fomentando uma rede de relações importantes que tornaria muito mais frequente à identidade visual da política nas agências de socialização.

As leituras reflexivas até aqui debatidas permeiam no sentido de identificar o papel sociocultural da imprensa, do personagem jornalista e definir os paradigmas que os órgãos de comunicação devem ter para atendê-la. Importante destacar que, no cumprimento desta função social, faz-se necessário evitar abusos, que muitas vezes acabam por infringir a própria missão da atividade de informar. Nessa ótica, essa função social só poderá ser realizada se o veículo de comunicação impuser a sua própria liberdade diante dos interesses políticos, financeiros ou ideológicos que, quase sempre, norteiam os mecanismos de sobrevivência dos veículos. Afinal, não ocorrendo isso, a informação torna-se um veículo de transporte para múltiplas e subjetivas intenções, deixando muitas vezes de cumprir sua missão real de informar, com qualidade.

Vale destacar que na imprensa, o conceito de liberdade não se exaure em discussões teóricas, consolidando-se num grau de independência dos veículos de comunicação em relação aos interesses múltiplos dispostos e firmados, independente da natureza destes interesses, sejam eles de ordem política, econômica, religiosa, sindical e científica. Na contextualização atual em que tudo, em algum mo-

mento e em algum ponto se conecta, a imprensa não se aparta desse viés, comunicando-se, desta forma, com outros campos, como: os mecanismos publicitários, o entretenimento, empresas, governos, ONGs e instituições religiosas. Entrementes, nesta comunicação, que muitas vezes se apresenta muito mais como uma submissão de um campo a outro, o direito do cidadão a uma informação de qualidade corre riscos, não estando livre de interesses intrínsecos.

Faz-se necessário também compreender o papel das tecnologias da informação neste processo. Hoje, cada vez mais, é necessária a presença das ferramentas tecnológicas para mediar conhecimento e transparência na informação, modernizando os sistemas dialogais e pautando, de maneira mais afirmativa os trabalhos e propostas juntos aos demais órgãos da sociedade civil organizada. Estas redes de relações pautam-se na criação de ferramentas de comunicação interna, potencializando o diálogo e trazendo resultados afirmativos.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria Aparecida. **Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento.** São Paulo: PAULINAS, 2011.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.** Regula a liberdade de manifestação do pensamento e informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5250.htm. Acesso em: 29 out. 2020.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** Trad.de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação.** Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 445p. 2006.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

FREITAS, Suzy Elaine da Costa; PEREIRA, Mirna Feitosa. Paradigmas Científicos para os estudos dos ecossistemas comunicacionais. *In*: SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; COSTA, Alda Cristina; COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação**: visualidades e diversidades na Amazônia. Belém: FADESP, 2013.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KUNSCH, Margaria Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

NASSAR, Paulo. Comunicação Empresarial: estratégia de organizações vencedoras. São Paulo: ABERJE, 2005.

PEREIRA, Mirna Feitosa. Ecologia da Comunicação: uma compreensão semiótica. *In*: Ecologia da Comunicação: uma compreensão semiótica. *In*: ENCONTRO DA COMPÓS, 17, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Compós, 2008.

PEREIRA, Mirna Feitoza. Ecosistemas Comunicacionais: uma proposição conceitual. *In*: MALCHER, Maria Alaide; SEIXAS, Netilia Silva dos Anjos; LIMA, Regina Lúcia Alves de.; FILHO, Otacilio Amaral. (Orgs.). **Comunicação midiaticizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, v.2, 2011. (Série Comunicação, Cultura e Amazônia).

SOUZA, EDGARD de. (2010: São Paulo, SP). *In*: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento551488/edgard-de-souza-2010-sao-paulo-sp>. Acesso em: 29 out. 2020. Verbetes da Enciclopédia.

10

Qualidade da saúde

10

Aptidão física relacionada à qualidade da saúde do Policial Militar

*Éder Luiz Ferreira*¹

Precisamos ampliar as nossas discussões a respeito da qualidade de vida do profissional de Segurança Pública – sejam o policial militar ou civil, seja o Guarda Municipal, ou outros atores desta área tão importante e estrategicamente necessária para a garantia da ordem, segurança, e dos direitos fundamentais dos cidadãos nas comunidades. Quando destaco este aspecto da necessidade de direcionar um olhar cada vez mais atento às necessidades do agente, se respalda nos índices cada vez maiores de profissionais sob níveis de estresse ou algum tipo de patologia. A Saúde do profissional público de segurança pode ser um objeto de estudo constante e urgente.

Na contemporaneidade, com o advento da internet e dos vários fluxos informacionais que dinamizam relações, democratizações e informações, cobram mesmo que veladamente, posições, conceitos, ações e respostas imediatas. A sociedade, com esta revolução digital, também sofre com vários aspectos de pressões que, frequentemente, visitam as revistas e obras literárias científicas. A reflexão

¹ Policial Militar. Licenciatura e Bacharelado em Educação Física (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP). Pós-Graduação em Direito Militar (Faculdade UNINA).

que aporta-se neste artigo busca fazer um alerta sobre as esferas dos olhares para a formação, trabalho e produção deste agente público. Mas não é só o aspecto de intervenção emocional que orbitam em torno das possíveis consequências de uma pressão contemporânea e cibernética que se faz presente no dia a dia do trabalhador de segurança pública. Também é preciso chamar a atenção para a qualidade de vida (ou a falta dela), em razão da falta de atividades físicas, a obesidade e os surgimentos de doenças.

Estas patologias surgem no instante em que o emocional e o físico deixam de ser objetos de cuidados e atenção. Doenças hipocinéticas tendem a desarmonizar a saúde do indivíduo para o polo negativo da saúde, ao mesmo tempo que o bom condicionamento físico/aptidão física harmoniza para o polo positivo da saúde (GUISLINI, 2004; PITANGA, 2010). Nesta vertente discursiva, comprova-se portanto, que esta intersecção segura e afirmativa entre a atividade física e a boa alimentação, resultam em qualidade de vida e diminuição de estresse e doenças invasoras e oportunistas. Mas é preciso, também, refletir que a melhora na saúde não está apenas e tão somente atrelada ao aspecto da atividade física e alimentação. Também, há outros fatores importantes que compõem um conjunto significativo de intervenções na saúde do indivíduo: o ambiente, a condição social e emocional.

Portanto, há aspectos orbitando em torno do termo qualidade de vida. São aspectos diversos que precisam estar em harmonia para que se estabeleça com sucesso. Estes cuidados são importantes porque carga horária elevada de trabalho, a própria natureza laboral do trabalho do agente podem ser norteadoras de processos de desconstrução da saúde. Segundo Danna e Griffin (1999 apud GONÇALVES, 2004, p. 3):

Ademais, observa-se que baixos níveis de saúde e bem estar no trabalho podem levar a consequências danosas tanto para o indivíduo, quanto para a empresa, e que trabalhadores com baixo nível de saúde podem ser menos produtivos, apresentar menor capacidade de decisões e ficar pré-disposto ao absenteísmo.

É exatamente por esta reflexão, que são importantes as constantes análises de conjuntura e pesquisas acerca destas ações de cuidados com a saúde, permeando pela interface entre o emocional e a atividade física. Sabe-se que a grande maioria dos profissionais de Segurança Pública buscam manter uma rotina de exercícios, aulas em academias, ou atividades isoladas particulares como corrida, jogos, por exemplo. Mas pesquisas também indicam sobre muitas doenças que acometem os policiais e demais agentes, tanto emocionais, quanto físicas. Sob o aporte da metodologia de pesquisa exploratória, analisando reflexões dos autores em pesquisas já publicadas, o que caracteriza como revisão bibliográfica.

Ainda na perspectiva da historicidade apontada anteriormente, as variadas alternativas de subterfúgios em produtos e equipamentos facilitaram o acesso das pessoas a muitas fórmulas ditas imediatistas que tentam mascarar o aspecto temporal do organismo na construção de uma boa condição de saúde. “O mundo moderno trouxe ao homem uma grande quantidade de alternativas que, sem dúvida, facilitaram a comunicação e, principalmente, a velocidade da informação” (GUISELINE, 2004, p. 59). Estas novas tecnologias e produtos acabaram ajudando o mercado a construir um nicho poderoso de venda e de consumo. Ao mesmo tempo, de imagem e sentidos. Estes “novos super-homens”, na verdade, enfrentam complexidades na condução de um planejamento continuado na saúde.

E para os que não inserem-se no entendimento da importância da atividade física, inclusive para o estabelecimento da normalidade emocional, acabam sofrendo mais, em razão da fraqueza de músculos e das complexidades adversas que acabam acometendo com o passar do tempo. Uma delas é a obesidade que vem se alastrando significativamente e também atingindo profissionais de segurança, prejudicando o trabalho e a qualidade de vida. Ela é uma das maiores preocupações da Organização Mundial da Saúde (OMS). O excesso de gordura corporal acaba associado com diversas outras doenças degenerativas crônicas.

De acordo com Glaner (2003) a saúde pode associar-se com: as condições inadequadas de trabalho, o ambiente familiar, as dietas inadequadas, a falta de conhecimento sobre hábitos saudáveis de

vida e acesso limitado aos serviços de saúde. Desta forma, fica clara a observação de que a saúde de uma pessoa não depende apenas de um fator, mas sim, de toda uma série deles. Isso destaca, ainda, que a atividade física isolada não é fator único para a construção de um caminho afirmativo de qualidade de vida.

Os cuidados necessários para o aspecto emocional

Muitas reflexões destacam que pelas características do campo do trabalho, o agente de segurança pública é sempre um forte candidato ao acometimento por estresse, que, aliás, possui várias maneiras de atingir o indivíduo e se caracteriza por apresentar sintomas e sinais de exaustão física, psíquica e emocional que decorrem de uma má adaptação do indivíduo a um trabalho prolongado e com uma grande carga de tensão (COSTA et al., 2007).

É justamente por isso que o processo de ampliação de informações se faz tão intensamente necessário para alertar e prevenir, pois muitos destes tão importantes profissionais, que carregam a responsabilidade de assegurar as ações de proteção ao povo e a garantia das políticas de segurança pública encontram-se bastante vulneráveis às constantes situações de tensão e perigo vivenciadas durante a realização de suas funções rotineiras. Este tema das complexidades físicas advindas da falta de uma atuação protetiva à saúde por meio da atividade física é pauta comum nos veículos de comunicação de massa, grupos de pesquisas científicas e debates. Isso porque a atividade física, entendida como uma ação inerente ao ser humano, com dimensões biológica e cultural, representa um tema interdisciplinar e complexo que tem atraído a atenção de pesquisadores, da mídia e da saúde pública em todo o mundo nas últimas décadas (NAHAS, 2010).

Estudos científicos indicam que muitos agentes de segurança pública estão entre os profissionais que mais sofrem de estresse, já que permeiam constantemente por situações de exposição ao perigo e à agressão, tendo que intervir em situações com muito conflito e tensão (SPIELBERG et al., 1981). Considerada a doença do século, que acomete profissionais de várias áreas e age silenciosamente, o estresse

caracteriza-se como um conjunto de reações que o organismo desenvolve ao ser submetido a uma situação que exige esforço e adaptação (FRANÇA; RODRIGUES, 1997). Portanto, o estresse está presente na vida de todos os trabalhadores, em diferentes níveis e esferas de produção e atuação. No entanto, existem aquelas áreas de funções profissionais que podem acometer o indivíduo com maior frequência. O agente de segurança pública, policial militar, por exemplo, é uma delas. Como permeiam por um conjunto dinâmico de atividades, com muitas ações contínuas de intenso estresse apresentadas.

Desta forma, os próprios trabalhos de produção científica apontam muitas formas não farmacológicas para enfrentamento ou alívio desta doença – o estresse –; entre as quais, o incentivo à atividade física. O exercício contínuo destas práticas é, hoje, um dos mais importantes elementos de ampliação de qualidade de vida e combate ao estresse. Mas, para isso, é preciso construir e respeitar uma rotina. Entre muitos benefícios a atividade física auxilia a reduzir os níveis de ansiedade e de depressão, melhora o estado de humor, aumenta a sensação de bem-estar e eleva a autoestima (CORAÇÃO, 2015).

O exercício da atividade física continuada se perpetua como uma ação anti-depressiva, diferente para cada forma de exercício, seja ele moderado ou intenso (DANTAS, 2001). Algumas pesquisas apontam que o condicionamento físico adequado auxilia o corpo a se proteger dos efeitos intensos do stress mental. Isso se explica quando o indivíduo é submetido a situações estressantes, eles apresentam um aumento da frequência cardíaca, da pressão arterial, das catecolaminas e da atividade do sistema nervoso (NIEMMAN, 1999).

Para os policiais militares, por exemplo, deve-se levar em conta que o estresse é uma constante na rotina de trabalho. Alguns cursos de formação mobilizam metodologias didáticas com situações simulando casos reais, em forma de teatro, com o objetivo de apresentar ao policial exemplos de situações, com a finalidade pedagógica de debater e propor as alternativas de gerenciamento de crise.

Um apontamento importante a se fazer é que o estresse entre os agentes de segurança Pública não é pauta de um acervo muito grande de estudos. Entretanto, é amplo e constante o fato de que uma

das maiores preocupações da sociedade civil é a segurança do cidadão diante da crescente violência, principalmente nas grandes cidades (SILVA; VIEIRA, 2008). Selye (1956) descreveu os sintomas do estresse sob o nome de Síndrome Geral de Adaptação, composto de três fases sucessivas: alarme, resistência e esgotamento. Após a fase de esgotamento era observado o surgimento de diversas doenças sérias, como úlcera, hipertensão arterial, artrites e lesões miocárdicas. O agente público de Segurança Pública passa, durante o seu trabalho, por uma constante exposição a riscos e violência, fora as cobranças por parte da sociedade, por eficiência.

A importância da atividade Física para ampliação da qualidade de vida: historicidade e intervenções

As pesquisas também indicam que a prática do exercício físico contribui, significativamente, para o aumento do bem-estar físico e emocional – conseqüentemente, o bem-estar social nos ambientes de socialização onde o sujeito está inserido -, melhorando não apenas o aspecto emocional, quanto, também, a saúde. Praticar atividade física de forma contínua, planejada e orientada ajuda diversos tipos de trabalhadores a controlar e diminuir os níveis de estresse laboral (FREEBERG, 1984). O corpo humano foi feito para se movimentar. Os músculos, ossos e as articulações precisam estar em constante trabalho com a mente, pois esta ação contínua proporciona ao corpo a garantia da funcionalidade harmônica de todas as outras funções fisiológicas e neurológicas.

Na Idade Antiga, o ser humano precisava estritamente de sua força para sobreviver, prova disso são suas constantes migrações em busca de moradia, o que faziam com que realizasse longas caminhadas nas quais deveria vencer uma série de obstáculos, consolidando, assim, uma continuidade de atividade física intensa (PITANGA, 2002). A evolução tecnológica social foi benéfica em diversos aspectos, mas à medida que novas necessidades foram surgindo e novos instrumentos foram criados para facilitar a vida humana, a força física foi sendo substituída paulatinamente pelas máquinas, o

que conseqüentemente foi diminuindo o uso das potencialidades do organismo humano na prática da atividade física que dentre outros conceitos é tratada como qualquer movimento corporal produzido por contrações esqueléticas que aumentam o gasto energético substancialmente (PITANGA, 2004).

Aqui, neste aspecto da reflexão, é importante destacar que, conceitualmente há uma diferença entre atividade física e exercício físico. Algumas vezes são tratados como sinônimos. Entretanto, é preciso expressar as especificidades. Atividade física se refere a todas as formas de movimentos corporais, que resultam em gastos energéticos. Exercício físico, por sua vez, é um caminho de atividade física mais planejada, estruturada, repetitiva, que objetiva o desenvolvimento (ou manutenção) da aptidão física, habilidades motoras ou a reabilitação orgânico funcional (NAHAS, 2010).

No universo de preparação e trabalho dos profissionais de Segurança Pública, como os policiais militares, por exemplo, a saúde e a boa forma são fatores muito importantes. O treinamento físico para estes profissionais destina-se à melhoria do desempenho físico para o cumprimento de sua missão específica. Portanto, a Educação Física (ou atividade física planejada e orientada) continuamente, também se faz estratégica na preparação diária dos trabalhadores da Segurança Pública. Aliás, todas as áreas deveriam ter, como princípio de cuidados, este incentivo à ampliação de aspectos que culminam em qualidade de vida.

Como abordado anteriormente, desde as eras antigas, quando o homem começou a reconhecer e usufruir os elementos verbais e não-verbais da comunicação, para conseguir sobreviver no cenário social onde estava inserido e conquistar seus anseios, a expressão corporal e ação física tornaram-se elementos essenciais para o seu desenvolvimento. Foi um processo de criação e decodificação que os atores de um ambiente social passaram a entender como códigos. As expressões físicas serviam para atestar emoção, desejos, indignação, reprovação; serviam como linguagem expressiva para posicionar os seus manifestos. Criou-se, desde então, a concepção do Estímulo-Resposta, que deu, com o passar do tempo, todo o norte da compreensão da expressão humana, o que faz entender a relação

existente entre o movimento humano e todo o movimento de elementos do meio ambiente onde um sujeito esteja inserido.

Nesta perspectiva reflexiva e histórica, sobre o papel da Atividade Física na construção constante de interação dos atores- indivíduos com os elementos existenciais dos seus cenários de atuação, de vivência com: outros atores (pessoas), os objetos, a natureza, os animais, etc., faz-se necessário, então, lembrar de um apontamento também feito outrora: a de que as práticas de atividades estão relacionadas aos outros ambientes sociais e diálogos com outros atores sociais que compõem o cenário de desenvolvimento de um indivíduo. E a comunicação entre as atividades físicas e psicológicas, a interface desses elementos, acontece por meio de estímulos, pelos quais as pessoas se manifestam com o mundo e da mesma forma, o mundo com elas. Somos seres de interação, que se constroem com base nas experiências e nas interações.

Da mesma forma, o nosso organismo, que se constrói e se mantém saudável quando corpo e mente estabelecem constantes comunicações eficientes. E isso só é possível com a promoção da qualidade de vida e do bem-estar social. O cotidiano é uma completa manifestação de estímulos e respostas. O corpo, também. O indivíduo capta e responde estímulos através dos sentidos. O que pode-se atestar é que os estímulos são reais instrumentos de interação com o mundo e com o desenvolvimento físico e psicossocial.

Diante dos estímulos propostos pelo mundo e do desejo de realizá-lo, o movimento e a atividade física se caracterizam como uma importante resposta. Desta forma, o movimento corporal ocorre sob o aporte de algumas concepções que lhe dão base processual, entre elas: a sensação, cognição, percepção social, entre outros. Este é um processo de integração entre o corpo e a mente.

Ao compreender e decodificar os estímulos do meio ambiente pelos nossos sentidos, sentimos e acentuamos então variadas sensações que significam o contato com o mundo antes de tomar consciência do mesmo. Isso se faz importante para entender o processo de harmoni-

zação emocional e física. Tudo isso, para nos apontar a necessidade de entender que nosso estado de natureza físico e emocional resulta numa Cultura Corporal que, na verdade, são os elementos dos conteúdos da educação física. Esta Cultura Corporal é processo de intersecção construído pelo homem em seu percurso através dos tempos.

Portanto, a prática da atividade física é mais do que apenas uma ferramenta importante para ampliação da qualidade de vida – nos aspectos físicos e emocional -. Também caracteriza-se como uma ferramenta para o desempenho eficiente do profissional de Segurança Pública no dia a dia de trabalho. Uma boa condição física pode ser determinante para o sucesso de ações de prevenção e policiamento.

Conclusão

O presente artigo, aportado em revisão bibliográfica, teve como objetivo traçar uma reflexão acerca da revelação de situações que ampliam a discussão sobre o papel do profissional de segurança pública em uma comunidade, bem como sua formação e seu aspecto como sujeito de direitos e lutas. Especificamente, o texto trouxe um paralelo sobre a atividade física e emocional, no cotidiano de vida e trabalho dos agentes, especialmente, os policiais militares. Partindo de um pressuposto histórico sobre o movimento, desde os primórdios na Antiguidade até a contemporaneidade, delimitou-se uma ótica acerca das relações que o ser humano traça com outros ambientes e outros agentes sociais, formulando caminhos para a ampliação de conhecimentos e construções subjetivas.

Os sonhos, as dores, as lutas, as complexidades que às vezes resultam em desestabilização emocional, a condição da saúde, estão relacionados à forma como o sujeito encara a atividade física e a socialização. Outro aspecto da reflexão que se aporta é o de que o agente de segurança pública vivencia, muitas vezes, com atividades de pressão devido a grande quantidade de atendimentos em defesa da população. Atendimentos estes que, por vezes, provocam estres-

ses físicos e emocionais. Há uma grande quantidade de doenças, inclusive, que são resultantes deste constante ataque psicossocial.

No caso específico do policial militar, o bom preparo físico não lhe preserva somente a postura. Como está empenhado constantemente no serviço de combater a criminalidade, o seu condicionamento físico pode lhe salvar a vida no momento que for preciso, velocidade nos seus movimentos a fim de buscar um abrigo no momento de um combate real, conforme exemplo citado por Giraldelli (2005, p. 2): “possuía ampla relevância no sentido da formação do corpo vigoroso e saudável, com suas destrezas bem aprimoradas, com o objetivo de formar um indivíduo forte e apto para o trabalho e para o cumprimento das obrigações militares”.

A prática de atividades regulamentares leva aos pátios dos quartéis policiais em diversas condições de estados físicos e psicológicos. Assim, o desenvolvimento insuficiente de uma atividade física, além de não proporcionar o melhoramento do condicionamento físico, pode levar a problemas pela execução deficiente.

Nas últimas décadas, a educação física passou (e vem passando) por uma ampla difusão de mudanças que influenciaram toda sociedade. Por meio da atividade física, muitos buscam formas de preservação da saúde e melhoria da qualidade de vida. No plano policial militar, as atualizações da educação física não podem passar despercebidas. Os policiais militares representam uma classe de trabalhadores diferenciados, por conta de vários fatores que influenciam o exercício da sua profissão, dentre os quais podem ser destacados a convivência com a violência e o risco de morte, a carga e condições de trabalho e o estresse. Ademais, bons níveis de aptidão física são necessários para o desempenho do serviço policial militar, no cumprimento do dever constitucional de preservar a ordem pública e executar o policiamento ostensivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CORAÇÃO, Hospital do. **A Atividade Física no combate ao estresse**. Disponível em: http://www.4corredores.com.br/index_arquivos/Page18820.htm. Acesso em: 14 fev. 2015.

COSTA, Marcos; JÚNIOR Horácio Accioly; OLIVEIRA, José; MAIA, Eulalia. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 21, n. 4, p. 217-222, abr. 2007.

DANTAS, Estélio Henrique Martin. **Psicofisiologia**. Rio de Janeiro: Shape, 2001.

FREEBERG, S. G. *Effortless exercises to balance daily executive stress*. *Journal of Rehabilitation Administration*, v. 8, n. 4, p. 128-132, 1984.

GIRALDELLI, Alessandra. **História da educação física no Brasil**: Pensamentos médico e militar. Hortolândia: UNASP. 2005.

GLANER, Maria Fátima. Importância da aptidão física relacionada à saúde. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, Santa Catarina, SC, v. 5, n. 2, p. 75-85, 2003.

GONÇALVES, Aguinaldo. (Org.). **Conhecendo e discutindo saúde coletiva e atividade física**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

GUISELINI, Mauro. **Aptidão Física Saúde Bem-estar**. São Paulo. Phorte. 2004.

LIMONGI FRANÇA, Ana Cristina; RODRIGUES, Avelino Luiz. **Stress e trabalho**: guia básico com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas S.A., 1997.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 5. Ed. Rve. Atual. Londrina : Midiograf, 2010. 318 p.

NIEMAN, David C. **Exercício e saúde**: como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento. Tradução de Marcos Ikeda. São Paulo: Manole, 1999. p. 3 a 20.

PITANGA, Francisco José Godim. Epidemiologia, atividade física e saúde. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**. Brasília, v.10, n.3, p.49-54, jul., 2002.

PITANGA, Francisco José Godim. **Epidemiologia da atividade física, exercício físico e saúde**. 2 ed. São Paulo: Phorte, 2004.

PITANGA, Francisco José Godim. **Epidemiologia da atividade física, do exercício físico e da saúde**. 3.ed. São Paulo: Phorte, 2010.

SELYE, Hans. *The Stress of Life*. New York: McGraw-Hill, 1956.

SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brasão. O processo de trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008.

SPIELBERG, Charles D.; WESTBERRY, Lynne G.; GRIER, Kenneth S.; GREENFIELD, Gloria. **The Police Stress Survey: sources of stress in law enforcement**. Tampa, FL: Human Resources Institute; 1981.

11

Educação Física

11

Educação Física e qualidade de vida: a importância dos exercícios para o bom desempenho laboral dos Policiais Militares

*Thiago de Freitas*¹

Qualidade de vida. Este é um tema estrategicamente importante para os profissionais que atuam diariamente nas ruas, em serviços públicos de ampla pressão, como, por exemplo, o dos agentes de segurança pública – os Policiais Militares. Este artigo busca destacar o papel da qualidade da saúde física e emocional para o bom desenvolvimento dos trabalhos destes profissionais tão valorosos e que, quando não atentam-se para a constante ação de cuidado, observam uma desestabilização que afeta aspectos diversos da saúde, com o surgindo de doenças, ampliação do estresse, desconstrução dialógica nos ambientes familiares e laborais.

De fato, a qualidade de vida precisa ser uma busca constante, envolvendo estratégias organizacionais no tempo diário destes profissionais, planejando ações que vão ao encontro da interface:

¹ Policial Militar. Licenciatura em Educação Física (Universidade Norte do Paraná – UNOPAR).

saúde física e mental. Este é o grande desafio do século 21, para todos os públicos- alvos, que vivenciam cada vez mais um ciclo de experiências de desatenção com a saúde, alimentação desestruturada e incapaz de manter os nutrientes necessários, falta de coragem para a prática dos exercícios físicos, um nervosismo constante, uma redução da incapacidade de desenvolvimento pleno dos trabalhos. Esta análise situacional precisa ser uma constante na vida de todo cidadão. Este termo, qualidade de vida, foi usado pela primeira vez na década de 20, em uma obra literária que tratava de economia e bem-estar social, mas, o conceito é bastante amplo e está relacionado há vários aspectos da vida humana, já que pode relacionar-se aos aspectos econômicos, sociais, expectativas de vida.

Justamente em razão do fato de que há uma abrangência conceitual significativa orbitando em torno do termo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta três nortes reflexivos que aportam-se na construção do sentido do termo: a subjetividade, a multidimensionalidade (dimensões física, psicológica e social) e a bipolaridade (presença de dimensões positivas e negativas).

Esta perspectiva da qualidade de vida também pode ser caracterizada por três apontamentos referenciais: a histórica, que se alinha com o tempo de uma sociedade, existindo um parâmetro de qualidade de vida que se diferencia quando analisado em outra época na mesma sociedade; a cultural, em que os valores e as necessidades são diferentes nos diferentes povos; e padrões de bem-estar estratificados entre as classes sociais, com desigualdades significativas, onde a ideia de qualidade de vida relaciona-se ao bem-estar das camadas superiores (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

Para Gonzales (1998), a qualidade de vida é uma consequência do grau de satisfação obtido na vida social, familiar, amorosa, ambiental e se refere igualmente à própria estética existencial de indivíduos e coletividades. A qualidade de vida, para ser considerada “boa” ou “excelente”, precisa apresentar um mínimo de condições para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas: viver, sentir ou amar, trabalhar, fazer ciências ou artes (MINAYO; SOUZA, 1999). Portanto, ela é um composto de várias modalidades, várias

realidades situacionais, que podem propiciar bem-estar físico, emocional e social. A busca pela qualidade de vida perpassa por vários fatores. Tal processo pode ser definido através da ação benéfica que ela exerce sobre os efeitos do estresse cotidiano e no melhor gerenciamento das tensões próprias do dia a dia.

A prática constante dos exercícios físicos é muito importante porque podemos relacionar como uma descarga de energias, promovendo uma reação fisiológica que ameniza a agitação, o estresse, tão prejudiciais à saúde e à qualidade de vida. Portanto, com o nível comum de estresse na vida laboral dos profissionais agentes de segurança pública, estas atividades, constantes, acabam sendo estratégicas. O trabalho do Policial Militar usufrui bastante desta ferramenta que é o corpo. E ele precisa estar em condições de estabelecer um serviço público de eficiência. Portanto, a prática do exercício físico não é apenas uma atuação para melhorar o bem-estar físico e emocional; também, é uma ferramenta para auxiliar o bem-estar profissional. A atuação do policial acaba sendo ainda mais satisfatória.

A tarefa nobre de defender, às vezes com a própria vida, o cidadão e as comunidades, é uma perspectiva de caminho laboral fruto de uma determinação e um amor à profissão bastante acentuada. São seres humanos com missões árduas, que podem torná-los alvos de destrutura emocional. Neste viés, cabe aqui, o destaque sobre a conscientização e conhecimentos das necessidades humanas dos policiais. Os riscos pessoais, exposição a confrontos, o contato com a violência rotineira, faz do policial um ato laboral que necessita constantemente deste cuidado com os aspectos físicos e emocionais. É uma interface importante, porque caracteriza o respeito ao serviço público de qualidade, mas, também, ao ser humano.

O Policial Militar é ator social de extrema importância em uma comunidade. É a polícia, a fonte direta e primeira de atenção ao povo, quando este está sendo violentado com seus direitos. É o policial que busca minimizar conflitos, promovendo ações ostensivas para garantir a proteção ao povo. É um trabalho que inicia o dia já com levantamentos informacionais dos conflitos, de tensões, de mortes, de violências, de crimes; portanto, é um profissional que

requer habilidade de controle emocional. O protocolo operacional de conhecimento das ocorrências do plantão anterior é uma ação que já dispara uma série de dados de conflitos e situações adversas sofridas pelo povo, que requereram ação de policiamento.

É uma profissão que exige força, determinação, controle, e saúde – física e emocional -. Desta forma, destaca-se, então, a importância da busca constante pela qualidade de vida e manutenção do bem-estar, para o enfrentamento das condições adversas que são inerentes da profissão escolhida e que, na maioria dos casos, não podem ser evitadas. As avaliações físicas e os testes de aptidão são importantes norteadores para buscar ampliar informações sobre a realidade situacional deste público-alvo e traçar, em consequência, ações afirmativas de orientações e práticas para buscar equacionar possíveis problemáticas que possam estar orbitando em torno da saúde. A inatividade física e sedentarismo são alguns dos fatores de risco para diversas doenças. Qualidade de vida em saúde foca sua centralidade na capacidade de viver sem doenças ou superar dificuldades dos estados ou condições de morbidade.

Estudos têm demonstrado que a prática do exercício físico diminui substancialmente a probabilidade de patologias, proporcionando melhor eficiência do metabolismo, melhora das funções cognitivas, melhora do funcionamento orgânico geral, proporcionando aptidão física e qualidade de vida (MACEDO et al., 2003).

O compromisso da Polícia Militar com a proteção à vida

Os Policiais Militares são atores importantes na configuração estrutural das comunidades. São eles que atuam diretamente na proteção à vida e na ordem, proporcionando instrumentos para concretização do bem-estar da população, bem como, a aproximação com outros órgãos comunitários, buscando tecer caminhos para integração e soluções de conflitos envoltos à segurança pública; e garantia dos direitos. No Estado Democrático de Direito, a

Segurança Pública, através das instituições destacadas no artigo 144 da Constituição Federal, garante a proteção dos direitos individuais e assegura o pleno exercício da cidadania. Esta configuração de missão é estratégica para a manutenção da proteção aos cidadãos.

Para ampliar entendimento de como operam este importante aspecto, a Segurança Pública integra órgãos que atuam com foco na inibição e repressão de práticas ilícitas, resguardando o bem comum através da proteção coletiva. Às polícias militares, conforme estabelece a Carta Magna, cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Segundo Cathala (1975, p. 21), “a polícia representa o conjunto das forças públicas que têm o encargo de manter ou restabelecer a ordem social, assegurar a proteção das pessoas e dos bens”. Portanto, a Polícia Militar está presente em todos os Estados da Federação e se aporta nos princípios da hierarquia, do respeito, do compromisso e da disciplina.

Os policiais militares são submetidos a um regime jurídico especial, com atribuições e obrigações específicas, como regulamentos disciplinares próprios (BRASIL, 2004). Em razão da especificidade militar, esses profissionais estão sujeitos, além dos ordenamentos jurídicos convencionais, ao Código Penal Militar e ao Código de Processo Penal Militar, conferindo responsabilidades e tipificando condutas específicas.

O conceito da segurança pública é voltado para o coletivo, alcançando uma dimensão mais ampla, e direcionada à proteção de todos os brasileiros, com foco na prevenção e na repressão, com vistas a alcançar o bem comum. Ao se proporcionar a segurança coletiva se assegura, por consequência, a segurança individual e se fortalece o objetivo maior da segurança pública: a paz social (LOPES; LEMOS, 2011).

No que tange ao compromisso, faz-se necessário lembrar do quão importantes são estes atores sociais em agrupamento comunitário. E o quanto precisam ser valorizados pelos cidadãos em razão de que são os atores de proteção aos direitos fundamentais. Neste viés, nos lembramos, também, do construto de caminhos integrados com a comunidade.

Não depende só da Polícia resolver todos os problemas da Segurança Pública, se os atores da sociedade civil organizada e o poder público local não cumprem com suas funções – inclusive, no âmbito da Segurança Pública -. Esta reflexão vai ao encontro do papel da sociedade no debate e na orquestração de estratégias para defender e auxiliar os órgãos oficiais instituídos da Segurança. É uma ação de muitas mãos. Um exemplo disso são as participações dos Conselhos de Segurança Pública – Conseg, que norteiam os debates sociais e as proposições acerca da falta de presença do poder público em determinadas áreas e aspectos norteadores da condução social.

Um exemplo: se um prefeito não proporciona iluminação em determinada rua ou trecho da cidade, aquele espaço poderá ser um eventual lugar para criminalidades; se não há uma política pública afirmativa de oportunidades de geração de emprego na cidade, esta falta de bandeira pode ocasionar em aumento de assaltos e outras consequências. Se não há uma política de proteção às crianças e jovens, com oportunidades à educação, à cultura, ao esporte, estas crianças e jovens podem acabar tendo referências negativas de atores que não são bons exemplos e, isso, ocasiona em mais crimes e aumento de violências. Portanto, não há milagre. A sociedade precisa, constantemente, se mobilizar no sentido de integrar forças e ações efetivas para proteger a comunidade.

A Polícia Militar tem feito um trabalho valoroso na defesa dos direitos humanos, protegendo os cidadãos, diariamente. Protegendo os direitos fundamentais. E, nesta seara, faz-se necessário apontar, também, que o policial é um ser humano, com limitações características do ser humano, como o estresse, e até mesmo pode ser acometido por patologias. Entra, aqui, a importância do tema qualidade de vida. A proposição de cultura permanente de atividade física é importante para a atuação policial, na medida em que contribui para a atitude do profissional em situações de estresse que envolvem risco a sua vida e a de terceiros na realização do policiamento ostensivo.

Este policiamento ostensivo caracteriza-se por um conjunto de demandas funcionais rigorosas, imprevisíveis e que envolvem riscos e exigências físicas não convencionais, bem como geram es-

três e podem resultar em má qualidade de vida. Portanto, esta qualidade de vida a qual tanto almeja-se, especialmente na vida laboral dos policiais, envolve o indivíduo na complexidade de suas dimensões: mental, social, física, emocional e espiritual e se fundamenta numa estrutura de bem-estar completo, multidimensional, dinâmico e pessoal (LIMONGI-FRANÇA, 2003).

É imprescindível, para o policial militar, que pratique os exercícios físicos, mantenha uma boa alimentação e busque redirecionar a ótica do discurso dos enfrentamentos, quando estiverem em outros ambientes, como a família, por exemplo. Desta forma, mantém a saúde emocional, o que é importante para também manter a saúde física, evitando doenças. Aliás, o aspecto emocional é tão delicado que muitas doenças são ocasionadas em razão desta desestabilização. Estas medidas são importantes para o cuidado com a saúde e adoção de um estilo de vida ativo e saudável.

Faz-se necessário estabelecer uma consciência a respeito desta temática porque a condição da saúde envolve os aspectos emocionais. Muitas ações podem levar a um desgaste. Assim, é preciso avançar na compreensão dos aspectos ambientais, psicológicos, sociais e físicos, capazes de promover a melhoria da qualidade de vida dos policiais brasileiros (BORGES, 2013). Portanto, analisar os níveis de qualidade de vida dos policiais pode contribuir para fundamentar várias ações que possam resultar em elevação do desempenho e das condições de saúde e qualidade de vida dos policiais, vez que os riscos e a insegurança são inerentes às atividades praticadas por eles, cotidianamente. (MORAIS JUNIOR, 2013).

Como destacado anteriormente, este ecossistema comunicacional entre os atores da Segurança Pública de uma comunidade e a própria população se faz importante, na medida em que o respeito e a valorização do trabalho dos policiais são desenvolvidos. Engana-se quem pensa que apenas as medidas ostensivas, os confrontos com criminosos estão envolvidos ao construto da representação social dos policiais no cenário social onde ele está envolvido. Não é só isso. Há muitas outras ações de intervenção social e cultural, que caracterizam o conjunto de ações e dedicações do policial militar em uma cidade.

Obviamente que, num primeiro momento reflexivo, entende-se a ação direta como ato de trabalho. Mas, é senso comum. Na verdade, há uma gama de ações em que o policial militar contribui, na construção do desenvolvimento de uma cidade, na promoção da justiça e na perpetuação de direitos da população. Há um conjunto de ações que envolvem, sempre, o conceito de proteção à vida, proteção ao cidadão. Esta é a missão principal deste valoroso profissional.

Mas é sabido que no âmbito da extensão destas ações também constam resgates e outros atos heróicos. Não é difícil encontrar reportagens de policiais tão comprometidos com o salvamento de vidas que acabam sendo um dos primeiros a serem requisitados quando, por exemplo, uma criança sofre algum caso de afogamento ou algo parecido. Emociona observar a rapidez da aplicabilidade dos seus conhecimentos, a seriedade e o compromisso com a vida. São valorosos porque estes vários aspectos que mexem com o emocional, ficam de lado, quando o tema é salvar vidas, proteger o cidadão, mesmo que precise arriscar sua própria vida.

Portanto, são valorosos. E, obviamente, são atores sociais de uma comunidade que precisam ser observados em suas especificidades humanas. Afinal de contas, são pais e mães de famílias; são filhos e netos; têm amigos, parentes e pessoas que os amam e os esperam. Cuidar do emocional, do aspecto físico, da qualidade de vida, é muito importante, já que reflete diretamente na sua forma de conduzir seu trabalho e sua vida pessoal. Sem contar a vertente da representação social, que acaba sendo fator importante para os agentes de segurança pública. Os policiais, bem como os outros agentes de segurança, são referências para a população. São convidados para os eventos comunitários, para os debates que envolvem vários aspectos da condução social e comunitária.

REFERÊNCIAS

BORGES Alberto Alves. *Police and Health: interview with the Director-General of Health of the Military Police for the State of Rio de Janeiro*. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo, Saraiva, 2004.

CATHALA, Fernand. **Polícia: mito e realidade**. Trad. de João Milanez da Cunha Lima. São Paulo: Mestre Jou, 1975.

GONZALES, Rosa Maria Bracini. Expressão de indicadores de (in) satisfação no trabalho por enfermeiras coordenadoras de área de um hospital universitário. **Cogitare Enfermagem**, v. 3, n. 1, 1998.

LIMONGI FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de vida no trabalho: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. Atlas, 2003.

LOPES, Hálisson Rodrigo; LEMOS, Natália Spósito. Aspectos constitucionais da segurança pública. **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XIV, n. 93, 2011.

MACEDO, Christiane de Souza Guerino; GARAVELLO, João Júlio; OKU, Elaine Cristina; MIYAGUSUKU, Fábio Hiroki; DALL AGNOLL, Priscila; NOCETTI, Priscila Mantovani. Benefícios do exercício físico para a qualidade de vida. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência. Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 7-23, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e saúde coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MORAIS JÚNIOR, Maurílio Canuto de. **Análise da qualidade de vida no trabalho de policiais militares do Rio Grande do Norte em um batalhão de área operacional**. 2013. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

12

Música, Educação e Comunicação

12

Música, Educação e Comunicação: a importância desta interface para a dinamização de ações da Polícia Militar no âmbito da prevenção no PROERD

Renata Mariely dos Santos ¹

A ação de intervenção da Polícia Militar é muito maior do que apenas as ações diretas de enfrentamentos contra os criminosos nas ruas. O sentido de proteção que orbita em torno da missão dos agentes de segurança pública deste importante órgão permeia por um planejamento estratégico contínuo, que também depende de outros órgãos e agências de socialização, como as famílias, a escola, o poder público, entre outros organismos da sociedade civil organizada, que orquestram ações afirmativas no âmbito da segurança pública. Portanto, os agentes têm representações sociais delimitadas nesta conjuntura social e isso precisa ser bastante valorizado. Até porque muitos destes agentes dedicam o seu tempo de vida, sua saúde física e mental, sua história social à nobre missão de servir o povo, protegendo-o.

¹ Policial Militar. Licenciatura em Pedagogia (Universidade Norte do Paraná – Unopar). Graduanda em Direito (Universidade Norte do Paraná – Unopar).

Neste norte reflexivo, faz urgente observar que, entre os vários polos de parcerias importantes neste estabelecimento comunicativo, a escola é uma parceira essencial. É nela que reúnem-se os atores sociais – alunos e professores – bastante afetados com o avanço da violência, drogas e desestabilização emocional em razão das vulnerabilidades diversas que muitas crianças e jovens vivenciam. A Escola é um espaço de cuidado e formação bastante aprofundado, que contém um conjunto de diretrizes capaz de estabelecer não apenas o norte pedagógico, como, também, outros aspectos voltados a ampliação da conscientização, formação humana, orientação e proteção. A Escola é, sempre, um importante porto seguro no âmbito da formação.

Há, inclusive, em muitas escolas, ações que são voltadas à discussão dos temas que envolvem a segurança, o combate às drogas, o aspecto das múltiplas violências. São projetos de extensão e programas educativos que, em muitos casos, além das palestras, são temas em ações culturais como teatro, literatura, música, produção de artes visuais (desenhos, histórias em quadrinhos, entre outras), produtos de comunicação e tecnologias (como, por exemplo, blogs, podcast, jornal, entre outros). Entende-se que a sensibilidade dos temas envoltos à segurança e contra às drogas, criminalidades e violências requer um envolvimento que também ultrapasse os muros da escola, contando, inclusive, com a colaboração e direcionamento de outras agências de socialização como a família, os órgãos de segurança das comunidades, igrejas e outros espaços de organização social.

É muito importante que o tema sobre a proteção das crianças e jovens, no viés da prevenção, seja enaltecido em todos os espaços sociais os quais as crianças, adolescentes e jovens permeiam. Este aspecto mobilizador, de união de forças, pode ser determinante para a elaboração de caminhos de libertação. Afinal de contas, o aspecto da conscientização se dá, de maneira muito acentuada, pela ampliação dos dados, das informações. É justamente a operacionalização de ferramentas, mecanismos, estratégias para disseminação destas informações que precisam ser aportes constantes nos projetos e elaborações de intervenção.

Sabe-se que, sob o aporte de informações e reflexões apuradas sobre os efeitos negativos da violência, das drogas, pode-se pavimentar caminhos para emancipação social e cultural destas crianças e jovens. Desta forma, os caminhos possíveis para o diálogo sistêmico são frutos desta articulação conjunta anteriormente enaltecida. Como este público-alvo, por vezes bastante manipulado, por criminosos e aliciadores que investem em persuasão e contam com a desinformação, é necessário atuar nos campos discursivos que chamam atenção.

Neste contexto, e com esta missão integrada, um projeto de resultados afirmativos se destaca, entre vários outros: o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Criado, primeiramente nos Estados Unidos, em 1983, chegou ao Brasil em 1992, sendo aplicado no estado do Rio de Janeiro com resultados afirmativos. Não demorou muito para que este formato pedagógico tomasse o país, sendo desenvolvido em vários estados e municípios, mobilizando escolas, crianças e jovens, pais e agentes policiais. Este modelo operacional acabou, também, sendo disseminado para vários países. Com o lema: “Manter as crianças longe das drogas”, o trabalho tem como foco, os alunos do Ensino Fundamental (5º ano), promovendo cursos durante vários meses, com vários encontros semanais, debatendo os temas sobre segurança e lutas contras às drogas.

Há todo um material didático específico à disposição das crianças e as aulas são ministradas por policiais militares, capacitados pedagogicamente, para o fomento didático dos debates temáticos. Estas ações envoltas ao programa também contam com a parceria dos pais, professores, comunidade. Entre os assuntos abordados nos materiais didáticos e nos ensinamentos do plano de ensino estão: prevenção contra o uso das drogas, como se manter longe das más companhias, como evitar violência, como resistir às pressões diretas e indiretas de aliciadores do crime, além de sempre acionar os pais ou responsáveis quando se sentirem inseguros. Estes são alguns dos tópicos delimitadores do programa. Trabalhos de produção de textos, relatos de experiências, produção artística destacando os temas, ampliação dialógica e de senso crítico são alguns dos nortes positivos angariados por este importante projeto.

E, nesta esfera de ação afirmativa, está o policial militar. A representação social deste profissional, consciente de seu papel de proteção à comunidade, se destaca neste programa porque ele emprega seus conhecimentos, habilidades de prevenção, mas, os policiais que orbitam em torno deste projeto são também bastante sensíveis ao processo educativo. Muitos, inclusive, também são formados ou tiveram experiências formadoras na educação formal ou informal. Têm expertise no desenvolvimento pedagógico, conseguindo fazer esta conexão discursiva com muita tranquilidade. A experiência, fomentada por esta conexão entre a família, a escola, a Polícia Militar, consolida importante sucesso no aspecto da intervenção social. Na vertente da metodologia de ensino, faz-se necessário destacar que estes professores – policiais usufruem de recursos diversos durante suas explicações. Estes recursos didáticos vão ao encontro dos campos de interesses das crianças e adolescentes. Está aí, um importante caminho norteador. As crianças, em grande maioria, aprendem fazendo conexões de sentidos. O processo de aprendizagem se dá pelas conexões subjetivas que elas fazem. Esta elaboração estrutural é bem desafiadora e interessante, porque observa-se que os alunos aprendem mais fácil relacionando experiências, dialogando, produzindo sentidos.

No tocante ao processo metodológico usado pelos professores – policiais durante o Proerd, se destaca, além do uso dos recursos audiovisuais, o uso de músicas e danças. Alguns destes projetos aplicados pelo país, contam com formaturas, onde os alunos, uniformizados com camisetas e bonés com logomarcas do projeto, expressam, orgulhosos, os aprendizados e os sentidos de um programa de mobilização social. Famílias, professores, coordenadores e direção, além dos policiais e lideranças da Polícia Militar, participam das solenidades que, geralmente, também são midiaticizadas pela imprensa. Portanto, há uma importante conexão de sentidos com os aspectos comunitários e de responsabilidades sociais.

A violência e o uso das drogas: objetos de reflexão e ação do PROERD

São muitos os enfrentamentos que acabam culminando em desestruturação social, principalmente, envolvendo crianças e jovens, que acabam de alguma maneira sendo alvos. O uso das drogas provocam um círculo vicioso de conflitos e desestruturas. Observa-se que, dentre as violências causadas pelo uso de drogas, as mais evidentes são irritabilidade excessiva, mal humor, respostas brutescas às questões simples, e em determinados momentos e dependendo do estágio e do tipo de substância que está sendo consumida, com certeza pode haver violência física, contra até mesmo as pessoas mais próximas como pai, mãe, esposa e filhos, e por isso as drogas são uma fantasia que se tornando real, destroem a vida de quem está usando e daqueles que estão ao redor. Souza (2006, p. 47), ressalta que:

O dependente, quase sempre, perde a família, o emprego, os amigos, mas não a droga. Mas, para consegui-la, é preciso conseguir o dinheiro, muito dinheiro, sempre mais dinheiro. E quando o status social do dependente não lhe permite isso, quase de imediato parte para a violência do roubo. Progressivamente começa a ser violento contra aqueles que não aceitam sua situação: sua família, seus amigos, colegas de trabalho e, finalmente, contra si mesmo.

A maior e a mais explícita violência é a do tráfico de drogas. Esta tem o poder de dilacerar toda uma unidade familiar, uma unidade social, uma comunidade. Ela é a responsável pela manutenção dos usuários, como também pelo recrutamento dos futuros criminosos. E, crianças e jovens, acabam sempre sendo público de interesse dos aliciadores. Está, aí, a importância de estabelecer a parceria entre atores da sociedade civil, entre as quais, a Educação e a Segurança Pública. De acordo com Brandão (1995, p. 6) a educação é o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual ou moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. Brandão afirma também que:

A educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes. Assim não existe modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela ocorre e nem muito menos o professor é seu único agente. Existem inúmeras educações e cada uma atende a sociedade em que ocorre, pois é a forma de reprodução dos saberes que compõe uma cultura, portanto, a educação de uma sociedade tem identidade própria. (1995, p. 8).

A educação, portanto, é a fonte de organização dos sentidos e do levantamento de barreiras contra os ataques, através das informações e da formação humana. Para combater o uso de drogas e a violência, a melhor solução é a educação. E isso não é só responsabilidade da escola, mas principalmente dos pais e de todos os outros atores sociais de uma comunidade. Por exemplo: também é responsabilidade dos agentes públicos, das autoridades políticas, em proporcionar as estruturas, os recursos, a viabilização de projetos que culminem em ações de defesas contra os criminosos e aliciadores que circundam crianças e jovens. Com uma verdadeira educação que combine ensino teórico e valores morais e éticos (saber o que é certo e errado e quais os limites da liberdade de cada um), bem como que aproxime a escola das famílias, incentivando os pais a contribuírem para a aprendizagem de seus filhos consolida-se um caminho próspero na luta pela conscientização e prevenção. Quando o jovem adquire um sentido à sua vida e compreende qual o seu papel na sociedade, torna-se protagonista de atos de intervenção e mobilização comunitária. As drogas são problemas que integram praticamente todas as sociedades contemporâneas, e o resultado negativo disso decorre de uma significativa desestruturação psicossocial: desestrutura familiar – no âmbito econômico por gerar diversos custos para o governo -; desestrutura emocional, que inviabiliza os sentidos, a socialização, a integração, a saúde psicológica. Nesse sentido, a base para o não ingresso dos jovens nesse mundo quase sempre sem volta está na família e na escola.

A primeira deve dialogar, conhecer as amizades, esclarecer sobre o perigo das drogas, e ensinar valores humanos e valori-

zação da saúde e da vida. A segunda, pode promover palestras, depoimentos, projetos, visitas de policiais e médicos, entre outros profissionais que estão diretamente envolvidos no processo de prevenção das drogas e tratamentos.

Este universo das drogas busca envolver os adolescentes cada vez mais cedo. E isso tem gerado violências e até chacinas, desestruturando famílias. É nesta vertente de ótica que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) vem mostrando aos adolescentes um caminho mais seguro. Este Programa tem o objetivo de estimular os alunos para uma discussão coerente sobre os assuntos drogas e violência, desenvolvendo sentimentos de autoestima, resistência às pressões da mídia e dos companheiros usuários de drogas.

Carinhosamente chamados de Policial Proerd, os policiais emergem num ambiente orgânico sistêmico de formação humana, e contribuem para o debate, para o direcionamento de leituras subjetivas e para a consolidação de ações práticas que culminam em resultados afirmativos, sentidos pelas famílias e comunidades. Respeito ao próximo, alteridade, cooperativismo, civilidade, autoestima, regras de condutas sociais, são algumas das prospecções elencadas neste programa. Para Constantino (2007, p. 4), resta frisar:

[...] que os policiais militares que desenvolvem esse programa educacional atuam de forma voluntária, por entenderem que a educação ainda é o melhor caminho para se obter sucesso na formação da personalidade de nossos jovens, e, dessa forma, contribuir com um pouco do seu tempo, para prevenir e evitar o pior, ou seja, o ingresso de nossas crianças e adolescentes no universo das drogas e da violência.

Este período da adolescência é composto de profundas transformações físicas, sociais, de perspectivas interacionistas e emocionais, no qual ocorre a busca pela identidade no ambiente social e a luta pela autonomia de seus discursos e ações. É um período, inclusive, que muitos pais e professores sofrem para educar e propor caminhos corretos. Isso porque os adolescentes, ao chegarem neste período, desprende-se um pouco das lideranças primárias (família e professo-

res), não se influenciando apenas pela opinião deles, mas também, pela opinião do grupo de amigos, com os quais estabelece relações, e até de referências como artistas, lideranças de agrupamentos sociais, e isso ocorre permeando para as boas e más referências.

Depende do acesso e dos cenários sociais onde estes adolescentes estão inseridos. Por exemplo, os amigos passam a ter bastante influência na vida do adolescente, já que estão vivenciando as mesmas experiências, as mesmas necessidades e conflitos, dialogam pelos mesmos códigos semânticos, possuem leituras subjetivas semelhantes acerca do mundo. De acordo com Andrade (2001), Cavalcante (1997) e Constantino (2007), a adolescência é uma fase de constantes curiosidades, onde o jovem sente vontade de experimentar coisas novas, de conhecer o mundo. E é nesse desejo por experimentar que ele vai ao encontro das drogas. Por isso, a necessidade de uma ação enérgica, estratégica e integrada entre as forças comunitárias para promover uma educação transformadora.

E, neste viés reflexivo, também vale destacar que a educação não se opera somente nos espaços formais da escola. O chão da escola ensina e é o principal responsável pelo processo organizacional dos constantes bombardeamentos subjetivos. A escola é a mestre fundamental dos processos. Mas, não é só ela que ensina. O aprendizado se dá em todos os ambientes sociais – o que alguns especialistas chamam de agências de socialização -. A família, é uma delas; os grupos de jovens, movimentos sociais e culturais; e vários outros espaços de interação, podem contribuir, também, com esta ampliação informacional. E, todos eles, perpassam – ou, pelo menos, deveriam perpassar – pela discussão dos sentidos, operacionalizando ampliação de consciência para o enfrentamento diante dos aliciamentos e atos criminosos. O Proerd vem ao encontro de todas estas operações interacionistas, porque busca resgatar, na criança e no adolescente, um espírito forte de protagonismo, no sentido de domínio de sua própria história.

E onde fica o papel da arte e da comunicação neste processo?

Como ferramenta didática para dinamização dos processos de aprendizagem, debates e interações, os professores – policiais que integram este programa acabam usando recursos que chamam a atenção das crianças e adolescentes. A música, a dança, o teatro, e outras formas de mídia acabam se tornando algumas das principais formas de chegar ao coração e aos sentidos dos alunos, para poder transmitir o conteúdo informacional com eficácia. E são várias as manifestações de artes que imperam neste programa, variando de localidade para localidade, e também do interesse do policial em promover o uso de determinadas ferramentas. O que se sabe, de fato, é que há resultado afirmativo nesta relação com a arte.

Afinal de contas, as manifestações artísticas tornam-se caminhos emancipatórios e significativos para esta construção de sentidos e ampliação de consciência. Arte, em todas as suas expressões, são mecanismos de linguagens. Mas, além disso, transmitem os conteúdos propostos por meio de um aspecto profundo de subjetividades sensoriais. Portanto, encantam a alma; eleva autoestima, traz felicidade, propicia socialização, gera empatia. Estas conexões, advindas das manifestações artísticas, quando atreladas em ações como a de ampliação de dados, torna pavimentada a estrada para frentes de defesa e prevenção. Isso porque as crianças, adolescentes e jovens se comunicam por meio de vários signos construídos.

Outro aspecto que se firma como ponto de reflexão contemporânea é a comunicação. Esta é uma ferramenta que figura pelos planejamentos de gestão dos programas Proerd e, também, por outros programas de socialização e integração comunitária. A juventude está cada vez mais midiaticizada. Ela dialoga com mais dados e mais informações, socializa de maneira mais intensa e fomenta caminhos para a construção de uma viés discursiva e subjetiva com o conhecimento através dos recursos tecnológicos. Este é um campo, então, importante para a esfera da prevenção. Em muitos casos, os trabalhos de aplicação pedagógica, de disseminação de conteúdos acerca

dos malefícios advindos das drogas, de conscientização, são operacionalizados por produções como um jornal, um podcast, um blog, uma rede social, uma produção audiovisual, uma produção fotográfica, entre outras construções que adolescentes têm amplos domínios.

Conclusão

Mobilizar estruturas de forças para ampliar conscientização sobre a proteção das crianças e adolescentes é uma das missões do Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência – PRO-ERD. Esta é uma proposição que nasceu nos Estados Unidos (EUA) e veio para o Brasil nos anos 90, sendo disseminado, posteriormente, para vários estados e municípios. Sob o comando da Polícia Militar, o trabalho do Programa tem, como missão, levar, através de um planejamento pedagógico rico em sentidos e valores, aspectos da boa socialização, do respeito ao próximo, alteridade, cidadania, debates sobre os males causados pelas drogas, a importância da família e da escola, e até orienta sobre como buscar ajuda quando estiverem sendo assediados por criminosos.

Quem ministra este importante bate papo com os alunos é um policial militar, que atrelado a uma didática interacionista e atrativa, usufrui de muito diálogo, apresentação de realidades situacionais através de materiais didáticos ilustrativos, abordando os conteúdos de orientação e prevenção. Inclusive, há a disponibilização de uniformes - camisetas e bonés - , apostila e até mesmo uma formatura, depois de alguns meses de estudos e encontros mediados pelo Policial Militar – carinhosamente chamado de Policial Proerd -. Durante as dinâmicas aulas há muita música, teatro, em alguns casos até mesmo produção audiovisual e mídia digital. Tudo, mobilizado com carinho, para destacar o papel do órgão de segurança da comunidade nos processos de orientações das crianças e jovens. Desta forma, em ações estratégicas como esta, fica bastante evidente a importância desta relação família – escola – órgão de segurança pública, nas ações de prevenção.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. G. As drogas mais usadas no Brasil e suas conseqüências. *In: Drogas, Aids e Sociedade* (Programa Nacional de DST/AIDS, ed.), p. 53-59, Brasília: Ministério da Saúde/Programa Nacional de DST/AIDS, 2001.

BRANDÃO. Carlos R. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.

CAVALCANTE, Antônio Mourão. *Drogas, esse barato sai caro: os caminhos da prevenção*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CONSTANTINO, Gelson Luiz. **O que é o Proerd**. Polícia Militar do Paraná, 2007.

SOUZA, Rui Barbosa de. **Tudo Sobre Tóxico**. São Paulo: Rígel, 2006.

13

Violência no trânsito

13

Segurança Pública e a violência no trânsito brasileiro

Antônio Roberto Leite Júnior¹

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quarto país do mundo por mortes de violência no trânsito. Um dos fatores que contribuem para esta situação é a falta de atenção das autoridades quanto à sinalização rodoviária, estradas asfaltadas instáveis, sem iluminação pública e sem acostamentos.

Outro ponto refere-se por condutores, quanto ao abuso da velocidade acima do permitido, negligência ao mexer no celular estando sob direção do veículo, embriaguez no volante e muitas vezes a junção da fúria e da irracionalidade de motoristas que enxergam seus veículos como armas.

O relaxamento na fiscalização corre o risco de trazer o efeito inverso ao encorajar práticas abusivas nas estradas. Diante disso, dispomos da falta de efetivos para a Segurança Pública, tanto para a polícia militar, quanto para a polícia rodoviária atuar no trânsito. Há uma grande exiguidade das penalidades para a diminuição e conscientização da violência no trânsito, como: multas, suspensão do direito de dirigir, apreensão do veículo, cassação da CNH (Carteira Nacional de Habilitação), cassação da Permissão para Dirigir, frequência obrigatória em curso de reciclagem e a formação de motoristas e pedestres.

¹ Soldado na polícia militar do estado do Paraná.

Este artigo pretende iniciar uma linha de raciocínio sobre a necessidade da conscientização no modelo de segurança pública, envolvendo o trânsito brasileiro, cujas respostas aos fenômenos da violência têm cada vez mais se mostrado insuficientes para a promoção de uma sociedade segura e garantidora de direitos.

Desta forma, a presente escrita preconiza os problemas, impasses e desafios da segurança pública, envolvendo o tráfego de veículos. Nesse cenário, entende-se que a hipótese mais provável é que há a necessidade de a sociedade conhecer suas responsabilidades e exercer a completude dos direitos pertinentes à própria cidadania, saber agir frente aos contextos que envolvem a vida da sociedade entre fluxo de veículos. Assim, visando mostrar os diferentes aspectos concernentes ao tema da Segurança Pública e seus desafios com a Violência no Trânsito, considerado os policiais que estão à frente da segurança, tendo interação direta com as vítimas e aos infratores e suas responsabilidades através da ocorrência informada.

Problemas Impasses e Desafios da Violência No Trânsito

O número de veículos vem a cada dia mais aumentando no mundo todo e com isso aumenta-se o fluxo de veículos por todas as partes, cidades, estados e países. Sabe-se que os motoristas foram treinados para dirigir um veículo, mas há uma grande falta de atenção das autoridades, pois, somente esse treinamento não é o suficiente para dirigir acima de 100 km por hora, em rodovias. Os motoristas são treinados em um cenário adverso ao das rodovias, ou seja, não aprendem a ultrapassar, dirigir em dias de chuva, realizar uma curva corretamente, aprenderam somente a fazer o veículo andar.

O veículo na sociedade humana veio com o objetivo de tornarmos pessoas livres, facilitando o acesso de ir e vir com mais agilidade. O problema começa quando os motoristas levam problemas particulares para o volante contribuindo para diversos impasses e desafios para o trânsito, desencadeando o estresse. A exaltação de muitos se dá pela exaustão do dia a dia, ocasionando, perseguição, ultrapassagens indevidas, fechadas, resultando assim, diversos acidentes.

Outro fator que se destaca é direção combinada com álcool e drogas. As mesmas são incapacitantes para direção veicular, pois, atuam na parte que o motorista necessita: atenção, concentração, agilidade nas repostas motoras. Supondo que o piloto precise fazer o acionamento dos freios motores sob efeito das substâncias, a resposta será tardia, deixando os raciocínios atrasados. É necessário entender que dirigir não é uma diversão pois precisamos dos nossos sentidos de atenção, visão e audição para evitar transtornos, dirigir sob efeito de substâncias psicoativas é crime prevista no Art. 165 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro).

Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: (Redação dada pela Lei nº 11.705, de 2008) - Infração - gravíssima; (Redação dada pela Lei nº 11.705, de 2008) Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses. (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012). Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - do Código de Trânsito Brasileiro. (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012. (BRASIL,1997).

Avalia-se neste diapasão uma visão da integridade física e moral daqueles que fazem uso das vias públicas brasileiras. O infrator que se submeter a descumprir as leis correrá o risco de levar a penalidade gravíssima.

A Necessidade da Segurança Pública no Estado

No país onde o número de assassinatos é cinco vezes maior que a média global, reduzir o número de homicídios deveria estar no topo das prioridades, para que isso ocorra carecera-se de investir em prevenção e atuar sobre os fatores de risco que potencializam o número de mortos.

Quando se fala de segurança pública refere-se no presente, ou seja, no dia a dia de toda a sociedade, assim como a saúde, a educação, a segurança é um direito de todos. A segurança pública é um

dever do Estado e responsabilidade de todos prevista no art. 144

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.
(BRASIL, 1988).

A polícia é uma das instituições públicas mais exigidas pela sociedade, desde que o homem optou por viver em sociedade delegando ao Estado o monopólio do uso da força para proteção coletiva. As ações de policiamento passaram a ser um serviço essencial para a existência humana, pois, sem a devida sensação de segurança, nenhuma das outras atividades desenvolvidas pelos seres humanos poderiam ser exercidas em sua total plenitude.

O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) instituído pela Lei nº 13.675 no dia 11 de junho de 2018, visa integrar órgãos de segurança e inteligência, padronizar informações, estatísticas e procedimentos, e várias outras medidas destinadas a integrar as forças de segurança.

O investimento na segurança pública deveria ser o tópico mais discutido na sociedade, incluindo as autoridades de Estado, pois, com essa contribuição e conscientização social diminuiria cada vez mais os homicídios, roubos, furtos, tráfico, uso ilícito de drogas e a violência no trânsito.

A Importância da Educação e Prudência

O trânsito está intimamente relacionado à vida das pessoas no cotidiano, milhares de condutores indo e vindo com objetivos variados e urgências. Se parar alguns minutos para observar o trânsito, identifica-se a ausência do respeito, paciência, responsabilidade individualidade de motoristas impertinentes, desrespeitando as leis de trânsito.

Quando cada um olha somente para o seu interesse, a falta de educação e de bom senso torna o trânsito cada vez mais perigoso, dando origem aos conflitos de trânsito que refletem na falta de empatia ao próximo.

Carros, motos, ônibus, caminhões, bicicletas e vários outros meios de transporte ajudam a formar o fervoroso trânsito do país e com o aumento dos veículos nos grandes centros urbanos o fluxo de transporte se torna cada vez mais audacioso, pois, em meio a todo esse anonimato, não se sabe quem está atrás do volante e quais suas intenções.

As indústrias automobilísticas estão cada vez mais se desenvolvendo, fabricando, investindo nas publicidades e por consequência gerando progressivamente a venda de automóveis rápidos, potentes e que chamam atenção de inúmeras pessoas pelo famoso "status", trazendo consigo desvantagens gerando riscos para a vida humana, pois, muitos motoristas e admiradores dos veículos velozes usufruem dos mesmos como uma "máquina mortífera" esquecendo assim, que existem leis para quem está atrás do volante.

Quando se comete infrações de trânsito, as pessoas estão passíveis a serem punidas pelas penalidades, como multas, suspensão do direito de dirigir, advertência por escrito, apreensão do veículo, cassação da CNH, cassação da Permissão para Dirigir e, frequência obrigatória em curso de reciclagem. A advertência por escrito é prevista na constituição Art. 267 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) criado em 1997, sob a Lei nº 9.503/1997, entrando em vigor em 22 de janeiro de 1998, sendo responsável por fazer cumprir a legislação de trânsito.

Art. 267. Poderá ser imposta a penalidade de advertência por escrito à infração de natureza leve ou média, passível de ser punida com multa, não sendo reincidente o infrator, na mesma infração, nos últimos doze meses, quando a autoridade, considerando o prontuário do infrator, entender esta providência como mais educativa.

§ 1º A aplicação da advertência por escrito não elide o acréscimo do valor da multa prevista no § 3º do art. 258, imposta por infração posteriormente cometida.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se igualmente aos pedes-

tres, podendo a multa ser transformada na participação do infrator em cursos de segurança viária, a critério da autoridade de trânsito.

Considerações Finais

Tomando o conjunto das considerações feitas, destacam-se a diversidade de fatores que influenciam na violência do trânsito, as principais implicações que o tráfego de veículos motorizados traz ao meio urbano.

O Código de Trânsito Brasileiro veio para acrescentar um sentido positivo à nossa realidade contraditória, impondo regras, limites e leis em forma de penalidades. Deve-se considerar o alto custo das multas em que ocorrerá antes do indivíduo decidir violar os regulamentos. A solidez financeira por si só não é suficiente para pagar as multas, pois, corre o risco da perda da CNH (Carteira Nacional de Habilitação), uma ameaça que talvez traga e imponha limites na vida dos que infringem às leis.

Avalia-se a possibilidade de um programa educacional e contínuo, que contenha uma lógica de acontecimentos para que tenhamos motoristas mais educados. Existem normas escritas, mas é necessário praticá-las, precisa-se agir com ética, cidadania e educação, o que significa uma nova consciência cívica. A publicidade também deve ser controlada, incluindo anúncios que associam velocidade com vitalidade e saúde, e anúncios que associam consumo de álcool como liberdade e prazer.

A questão referente ao Sistema Único de Segurança Pública deve ser debatida pois, a mudança cultural, trará uma alteração significativa de comportamento social e conseqüentemente, a cultura da violência envolvendo o tráfego de veículos, será um processo que demandará um tempo considerável.

Em um nível mais abrangente, para resolver o problema do trânsito, devemos primeiro implementar políticas públicas que enfatizem os aspectos sociais, que frisem o transporte público e, ao mesmo tempo, o transporte pessoal e suas vantagens e desvantagens ao todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei Nº 9.503, De 23 De Setembro De 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9503.htm. Acesso em: 29 out. 2020.

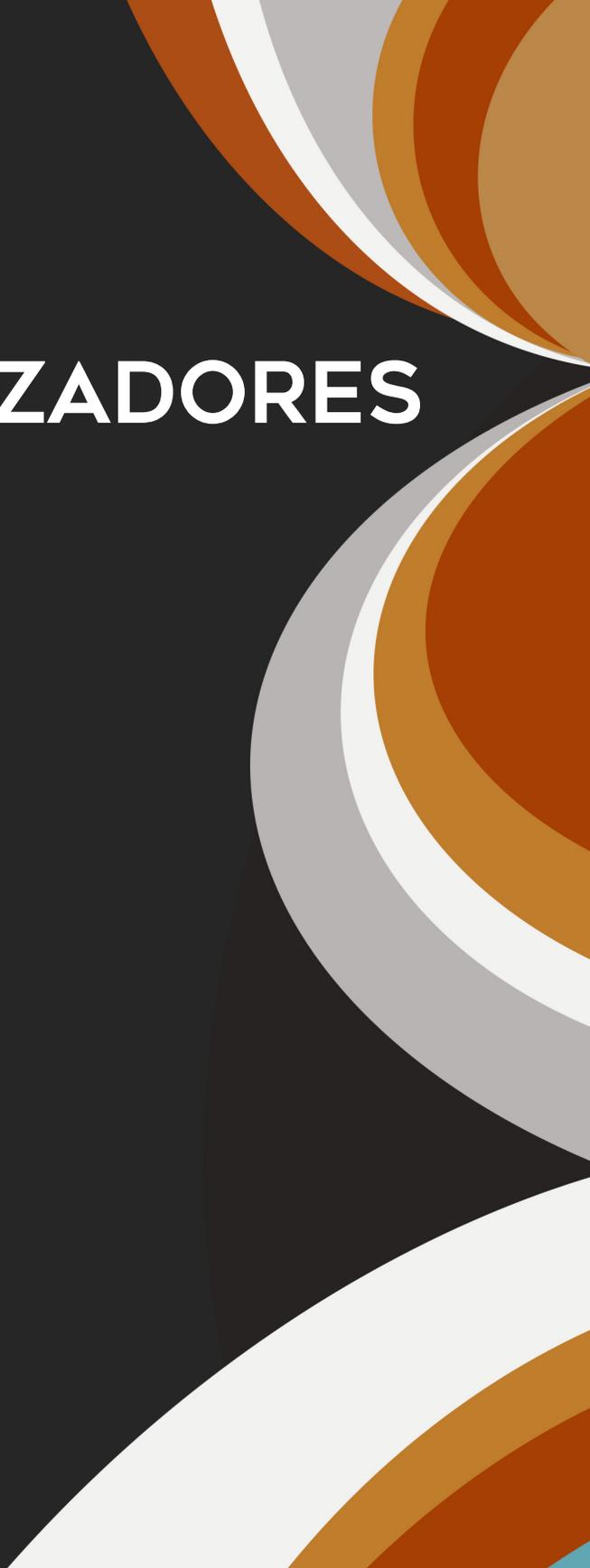
BRASIL. **Lei Nº 13.675, De 11 De Junho De 2018**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13675-11-junho-2018-786843-publicacaooriginal-155823-pl.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

CARTA Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/taxa-de-homicidios-no-brasil-e-cinco-vezes-maior-que-a-media-global/>. Acesso em: 29 out. 2020.

JUSBRASIL. **Violência no trânsito é a terceira maior causa de mortes no mundo**. Disponível em: <https://al-sc.jusbrasil.com.br/noticias/100074395/violencia-no-transito-e-a-terceira-maior-causa-de-mortes-no-mundo>. Acesso em: 29 out. 2020.

POLITIZE. **SUSP: entenda o Sistema Único de Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/susp-sistema-unico-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 29 out. 2020.

ORGANIZADORES





Tiago Silvio Dedoné

Mestrando em Formação de Gestores Educacionais pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID); Mestrando em Teoria Literária, pelo Centro Universitário Campos Andrade (UNIANDRADE). Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo; Licenciaturas em Pedagogia; Letras – Português; História. Pesquisador membro da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educação – ABPEducom. Membro do Grupo de Pesquisa do Núcleo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade - NEETS, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).



Claudia Talochinski Cordeiro

Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Tecnológica do Paraná UTFPR; Membro do Grupo de Pesquisa em Linguística Aplicada (GRUPLA); Membro do Núcleo de pesquisa em Educação do Campo (NUPECAMP). É Professora do quadro próprio do magistério da Secretaria de Educação do Paraná (SEED). Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade do Contestado. Atualmente lecionando na modalidade EJA Educação de Jovens e Adultos na instituição CEEBJA Paulo Leminski e no ensino regular da Escola Estadual Professora Irmã Antonia Bortolotto Bianchini. Experiência em letras com ênfase em linguagens.

AUTORES

The image features a dark grey background with the word "AUTORES" in a bold, white, sans-serif font. To the right, there are several overlapping, curved, semi-circular shapes in various shades of orange, brown, and grey, creating a layered, 3D effect. The shapes are positioned in the upper right and lower right corners, leaving the left side of the page mostly empty.

Autores

Anita da Conceição Duarte Xavier > Mestranda em Ensino de Física (MNPEF-UFPE-CAA), Graduada em Licenciatura Plena em Ciência com Habilitação em Matemática (FAINTVISA), com especialização em Ensino de matemática pela UPE e experiência profissional nos ensinos de Matemática e Física. E-mail: anitacdx@hotmail.com.

Antônio Roberto Leite Júnior > Soldado na polícia militar do estado do Paraná.

Arlindo Alisson da Silva Mourão > Policial Militar. Bacharel em Direito (Faculdade Dom Bosco);

Avanir Mastey > Professor - Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Colégio Estadual Sagrada Família), foi professor das Faculdades São Basílio, Faculdade Vicentina e Faculdades I. Espíritas. Possui Graduação em Licenciatura em Filosofia e História pela Universidade São Francisco (1998). Especialista em História e Filosofia da Ciência e Mestre em Educação pela UFPR (2010). Doutorando em Educação pela UFPR. Foi duas vezes Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Campo Largo, período de 01/2013 até 31/032016 e 01/112016 até 31/12 2016. Conselheiro Suplente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, período 06/2014 até 06/2020. <http://lattes.cnpq.br/1302115202832044>.

Claudia Talochinski Cordeiro > Mestranda em estudos da Linguagem pela Universidade Tecnológica do Paraná. Pós-graduanda pela Universidade Federal do Paraná. Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade do Contestado. É Professora do quadro próprio do magistério da Secretaria de Educação do Paraná (SEED). Membro do grupo de pesquisas em Linguagens (GRU-

PLA). Membro do Grupo de pesquisas em Educação do Campo pela Universidade Tuiuti. Atualmente lecionando na modalidade EJA -Educação de Jovens e adultos na instituição CEEBJA Paulo Leminski e no ensino regular da Escola Estadual Professora Irma Antonia Bortoleto Bianchini. Experiência em letras com ênfase em linguagens. <http://lattes.cnpq.br/1502154910526669>.

Éder Luiz Ferreira > Policial Militar. Possui licenciatura e Bacharelado em Educação Física (Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP). Pós-Graduação em Direito Militar (Faculdade UNINA).

Ednéia de Cássia Santos Pinho > possui graduação em Letras Português-Espanhol pela Universidade Estadual de Londrina (2006), especialização em Ensino de Línguas Estrangeiras pela Universidade Estadual de Londrina (2008), especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Norte do Paraná (2009), mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2011) e doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2018). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística textual, Semântica Argumentativa e Produção Textual, na modalidade EAD e presencial. Atualmente, é professora colaboradora na Universidade Estadual de Londrina, e professora do ensino médio na rede particular de ensino. Desenvolve estudos ligados ao ensino mediado pelas tecnologias, à evolução e à construção argumentativa dos anúncios publicitários, bem como à leitura de recursos persuasivos em textos multimodais em diferentes suportes.

José Carlos Fernandes > Professor do curso de Comunicação Social - Jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom), da UFPR. Cronista e colaborador da Gazeta do Povo, onde atuou profissionalmente entre 1989 e 2016. Lecionou durante 15 anos no curso de Comunicação Social - Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e por cinco anos

no Studium Theologicum de Curitiba. Lecionou nas pós-graduações Jornalismo Literário, da ABJL; Cultura, Comunicação e Arte, da PUCPR; e Comunicação e cultura: interfaces, da Universidade Positivo. Possui doutorado e mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialização em História da Arte no Século XX, pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap). É graduado em Filosofia pelo Cearp (1985), Jornalismo pela UFPR e Gravura pela Escola de Belas Artes do Paraná (1993). Pesquisa jornalismo e leitura, comunicação e oralidade, história do jornalismo no Paraná. É coordenador do programa de extensão Núcleo de Comunicação e Educação Popular (Ncep), da UFPR; voluntário do projeto Ler e Pensar do Instituto GRPCom. É Jornalista Amigo da Criança da rede Andi. Colaborador da associação Ler.com. Foi consultor do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Seec-PR) - 2010-2013; e conselheiro da ONG Ciranda, de direitos da infância.

Juliana Messias Goss > Juliana Goss é âncora e produtora na BandNews FM Curitiba. É mestranda em Comunicação e Formações Socioculturais pela Universidade Federal do Paraná, formada em Jornalismo pela PUCPR e possui MBA em Gestão da Comunicação Pública e Empresarial pela Universidade Tuiuti do Paraná. É proprietária do Juliana Goss Comunicação e presta consultoria em audiovisual e treinamento de mídia. Recebeu o terceiro lugar no Prêmio Sangue Bom do Jornalismo Paranaense, na categoria reportagem para TV. A profissional acumula experiência profissional de mais de dez anos na comunicação, com ampla vivência no jornalismo televisivo. Já atuou na Secretaria de Estado da Cultura, Rádio e Televisão Educativa do Paraná, Rede Mercosul - Record News Paraná e como freelancer prestou serviços a RICTV - Record, BandNews TV, Band Curitiba e TV Evangelizar. A jornalista também possui uma carreira artística ativa, se formou em Canto Popular pelo Conservatório de MPB de Curitiba e atuou como bailarina em diversas produções artísticas.

Kátia Calligaris Rodrigues > Professora Associada I da Universidade Federal de Pernambuco, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática-PPGE-CM/CAA/UFPE, atua na linha de pesquisa “Currículo e Formação de Professores para o Ensino de Ciências e Matemática”. Docente do Núcleo de Formação Docente, atua na formação de professores de Física, Química e Matemática do Centro Acadêmico do Agreste. Pós-doutorado desenvolvido junto ao Núcleo de Excelência em Nanofotônica e Biofotônica do Laboratório de Optoeletrônica e Fotônica do Departamento de Física da UFPE. Doutora em Engenharia Biomédica pela Universidade do Vale do Paraíba com ênfase na biópsia ótica de estenose aórtica. Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo com estudo de caracterização cristalina e magnética de ferrofluídos. Bacharel e Licenciada em Física pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos.

Lolyane Cristina Guerreiro de Oliveira > Possui Graduação em Letras (1998), Especialização em Língua Portuguesa (1999), Mestrado em Estudos da Linguagem (2003) e Doutorado em Estudos da Linguagem (2013), pela Universidade Estadual de Londrina. Atualmente é Professora Associada A, vinculada ao Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Teoria e Análise Lingüística, atuando principalmente nos seguintes temas: Argumentação, Publicidade, Propaganda e Semântica.

Maria Teresa Lopes > Pós-doutorado em semiótica pela Université Sorbonne, Paris 1 (em andamento). Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Sanduíche na Université Sorbonne, Paris 1. Pesquisadora nas áreas de Formação do Olhar, Semiótica e Sociologia aplicadas as discussões sobre a mulher, a moda e o design. Docente no Mestrado Nacional Profissional de Ensino de Física - Polo Caruaru e Adjunta na Universidade Federal de Pernam-

buco Campus do Agreste - UFPE/CAA. Atualmente é líder do Grupo de Estudos em Formação do olhar - GEFol e Coordena o Laboratório de Formação do Olhar - LabFol. E-mail: teresa.lopes@ufpe.br.

Renata Mariely dos Santos > Policial Militar. Possui licenciatura em Pedagogia (Universidade Norte do Paraná – Unopar). Graduada em Direito (Universidade Norte do Paraná – Unopar)

Rodrigo da Silva Marques > Possui licenciatura em Geografia. Docente na Educação Básica.

Sebastião Antônio dos Santos > Policial Militar. Possui licenciatura em Geografia. Pós- Graduação em Direito Militar

Tiago de Freitas > Policial Militar. Possui licenciatura em Educação Física (Universidade Norte do Paraná – UNOPAR).

Tiago Silvio Dedoné > Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo; Licenciatura em Pedagogia, Letras – Português, História e outras; Pós –Graduação em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Novas Tecnologias Aplicadas à Educação, Metodologia do Ensino de Artes, Metodologia do Ensino de História e Geografia, MBA Executivo em Marketing, e outras. Mestrando em Formação de Gestores Educacionais. Mestrando em Teoria Literária. Atuação Profissional: Colégio ECEL (Educação Básica – Ensino Médio).



SYNTAGMA